

**COLLECÇÃO**

2326

DA

# **LEGISLAÇÃO NOVISSIMA**

DO

**ULTRAMAR**

---

**1910**

(1 de janeiro a 4 de outubro)

---

**VOLUME XXXVIII**

---

**LISBOA**

Composto e Impresso na Typ. do Annuario Commercial  
Praça dos Restauradores, 27

1913

# INDICE CHRONOLOGICO

## DO XXXVIII E ULTIMO VOLUME

### DA

# Legislação Novíssima do Ultramar

1910

(1 de janeiro a 4 de outubro)

<b>Janeiro</b>		Pag.
11 — Decreto alterando a ordenança geral da armada, quanto ao prazo minimo de duração dos commandos das lanchas fluviaes .....	3	
15 — Portaria nomeando uma Comissão para estudar a remodelação dos serviços militares do ultramar....	3	
17 — Officio auctorisando a renovação em 1909-1910 da verba a despendar com o inventario dos baldios do Estado em Santo Antão de Cabo Verde .....	31	
20 — Officio auctorisando a transferencia de uma verba da tabella da despesa de Cabo Verde em vigor.....	32	
20 — Decreto applicando o art. 1.º do de 26 de novembro de 1903 aos processos de arrendamento de terrenos baldios em Cabo Verde.....	4	
20 — Decreto approvando a organização dos serviços telegrapho-postaes da provincia de Moçambique.....	5	
20 — Decreto alterando a composição dos quarteis-generaes em Cabo-Verde, S. Thomé e Principe, Macau e Timor.....	30	
20 — Decreto alterando algumas disposições sobre o imposto de capitação em Timor .....	32	
20 — Decreto negando provimento n'um recurso de Luiz Galdino de Souza, relativo ao processo de legislação de posse de terrenos usurpados á Communidade de Aldonã na India.	32	
21 — Decreto concedendo provimento n'um recurso de Joaquim Albino Fernandes contra o despacho ministerial relativo á do concurso para fornecimento de medicameptos em Moçambique .....	34	
21 — Portaria nomeando Comissões para estudarem a reorganisação admi-		
nistrativa das diversas provincias ultramarinas .....		37
24 — Decreto restabelecendo o antigo Julgado municipal da Ilha do Principe.		39
24 — Officio dando esclarecimentos ácêrca do sêllo de escripturas ou documentos expedidos ou passados em paiz estrangeiro.....		40
25 — Portaria declarando deverem os juizes e funcionarios do ultramar executar as leis sem dependencia de consulta superior.....		40
27 — Decreto creando um Julgado municipal no concelho do Bihé districto de Benguella.....		41
27 — Decreto estabelecendo o quadro do pessoal auxiliar da secção de minas no Estado da India.....		42
27 — Decreto approvando o regulamento do registo civil do Estado da India.		43
27 — Decreto negando provimento a um recurso de José de Sousa Pinto de Magalhães contra a sua collecta por contribuição industrial como gerente do Banco Ultramarino em Loanda.....		60
27 — Portaria auctorisando Manoel Avelino Antunes a transferir uma concessão de terrenos na provincia de Angola .....		61
27 — Portaria auctorisando Isaac das Dôres Tello da Fonseca a entrar n'uma sociedade agricola com as concessões de terrenos que lhe foram feitas em Angola .....		61
<b>Fevereiro</b>		
4 — Decreto approvando o regulamento do serviço interno de permutação de fundos nos territorios da Companhia de Moçambique .....		62
5 — Officio confirmando a auctorisação para transferencia de verbas da tabella orçamental de Angola.....		82

	Pag.
5 — Officio esclarecendo a Portaria de 9 de novembro de 1907 sobre vencimentos dos governadores de districto e secretarios dos Governos ...	82
10 — Portaria estabelecendo a caução do thesoureiro da Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques .....	82
10 — Officio communicando a approvação do projecto do edificio principal do hospital da Praia, em Cabo Verde.	83
10 — Portaria provincial mandando considerar coutadas do Estado uma região e um prazo do districto de Tete .....	83
12 — Portaria (pelo Ministerio da Justiça) definindo as attribuições do Governo com relação ao ensino nos seminarios diocesanos.....	83
12 — Decreto estabelecendo disposições relativas á remodelação dos contractos da Companhia da Zambesia com o Estado.....	84
12 — Portaria provincial marcando o prazo para a entrada no respectivo gremio do resto do alcool arrolado em Angola em 30 de junho de 1909....	85
12 — Decreto mandando cessar a parte confidencial nas informações dos officiaes dos quadros do ultramar.	87
13 — Officio auctorisando o governador geral de Moçambique a rubricar os livros de um consulado.....	87
14 — Portaria provincial estabelecendo disposições para execução dos serviços de administração em Nagar-Avely .....	88
18 — Portaria provincial mandando executar as instruções superiormente approvadas para o recenseamento geral da população em Angola....	89
18 — Portaria provincial mandando reforçar uma verba do orçamento de Angola do anno de 1908-1909.....	90
19 — Officio declarando não serem gratuitas as certidões de interesse particular passadas nas repartições dos correios e telegraphos .....	90
21 — Portaria provincial providenciando sobre a expedição dos diplomas do curso da Escola Normal de Nova-Gôa .....	90
23 — Officio declarando dever contar-se para a apresentação o tempo de serviço de tres typographos como contractados .....	91
23 — Portaria provincial approvando um regulamento para a fiscalisação do commercio, preparação e consumo do opio em Macau.....	91
24 — Decreto approvando o regulamento para os encanamentos e consumo de agua em Lourenço Marques ...	96
24 — Decreto creando uma Intendencia de negocios indigenas e de emigração na provincia de Moçambique.....	112
24 — Portaria provincial estabelecendo instruções para se realizar o recenseamento geral da população na Guiné	112
26 — Officio estabelecendo condições para a admissão de serviços no hospital de S. Thomé ou enfermaria da ilha do Principe .....	118

	Pag.
28 — Officio determinando quando os funcionarios dos correios devem gosar a licença do art. 114.º do respectivo regulamento .....	118
28 — Portaria augmentando, provisoriamente, o quadro aduaneiro de Angola e S. Thomé e Principe.....	118

### Março

4 — Portaria provincial approvando o programma e regulamento dos exames para agrimensores em Moçambique	120
4 — Portaria esclarecendo a de 9 de abril de 1907 sobre despesas com obras hydraulicas na India .....	122
5 — Officio (circular) resolvendo duvidas sobre o abono de vencimentos a funcionarios suspensos por virtude de condemnação judicial .....	122
7 — Portaria concedendo licença a Canha & Formigal para pesquisas de petroleo na provincia de Angola .....	123
10 — Decreto concedendo provimento n'um recurso do director da alfandega de Collem contra a applicação de amnistia, pelo governador geral da India a processos de descaminho de direitos.....	123
10 — Decreto approvando a tabella de portes das correspondencias expedidas da provincia de Macau .....	125
10 — Carta régia ratificando o tratado de commercio e navegação com a Alemanha, celebrado em novembro de 1908.....	127
14 — Officio resolvendo ácerca da confirmação dos segundos aspirantes do quadro telegrapho-postal de Moçambique .....	181
17 — Portaria provincial estabelecendo os emolumentos a cobrar na Direcção das obras publicas da India .....	181
30 — Officio auctorisando uma gratificação mensal pelo tratamento das praças da esquadriha do Zambeze.....	182
30 — Portaria interpretando as disposições da carta organica da Companhia de Moçambique, relativas a transferencias de terrenos .....	182
31 — Decreto negando provimento n'um recurso de vereadores da Camara Municipal do Concelho da Praia, contra a sua condemnação em multa no julgamento das respectivas contas.....	183
31 — Decreto approvando os estatutos da sociedade «Momba Minerals Limited», com séde em Inglaterra .....	183

### Abril

6 — Portaria provincial modificando a de 26 de novembro de 1909, relativa ao descanso semanal em Lourenço Marques .....	204
8 — Portaria concedendo isenção de direitos para varios materiaes em Cabo Verde pela Western Telegraph Company, Limited.....	204

	Pag.
8 — Portaria (provincial) mandando proceder ao recenseamento geral da população no Estado da Índia ....	204
13 — Portaria provincial providenciando sobre a repatriação de colonos na provincia de Moçambique.....	213
14 — Officio approvando a distribuição de fundos para obras publicas em Cabo Verde.....	214
15 — Portaria provincial creando uma secção de serviço da Direcção do porto e caminhos de ferro de Lourenço Marques, intitulada «Construcção de docas e officinas» .....	215
16 — Decreto rescindindo diversos contractos de aforamento de terrenos na provincia de Moçambique.....	215
16 — Decreto alterando o plano de uniformes das forças ultramarinas.....	216
17 — Portaria (provincial) creando uma capitania-mór no Songo, districto da Lunda.....	218
18 — Officios auctorisando reforços, por transferencia de verbas, de algumas quantias inscriptas na tabella de despesa de Timor.....	218
19 — Portaria provincial adiando a execução do decreto de 20 janeiro, relativo á percentagem sobre o imposto de capitação a favor dos régulos de Timor.....	219
20 — Officio auctorisando o governador de Cabo Verde a adjudicar empreitadas parciaes para a obra de reconstrucção do hospital da Praia.....	220
21 — Decreto modificando o regimen dos Prazos da Corôa da Zambesia.....	220
21 — Decreto approvando modificações a alguns artigos dos Estatutos da Companhia do Luabo.....	224
21 — Decreto rejeitando em recurso relativo á rescisão de um contracto de arrematação do exclusivo da destillação e venda de espiritos nativos em Damão.....	225
21 — Decreto concedendo a medalha «Rainha D. Amelia» por serviços na campanha da Zambesia, de 1897....	229
22 — Portaria auctorisando a Companhia do caminho de ferro de Benguela a emitir uma serie de obrigações.....	229
22 — Portaria prorogando o praso fixado á Companhia das aguas de Loanda para a conclusão de determinadas obras.....	229
23 — Portaria (provincial) permittindo á «Burmah Oil Company» o estabelecimento de uma fabrica de latas para petroleo em Mormugão.....	230
25 — Portaria (provincial) approvando um novo regulamento para a Imprensa Nacional de Cabo Verde.....	231
27 — Portaria transferindo para uma sociedade a licença concedida para pesquisas mineiras n'uma zona do districto de Moçambique.....	247
30 — Decreto approvando o regulamento geral das associações de classe no territorio da Companhia de Moçambique.....	247
30 — Decreto concedendo a medalha «Rainha D. Amelia» por serviços na campanha da Zambesia, de 1898 ..	250

## Maio

	Pag.
3 — Portaria provincial distribuindo a verba destinada a percentagens pela emissão e pagamento de vales postaes na Índia.....	251
4 — Portaria provincial distribuindo a verba extraordinaria auctorisada para obras publicas em S. Thomé.....	252
4 — Officio (circular) recommendando a observancia de preceitos da organização militar do ultramar sobre o desempenho de comissões civis...	252
7 — Decreto tornando extensivo o art. 116.º do de 14 d'agosto de 1892 aos officiaes da armada, fiscaes junto das empresas de navegação.....	253
9 — Decreto applicando o art. 116.º do decreto de 14 d'agosto de 1892 aos officiaes da armada na junta consultiva do ultramar.....	254
9 — Portaria (provincial) annullando a concessão do exclusivo de loterias na provincia de Moçambique, feita a Leão Cohen & C.ª.....	254
9 — Idem, applicando á cidade de Moçambique e outras localidades as disposições exequiveis da Portaria de 1909 sobre o descanso semanal obrigatorio .....	254
11 — Officio indicando as classes em que devem viajar os 2.º officiaes aduaneiros .....	255
12 — Portaria provincial providenciando sobre a fixação da tabella de preços correntes dos generos em Cabo Verde .....	255
12 — Portaria provincial mandando executar o regulamento dos serviços do recrutamento na provincia de S. Thomé e Principe .....	256
13 — Officio modificando as condições da admissão de serviços no hospital de S. Thomé e enfermaria do Principe, estabelecidas no officio de 26 de fevereiro .....	269
16 — Decreto contendo a proclamação do Principe Real, como regente do reino .....	270
16 — Decreto estabelecendo o formulario para os diplomas officiaes durante a regencia do reino .....	271
16 — Officios auctorisando a transferencia de verbas da tabella orçamental de Cabo Verde.....	272
17 — Portaria provincial creando uma estação postal de 2.ª classe em Loutulim, na Índia .....	272
17 — Officio concordando na extincção do logar de patrão-mór da ilha do Maio, em Cabo Verde.....	273
18 — Officio confirmando a auctorisação da transferencia de uma quantia para reconstrucção dos postos da Huilla .....	273
18 — Portaria (provincial) estabelecendo o serviço de encomendas postaes na estação postal de Meleville, em Lourenço Marques.....	274
18 — Idem, dividindo por duas estações o serviço telegrapho-postal de Tete ..	274
21 — Portaria incumbindo, temporaria-	



	Pag.
mente á Direcção das obras publicas de Macau a execução de algumas obras da competência da respectiva Camara Municipal .....	274
23 — Portaria (provincial) supprimindo um posto fiscal de vigilancia e creando um posto de despacho na provincia de Moçambique .....	275
24 — Officio declarando vigorar em todo o ultramar o decreto de 28 de março de 1905 sobre a cobrança de pequenas dividas.....	275
24 — Portaria (provincial) creando uma estação postal em Calangute, no Estado da India.....	276
24 — Portaria provincial estabelecendo a punição por falsas declarações dos indigenas sahidos da provincia de Moçambique .....	276
25 — Portaria estabelecendo a quem compete a representação da soberania do Estado na provincia de Moçambique.....	276
25 — Officio esclarecendo sobre a applicação a todos os empregados da provincia do art. 35.º do regulamento policial de Lourenço Marques sobre abono de vencimentos aos respectivos funcionarios reintegrados .....	277
25 — Decreto concedendo provimento n'um recurso da mazania do pagode de Xry Chondresvôr, do Estado da India, relativo á procissão <i>Dassoró</i> .....	278
27 — Portaria (provincial) dando ao posto fiscal de Villa Bocage a categoria de posto de despacho.....	284
27 — Portaria provincial approvando o regulamento para a extracção da casca de mangal em Moçambique .....	284
30 — Portaria (provincial) mandando ficar sem effeito uma disposição do regulamento da fiscalisação do opio em Macau.....	287
31 — Officios auctorisando transferencias de verbas na tabella orçamental de Cabo Verde.....	288
31 — Portaria (provincial) estabelecendo na estação telegrapho-postal de Magude o serviço de encomendas postaes .....	288
31 — Portaria (provincial) mandando pôr em execução o regulamento para o recrutamento de praças indigenas na Guiné.....	289
31 — Officio dando esclarecimentos sobre a aposentação de empregados que serviram como contractados.....	290
31 — Officio auctorisando a annexação da Huilla ao concelho do Lubango, da provincia de Angola.....	290

### Junho

9 — Decreto negando provimento n'um recurso contra um accordão do Concelho de provincia do Estado da India, relativo á cessão de um credito contra o vigia da comunidade de Anjuna do anno de 1890.	291
9 — Portaria declarando suspender á Camara municipal de S. Thomé o encargo de fornecer casa tambem	

	Pag.
para o cartorio do contador da respectiva comarca.....	292
9 — Portaria (provincial) providenciando sobre a falta de estampilhas do imposto do sello em Timor.....	293
10 — Officio approvando a distribuição de fundos para obras publicas de Timor em 1910-1911.....	293
11 — Officio communicando ficar limitada a Macau a jurisdicção do Consulado da Austria em Hong-Kong.....	293
15 — Protocollo de 22 de julho de 1908, relativo ao regimen de armas em Africa .....	296
16 — Decreto confirmando um accordo commercial de navegação com a Bulgaria.....	298
17 — Officio auctorisando a transferencia de uma verba das tabellas orçamentais de Angola para 1909-1910....	300
18 — Portaria (provincial) estabelecendo o serviço de encomendas postaes na estação telegrapho-postal de Moginqual na provincia de Moçambique..	301
18 — Portaria provincial extinguindo o posto de despacho da Bahane, na provincia de Moçambique .....	301
19 — Portaria provincial definindo a composição do concelho de Lourenço Marques.....	301
20 — Portaria approvando os programmas para os concursos de logar de interpretes da repartição do expediente sinico de Macau .....	302
20 — Portaria provincial dando instrucções para o recenseamento da população de S. Thomé e Principe.....	303
20 — Officio auctorisando a competente sobre carga nas estampilhas de sello relativas a propinas do exame de 2.º grau de ensino primario e matricula no Lyceu e Escola normal de Nova Gôa.....	307
23 — Decreto approvando o regulamento das officinas das obras publicas do Estado da India.....	307
23 — Decreto approvando o novo regulamento da administração de fazenda naval. ( <i>Disposições referentes ao ultramar</i> ).....	316
23 — Officio auctorisando a transferencia de uma verba das tabellas orçamentais de Cabo Verde.....	318
23 — Officio auctorisando a transferencia de uma verba das tabellas orçamentais de Angola para 1909-1910....	318
25 — Portaria provincial mandando cessar a isenção de direitos concedidos por illegal interpretação de uma Portaria regia a generos importados em S. Thomé para alimentação de officiaes e ranchos de praças...	318
27 — Decreto dissolvendo a Camara dos Deputados.....	319
27 — Decreto convocando as assembleias eleitoraes para o dia 28 de Agosto.	319
27 — Officio indicando em que casos deve ser concedida ajuda de custo aos funcionarios que regressam á metropole.....	320
30 — Provisão ecclesiastica creando uma missão catholica no Huambo, entre as de Bailundo e Caconda.....	320

## Julho

	Pag.
2 — Officio approvando a distribuição de fundos para obras publicas de Macau em 1910-1911.....	321
3 — Portaria provincial dando execução ao determinado pelo Governo da metropole ácerca do regimen do alcool em Angola em 1910-1911....	325
6 — Officio auctorisando a alteração nos preços de assignaturas e de annuncios do <i>Boletim Official</i> de Cabo Verde.....	326
7 — Portaria provincial estabelecendo a linha de reparação dos districtos de Benguella e Huilla em Angola..	326
8 — Officio communicando uma resolução ácerca do effeito de certos recursos interpostos para a junta consultiva do ultramar.....	326
8 — Portaria declarando quaes os direitos a applicar aos automoveis importados pela alfandega de Lourenço Marques.....	327
9 — Portaria censurando o procedimento do Arcebispo de Braga, concernente á suppressão da revista periodica « <i>A Voz de Santo Antonio</i> »	327
9 — Portaria provincial providenciando sobre a falta de sêllos em Macau.	329
11 — Portaria (provincial) mandando executar na escola normal de Nova Gôa algumas disposições vigentes para identicas escolas da metropole	329
15 — Portaria (provincial) restabelecendo a repartição de fazenda do concelho do Chai-Chai .....	329
15 — Portaria (provincial) mandando montar um posto de despacho no Chai-Chai .....	330
16 — Portaria auctorisando a firma Antonio R. Guimarães & C.* a transferir uma concessão de terrenos em Angola.....	330
19 — Officio dando indicações ácerca da posse a individuos nomeados para empregos da provincia em que residirem.....	331
21 — Portaria (provincial) estabelecendo na estação postal de Angola o serviço de cartas e encomendas com valor declarado .....	331
22 — Portaria approvando um contracto de cedencia feita pela Companhia da Zambezia com respeito aos prazos Milange, Lomué e Lugella....	331
26 — Portaria contendo instrucções a observar, a bordo, pelas forças militares embarcadas em navios nacionaes ou estrangeiros.....	332
28 — Officio indicando ao governador geral da India a rubrica da pauta das alfandegas applicavel á classificação do elephante.....	334
29 — Officio declarando como deve regular-se a vinda ao reino dos empregados naturaes de Cabo Verde....	334
29 — Portaria approvando duas Portarias do Governo de Cabo Verde, de 1908, sobre exploração de pedreiras	334
29 — Portaria (provincial) mandando entrar em vigor desde 1 d'agosto o uso de estampilhas de sêllo com a	

	Pag.
legenda <i>Fundo Escolar</i> para pagamento das propinas e emolumentos das escolas, no Estado da India...	335
30 — Decreto approvando o regulamento para o serviço de vacinação em Cabo Verde.....	337
30 — Decreto alterando o n.º 11.º do art. 2.º dos preliminares das pautas do territorio da Companhia de Moçambique.....	343
30 — Decreto concedendo a isenção de direitos para os materiaes destinados á conclusão dos paços do concelho de Loanda.....	343
30 — Decreto tornando extensivo aos empregados do quadro aduaneiro de Angola e S. Thomé e Príncipe o disposto nos artigos 63.º a 69.º da organização do circulo aduaneiro da Africa oriental .....	343
30 — Decreto negando provimento n'um recurso de Tito Augusto de Figueiredo Nogueira contra a sua reforma como tenente-coronel do ultramar	344
30 — Decreto negando provimento n'um recurso de José Ribeiro contra a multa imposta no julgamento das contas da Camara Municipal da Praia, em Cabo Verde .....	345
30 — Decreto concedendo o direito de aposentação aos professores das escolas municipaes ultramarinas ..	346
30 — Decreto approvando o regulamento dos estabelecimentos destinados ao aproveitamento da canna saccharina em Cabo Verde.....	346
30 — Decreto approvando o regulamento do serviço telephonico em Macau.	350
30 — Officio mandando providenciar para a representação de Angola na exposição de borrachas a realizar em Londres em 1911.....	357

## Agosto

6 — Portaria auctorisando uma exposição publica do corpo de S. Francisco Xavier.....	358
10 — Portaria (provincial) estabelecendo a taxa de contribuição commercial a cobrar sobre a farinha de arroz na alfandega de Lourenço Marques..	358
11 — Decreto approvando um accordo commercial e de navegação com os Estados Unidos da America .....	358
12 — Portaria mandando nomear Comissões especiaes para reverem todos os trabalhos de remodelação pautal nas provincias ultramarinas.	362
19 — Portaria (provincial) approvando o regulamento dos pharões e postos semaphonios e heliographicos do Estado da India.....	363
26 — Portarias (provinciaes) creando duas estações postaes na provincia de Angola.....	382
27 — Portaria (provincial) auctorisando, com restricções, o pagamento por meio de letras dos direitos alfandegarios em Timor.....	382
29 — Portaria (provincial) creando seis delegações maritimas na Guiné .....	383

30 — Officio confirmando a auctorisacão da transferencia de uma verba da tabella de despeza d'Angola.....	Pag. 383
31 — Portaria (provincial) approvando o programma dos concursos a diversos logares dos correios e telegraphos na provincia de Moçambique.	383
31 — Portaria (pelo Ministerio da Justiça) declarando sem effeito a de 21 de março de 1853, relativa ao julgamento de crimes contra a religião catholica .....	397

### Setembro

2 — Portaria (provincial) determinando a forma de pagamento do imposto de cubata em Angola.....	399
2 — Portaria (provincial) mandando adaptar 2:800 sêllos postaes a estampilhas do imposto do sêllo.....	400
3 — Portaria (provincial) creando uma estação postal em Angola.....	400
4 — Decreto (pelo Ministerio da Justiça) modificando o regulamento do registo civil de 28 de novembro de 1878 .....	401
6 — Decreto negando provimento n'um recurso de Alfredo Maria Nunes de Carvalho contra a Portaria provincial que o demittiu do logar de chefe da estação do correio de Bissau.....	404
6 — Decreto restabelecendo a sub-cura-doria dos indigenas em Pretoria.....	406
6 — Decreto concedendo á «Western Telegraph Company Limited» o direito de amarrar um cabo submarino em S. Vicente de Cabo Verde....	407
6 — Portaria regulando os depositos a effectuar nos aforamentos de terrenos proprios para construcção....	408
8 — Officio auctorisando a transferencia de algumas verbas da tabella de despeza de Cabo Verde.....	408

9 — Officio communicando ter-se resolvido a transferencia da escola de pilotagem de Cabo Verde.....	Pag. 409
12 — Portaria contendo a tabella das importancias dos reboques de embarcações nos portos dos territorios da Companhia de Moçambique .....	409
15 — Portaria (provincial) estabelecendo disposições a observar na construcção do caminho de ferro de Inham-bane .....	410
17 — Decreto concedendo amnistia para os crimes de abuso de liberdade de imprensa .....	413
21 — Officio auctorisando a transferencia de algumas verbas da tabella de despeza de Cabo Verde .....	414
21 — Portaria provincial estabelecendo a composição do concelho de Chai-Chai da provincia de Moçambique.	414
24 — Decreto adiando as Côrtes Geraes...	415
26 — Officios auctorisando transferencia de verbas da tabella da despesa de Timor.....	415
26 — Decreto auctorisando a cobrança das contribuições e rendimentos das provincias ultramarinas, na gerencia de 1910-1911 e a applicação do seu producto a despesas legaes ...	416
27 — Portaria (provincial) creando uma estação postal em Angola .....	425

### Outubro

1 — Portaria (provincial) creando um Chefado em Bissoram, na provincia da Guiné .....	426
4 — Portaria (provincial) estabelecendo os emolumentos a cobrar por certidões em todas as Repartições da provincia de Moçambique na falta de tabella especial .....	426
4 — Portaria (provincial) approvando o regulamento geral do serviço dos postos meteorologicos da provincia de Moçambique .....	427

**COLLECÇÃO**

**DA**

**Legislação novíssima do ultramar**

---

**1910**

# COLLECÇÃO

DA

## LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

---

1910

---

JANEIRO

Tendo, por virtude do decreto de 2 de outubro de 1909, da extincção das divisões navaes denominadas do Atlantico e Sul do Indico, passado a ser consideradas em estação e condições iguaes ás dos navios estacionados nas provincias de Cabo Verde, Guiné, India e Macau os navios em serviço nas provincias de Angola e Moçambique; e sendo actualmente diminuto o numero d'estes navios com pequeno numero de officiaes: hei por bem, alterando a disposição do artigo 19.º da ordenança geral da armada de 5 de março de 1896, determinar que o prazo minimo de duração dos commandos das lanchas fluviaes seja de um anno e que as nomeações dos respectivos commandantes fiquem a cargo do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.

O mesmo Ministro e Secretario de Estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 11 de janeiro de 1910. = REI. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(*Diario do Governo*, n.º 9.)

---

Considerando que se impõe a urgente remodelação dos serviços militares do ultramar, de modo a dar aos quadros das provincias a melhor organização e ás respectivas forças as devidas garantias, melhorando-lhes quanto possivel a situação;

Tendo em conta a necessidade de, attendendo a uma indispensavel cooperação, não perturbar o bom funcionamento do organismo militar da metropole;

Sendo preciso assegurar a mais perfeita execução do serviço, tomando em conta as circumstancias especiaes privativas de cada uma das possessões ultramarinas e olhando quanto possivel aos interesses do Thesouro, manda Sua Magestade El-Rei, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar,

nomear uma commissão, para estudar este assunto, composta dos seguintes officiaes :

Conselheiro, Manuel Rafael Gorjão, general de divisão;  
 Firmino Maria Antunes do Valle, coronel de Artilharia;  
 Conselheiro Thomás Antonio Garcia Rosado, tenente coronel do serviço do estado maior;  
 Antonio José Garcia Guerreiro, tenente coronel do serviço do estado maior;  
 Francisco Xavier Correia Mendes, major do serviço do estado maior;  
 Conselheiro Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, capitão de artilharia;  
 João Mascarenhas Manuel de Mendonça Gaivão, capitão de artilharia;  
 João Maria Esteves de Freitas Junior, capitão de infantaria;  
 Antonio Eduardo Romeiras de Macedo, capitão de infantaria;  
 Domingos Manuel do Amaral, capitão do corpo de officiaes da administração militar;  
 Manuel Maria Bordallo Protes Pinheiro, facultativo de 1.<sup>a</sup> classe do quadro de saúde de Angola e S. Thomé e Príncipe;  
 Servindo o primeiro de presidente e o capitão Antonio Eduardo Romeiras de Macedo de secretario.  
 Paço, em 15 de janeiro de 1910. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(Diario do Governo, n.º 12.)

Attendendo ao que me representou o governador da provincia de Cabo Verde sobre a conveniencia de serem isentos do pagamento do imposto do sêllo os processos de arrendamento de terrenos baldios, a fim de se promover o aproveitamento dos mesmos terrenos;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e Conselho de Ministros; e

Usando da autorização concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Primeiro Acto Addicional á Carta Constitucional da Monarchia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' applicavel aos processos de arrendamento de terrenos baldios na provincia de Cabo Verde a disposição do artigo 1.º do decreto de 26 de novembro de 1903.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de janeiro de 1910. = REI. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(Diario do Governo, n.º 21.)

Attendendo ao que me representou o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar acêrca da conveniencia de alterar algumas disposições da «Organização dos serviços telegrapho-postaes da provincia de Moçambique», mandada pôr em execução por portaria provincial de 21 de janeiro de 1908, as quaes são oppositas a outras que já se encontravam em vigor por decretos com força de lei, especialmente o de 11 de dezembro de 1902, e que necessario se torna manter;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto Addicional á Carta Constitucional da Monarchia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' approvada a «Organização dos serviços telegrapho-postaes da

provincia de Moçambique», mandada pôr ali em execução por portaria provincial de 21 de janeiro de 1908, com as modificações que lhe são introduzidas, a qual faz parte integrante d'este decreto e baixa assinada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.

Art. 2.º Continuum em vigor todas as disposições do regulamento para o serviço dos correios ultramarinos, approved por decreto de 11 de dezembro de 1902, com excepção das que são modificadas pela referida organização para a provincia de Moçambique.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

O mesmo Ministro e Secretario de Estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de janeiro de 1910. = REL. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

## Organização dos serviços telegrapho-postaes da provincia de Moçambique

### LIVRO I

#### Disposições geraes

#### CAPITULO I

#### Designação dos serviços

Artigo 1.º Na provincia de Moçambique constituem monopolio do Estado:

1.º Os serviços de transporte e distribuição de cartas, missivas, cartões postaes, bilhetes postaes, processos judiciais e correspondencias de natureza de cartas ou fechadas como tal; a venda de sellos e quaesquer outras formulas de franquia de correios e telegraphos e o estabelecimento ou exploração de estações e receptaculos postaes;

2.º Os serviços relativos ao estabelecimento e exploração, para uso do publico e do Estado, das linhas telegraphicas, telephonicas, e de todos os meios pneumaticos, acusticos, electricos, opticos, ou de outra natureza, para a permutação rapida de correspondencias, que ficam constituindo monopolio do Estado, são commettidos á Repartição Superior dos Correios, criada por decreto de 11 de dezembro de 1902, a qual, pelo motivo d'este addicionamento de serviços, passa a denominar-se Repartição Superior dos Correios e Telegraphos da provincia de Moçambique.

§ 1.º Exceptuam-se do disposto do presente artigo:

- a) O transporte de cartas de simples recommendação;
- b) O transporte de cartas, cartões postaes, bilhetes postaes e processos judiciais que já tenham transitado pelo correio;
- c) O transporte de cartas, cartões postaes, bilhetes postaes e processos judiciais que já tenham sido franqueados e carimbados nas estações postaes do logar da procedencia;
- d) O transporte de cartas, cartões postaes, bilhetes postaes e processos judiciais para uma estação postal;
- e) O transporte de cartas, cartões postaes, bilhetes postaes e processos judiciais para particulares no recinto das povoações, salvo quando constitua deposito de distribuição e seja feito por conta d'este;

f) Os meios de permutação rápida de correspondencia de qualquer especie que sejam, quando limitados ao serviço interno:

1.º De uma habitação, propriedade rural, fabrica ou estabelecimento industrial ou commercial;

2.º Da exploração dos caminhos de ferro de interesse geral ou particular.

§ 2.º São especialmente commettidos ás estações semaphoricas, dependentes da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, alem do serviço publico da correspondencia official e particular entre o mar e a terra, o da vigilancia do mar e da costa pelo que interessa á segurança publica, fiscalização aduaneira e navegação, e o das observações meteorologicas quando as mesmas estações sejam providas dos instrumentos apropriados.

§ 3.º A Repartição Superior dos Correios e Telegraphos da provincia de Moçambique corresponde-se com a Direcção Geral do Ultramar pela repartição competente e d'ella recebe ordens directas em todo o expediente ordinario de correios e telegraphos.

Art. 2.º A superintendencia de todos os serviços telegrapho-postaes da provincia de Moçambique pertence ao governador geral, sendo exercida a respectiva fiscalização superior sobre os mesmos serviços pelo inspector das obras publicas e nos districtos tambem pelos governadores, conforme as indicações do governador geral e segundo o que for estabelecido nas leis e regulamentos e nas convenções e acordos internacionaes em vigor.

Art. 3.º O Governo reserva-se o direito exclusivo de fazer executar quaesquer experiencias com os systemas e aparelhos de telegraphia electrica, ou de outra especie, actualmente inventados, e nomeadamente com os classificados como telegraphia sem fios, conductores ou semelhantes.

Art. 4.º O estabelecimento e a exploração de quaesquer meios de permutação rápida de correspondencia, em algum ponto da provincia onde não prejudiquem o monopolio do Estado, nem importem inconvenientes para os interesses publicos, podem ser objecto de concessão, que será da competencia do governo geral e será dada nos termos do que se dispõe nos artigos 57.º ou 64.º da presente organização.

§ unico. A fiscalização do estabelecimento e exploração dos meios de permutação rápida de correspondencia, que forem objecto de concessões, tanto das já existentes como das futuras, é incumbida á Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

Art. 5.º O governador geral poderá com o voto affirmativo do Conselho do Governo, quando se derem circumstancias anormaes ou casos de guerra, suspender por tempo indeterminado o serviço de correspondencia telegraphica e telephonica ou de outra especie, tanto nas linhas do Estado como nas outras que, por acordo ou concessão do Governo, estão actualmente estabelecidas ou que vierem a estabelecer-se, e tomar as providencias necessarias para que essa resolução seja cumprida.

Art. 6.º E' prohibido, sem previa autorização do Governo, estabelecer ou abrir á exploração linhas ou estações telegraphicas, telephonicas ou outras para permutação rápida de correspondencias, estações semaphoricas ou sinaes maritimos.

O Governo, logo que tiver conhecimento de qualquer contravenção das disposições d'este artigo, ordenará que pela Repartição Superior dos Correios e Telegraphos se inutilize tudo quanto estiver feito, sem dependencia de intimação, e se instaure processo para applicação do artigo 188.º do Codigo Penal ou de outras disposições penaes que o substituam.

D'este procedimento não deriva direito algum de indemnização ao infractor.

§ unico. O material das linhas e estações inutilizadas será apprehendido e ficará pertencendo ao Estado.

Art. 7.º Consideram-se nullas e de nenhum effeito todas as concessões referentes aos serviços que, nos termos do artigo 1.º, são monopolio do Estado, feitos por qualquer autoridade ou corporação administrativa fora dos precisos termos d'este regulamento.



## CAPITULO II

## Uso publico dos serviços dos correios e telegraphos

Art. 8.º E' permittido a todos fazer uso dos meios da communicacão postal ou telegraphica, explorados pelo Estado, salvas as disposições dos artigos seguintes:

Art. 9.º O correio não transporta nem distribue:

a) Os objectos cuja conducção importe riscos para os empregados ou deterioração para as correspondencias;

b) As correspondencias em que possam ler-se palavras injuriosas ou attentatorias da moral;

c) As correspondencias ou volumes contendo moedas antigas ou modernas em circulaçãõ ou fóra d'ella, nacionaes ou estrangeiras, objectos de metaes ou pedras preciosas, fóra dos termos dos regulamentos respectivos;

d) Quaesquer titulos ou valores ao portador não expedidos com valor declarado;

e) Os objectos muito frageis ou que se possam arruinar em consequencia de manipulações postaes usuaes ou que pelo seu acondicionamento não se prestem aos transportes postaes;

f) As correspondencias ordinarias ou registadas (cartas ou maços) procedentes de paes estrangeiros, contendo objectos de importação prohibida;

g) Os objectos cujo peso ou volume exceda o fixado nos regulamentos e, em geral, toda a correspondencia fóra das condições nelles estabelecidas.

Art. 10.º O telegrapho não transmite telegrammas contrarios á moral e á ordem publica, nem aquelles:

1.º Que contiverem termos obscenos ou cujo teor constituir injuria ou opprimir ideias criminosas ou offensivas das leis e dos bons costumes;

2.º Que possam prejudicar a segurança publica ou interesses do Estado;

3.º Que forem por algum modo offensivos da consideração devida ás autoridades e poderes constituidos e seus representantes;

4.º Que tiverem por objecto a perpetração de crimes ou delictos;

5.º Que tratarem manifestamente de impedir a acção da justiça na investigação de crimes ou na perseguição dos criminosos;

6.º Que contiverem noticias manifestamente falsas.

§ 1.º A transmissãõ, por inadvertencia, dos telegrammas a que se refere este artigo será suspensa em qualquer phase do serviço.

§ 2.º Os motivos de recusa ou suspensãõ de transmissãõ ou entrega serão resumidamente notados nos telegrammas originaes, que ficarão archivados pelo tempo designado nos regulamentos.

§ 3.º Não pode ser recusada a transmissãõ ou suspensa a entrega de quaesquer telegrammas officiaes do serviço interno, salvo em circumstancias excepcionaes.

§ 4.º A applicação das disposições d'este artigo a parte de um telegramma particular importará a recusa de transmissãõ ou a suspensãõ da entrega de todo o telegramma, excepto se for noticioso e destinado á imprensa.

§ 5.º As regras estabelecidas n'este artigo e seus paragraphos são applicaveis ás correspondencias telegraphicas sul-africanas e internacionaes, na falta de disposições especiaes nos regulamentos respectivos.

Art. 11.º E' expressamente prohibido transmittir pelo telephone communicacões contrarias á segurança publica, á moral, aos bons costumes ou aos interesses do Estado. O Governo poderá fiscalizar, por intermedio dos empregados telegrapho-postaes, o uso que se faz das linhas e redes telephonicas.

Art. 12.º O segredo das cartas e dos telegrammas é inviolavel, qualquer que seja a autoridade ou poder publico que pretenda devassá-lo e seja qual for o fundamento ou pretexto allegado, salvo o disposto no artigo seguinte.

O sigillo das cartas e dos telegrammas importa a prohibição absoluta de revelar o seu texto, bem como a de prestar indicações que permittam a violação do mesmo sigillo.

§ unico. O sigillo estende-se a todos os documentos que tenham relação com os serviços telegrapho-postaes, e a quaesquer assuntos profissionaes.

Art. 13.º Nenhuma autoridade extranha aos serviços de correios e telegraphos poderá nelles intervir, salvo sendo requisitado pelos empregados naquelle serviço e nos casos de crimes praticados por estes empregados ou contra elles, nas respectivas repartições.

E' assim expressamente prohibido, sem ordem do governador geral, ouvido o inspector das obras publicas:

1.º Abrir inquerito acêrca do modo por que são desempenhados os serviços dos correios e telegraphos;

2.º Exercer qualquer especie de intervenção em assunto inherente aos monopolios do Estado indicados nos regulamentos.

§ unico. Os empregados do serviço telegrapho-postal são competentes para levantar autos e prender os infractores das leis e regulamentos de correios e telegraphos, nos casos em que a prisão é permittida.

Art. 14.º Quando, para formação do corpo de delicto, for necessario proceder a exames a originaes, copias de telegrammas e fitas, o juiz ou a autoridade a quem competir a instrucção do processo requisitará ao chefe da repartição onde existirem esses documentos a apresentação d'elles, indicando todos os elementos de que tiver conhecimento para facilidade da busca e o dia e hora em que o exame deve verificar-se.

Art. 15.º Os originaes e as copias dos telegrammas e as fitas ou peças analogas serão archivadas pelo tempo determinado nos regulamentos e inutilizados no fim d'esse prazo.

Art. 16.º Os originaes dos telegrammas só podem ser patenteados ao expedidor ou destinatario, reconhecida a sua identidade. Só estes ou seus legitimos representantes poderão obter, no prazo regulamentar, certidão dos telegrammas transmittidos ou recebidos.

Quando, porem, algum telegramma transmittido tiver sido suspenso, nos termos do artigo 10.º d'este regulamento ou por ordem do expedidor, o destinatario não poderá obter certidão ou ter conhecimento do seu conteudo.

§ unico. Os originaes, fitas e mais documentos só podem ser patenteados aos seguintes funcionarios publicos:

1.º Ao governador geral e inspector das obras publicas;

2.º Ao director dos correios e telegraphos ou a quem legalmente o substitua;

3.º Aos chefes de serviço, os que existam nos archivos da sua dependencia;

4.º Aos empregados das estações, os que respeitam ao desempenho das funções que individualmente exerçam.

Art. 17.º E' inviolavel, como o sigillo telegraphico, o das correspondencias transmittidas pelas redes e linhas telephonicas.

Só os funcionarios telegrapho-postaes, que teem direito de conhecer o conteudo dos telegrammas, teem o direito de fiscalizar as communicações telephonicas, nas linhas e redes de serviço publico, devendo para este fim dar-se-lhes livre accesso a todas as installações publicas e particulares d'esta especie.

Art. 18.º A nenhuma autoridade é permittido abrir ou fazer abrir as malas ou sacos do correio, qualquer que seja o fundamento ou razão allegada.

Os regulamentos determinarão, porem, os casos em que, por suspeita fundamentada, essa abertura deve ser feita, perante alguma autoridade, pelos empregados telegrapho-postaes.

Art. 19.º E' expressamente prohibido a qualquer autoridade apprehender ou fazer apprehender as correspondencias postaes na mão dos distribuidores.

Art. 20.º As correspondencias postaes, emquanto não chegam ás mãos dos destinatarios, pertencem aos remittentes, salvo as disposições expressas dos regulamentos.

§ 1.º O remittente de correspondencias postaes, provada a sua identidade, tem o direito, nos termos dos regulamentos, de as retirar, de suspender a sua transmissão e entrega e de rectificar o respectivo endereço.

§ 2.º O Governo reserva-se o direito de affixar ou permittir que sejam affi-

xadas nos envolveros das cartas, ou outras correspondencias, etiquetas com annuncios, nos termos que serão designados em regulamento especial.

Art. 21.º As cartas caídas em refugio serão abertas, mas não lidas, podendo comtudo verificar-se os nomes dos signatarios e os das terras de onde veem datadas, para serem devolvidas.

§ 1.º Os objectos considerados refugio terão o seguinte destino:

a) As correspondencias epistolares que não possam ser entregues aos destinatarios ou restituídas aos remetentes serão destruidas;

b) Os jornaes, impressos, manuscritos sem character epistolar, as amostras, caixas e encommendas postaes que não poderem ser entregues ou restituídas aos remetentes, os objectos de metaes e pedras preciosas encontrados em cartas ou maços, os valores ao portador expedidos fóra das condições regulamentares e quaesquer outros objectos de valor encontrados em correspondencias, serão vendidos.

§ 2.º Os regulamentos especiaes providenciarão para os casos não previstos neste artigo.

Art. 22.º O Governo Geral da provincia poderá ordenar, ouvida a Inspeção das Obras Publicas e a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, ou por proposta d'esta, que os expedidores ou apresentantes de telegrammas nas condições dos n.ºs 1.º a 6.º do artigo 10.º sejam perseguidos e entregues ao poder judicial como agentes dos crimes e delictos a que esses numeros se referem.

O facto da sustação de transmissão ou de entrega de um telegramma ao destinatario não modificarão a responsabilidade criminal do expedidor e a do apresentante.

§ 1.º O destinatario de um telegramma poderá igualmente requerer, pelo governo geral da provincia, que se instaure processo contra o expedidor, nos termos d'este artigo.

§ 2.º Aos empregados telegrapho-postaes que tiverem intêrvindo na transmissão de um telegramma ou da sua entrega ao destinatario não se poderá, comtudo, exigir responsabilidade criminal pelos actos praticados, emquanto a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos os não julgar incursos em delicto.

Art. 23.º O Estado é responsavel, nos termos das leis e regulamentos:

a) Pelas correspondencias registadas e encommendas postaes sem declaração de valor;

b) Pelas cartas, caixas e encommendas postaes com valor declarado;

c) Pelas quantias representadas pelos vales provinciaes legalmente emittidos e pelas importancias recebidas na devida forma, para serem convertidas em vales provinciaes ou pagaveis na metropole e ilhas adjacentes, outras colonias portuguezas ou em países estrangeiros;

d) Pelas importancias dos embolsos, depois de cobrados;

e) Pelas importancias dos recibos, letras, facturas e documentos analogas, cobrados por conta de particulares;

f) Pelas importancias recebidas pelas assinaturas de publicações periodicas;

g) Pelos valores a que se referem acordos e convenções ultramarinas;

h) Pela transmissão e entrega dos telegrammas.

Art. 24.º A responsabilidade do Estado cessa:

a) Quando a perda do objecto registado ou da encommenda postal succeda em país que por convenção ou tratado não tenha contrahido a obrigação de pagar indemnisação;

b) Sendo o extravio motivado por negligencia do remetente;

c) Provando-se ser falsa a declaração de valor;

d) Nos casos de força maior, como revolta ou guerra estrangeira, incendio, naufragio, inundação e outros sinistros semelhantes ou arrebatamento por meio violento;

e) Quando os objectos ou valores tenham sido competentemente entregues, mediante recibo;

f) Quando o extravio do telegramma succede em país que, por convenção ou tratado, não tenha contrahido obrigação de pagar indemnizações;

g) Findos os prazos marcados para apresentação de reclamações, quando estas não tenham sido apresentadas.

§ unico. Não se considera caso de força maior o arrombamento ou subtracção praticada pelos empregados a cuja guarda estiverem confiados ou por cujas mãos passem os valores ou correspondencias.

Art. 25.º O direito á reclamação por valores perdidos ou extraviados prescreve passado um anno da data do registo ou entrega das correspondencias ou valores nas repartições telegrapho-postaes.

§ unico. O direito á reclamação por valores perdidos ou extraviados, nos casos previstos nos regulamentos especiaes e acordos ou convenções internacionais, prescreve nos prazos nelles marcados.

Art. 26.º O Estado não é responsavel:

1.º Pelas consequencias ou demoras na transmissão, recepção e entrega das correspondencias postaes ou valores confiados ao correio;

2.º Pelo extravio das correspondencias, exceptuando os casos previstos no artigo 27.º;

3.º Pelos valores incluidos em cartas ou maços não registados;

4.º Pelos serviços não previstos nos regulamentos postaes;

5.º Pelos objectos confiados pelos particulares aos distribuidores para estes fazerem registar nas estações;

6.º Pelas quantias confiadas pelos particulares aos distribuidores para estes fazerem converter em vales;

7.º Pelo extravio ou perda total ou parcial dos titulos para cobrança e objectos com embolso que não chegarem a ser cobrados, alem do limite marcado no artigo 27.º;

8.º Pela consequencia dos erros ou demora nas cobranças e embolsos feitos pelo correio;

9.º Pela consequencia de interrupção ou suspensão das publicações periodicas cujas assinaturas houverem sido tomadas e pagas;

10.º Pelos prejuizos que possam resultar de avarias causadas na correspondencia, caixas e encommendas postaes, pelos accidentes de transporte e manipulação;

11.º Pelas consequencias da transmissão e recepção incorrecta de telegrammas ou pela demora de transmissão, recepção e entrega de correspondencias telegraphicas;

12.º Pelos serviços não previstos neste regulamento.

Art. 27.º O Estado paga:

1.º Ao remettente de cada objecto registado sem declaração de valor, extraviado ou perdido, 9\$000 réis;

2.º Ao remettente de cada volume de encommendas postaes, o que se encontra fixado no regulamento;

3.º Ao remettente de cada carta ou caixa com valor declarado:

a) No caso de extravio ou perda do total, a importancia integral do valor declarado e as despesas de expedição, com exclusão do premio de seguro;

b) No caso de perda parcial, a importancia dos valores que faltarem, até o limite de declaração.

4.º Aos tomadores de vales provinciaes e aos depositantes de quantias destinadas a serem convertidas em vales pagaveis na metropole e ilhas adjacentes, outras colonias portuguezas ou paes estrangeiros, se esses vales não tiverem sido emitidos ou pagos ao destinatarios, a importancia dos vales ou depositos.

5.º Ao remettente de recibos, letras, facturas e documentos analogos e de correspondencias ou encommendas sujeitas a embolso:

a) No caso de extravio não chegando a effectuar-se a cobrança ou embolso, 9\$000 réis por cada remessa ou 5\$000 sendo encommenda;

b) No caso de extravio das quantias cobradas, a importancia cobrada, com deducção das despesas effectuadas;

6.º Aos individuos que tomarem e pagarem assinaturas para publicações periodicas no caso de não serem as respectivas importancias entregues aos

editores ou empresarios das mesmas publicações, a importancia cobrada, com deducção das despesas effectuadas;

7.º Aos expedidores e destinatarios de telegrammas, nos casos de extravio, demora, transmissão incorrecta e outros, as quantias respectivamente fixadas para cada caso nos regulamentos;

8.º Nos casos previstos nos acordos e convenções internacionaes, o que ahi estiver estabelecido.

§ 1.º A indemnização a que se refere o n.º 1.º d'este artigo não terá logar quando se tratar de correspondencias officiaes.

§ 2.º Para o pagamento de indemnizações aos remetentes de cartas com valor declarado, de que trata o n.º 3.º deste artigo, o valor dos titulos sujeitos a curso variavel é determinado pela cotação do mercado na capital da provincia no dia do registo.

§ 3.º A perda ou desaparecimento de parte do conteudo de qualquer encomenda postal, carta ou maço registado, não dá logar a indemnização.

§ 4.º Não serão restituídas as taxas provinciaes dos telegrammas que forem suspensos em virtude das disposições do artigo 10.º, depois de effectuada a sua transmissão pela estação de origem.

§ 5.º As indemnizações de que tratam os n.ºs 1.º a 3.º podem ser pagas aos destinatarios, a pedido dos remetentes.

Art. 28.º O Estado fica subrogado nos direitos dos remetentes das encomendas ordinarias e das cartas, caixas e encomendas postaes com valor declarado logo que pague a respectiva indemnização.

### CAPITULO III

#### Portes e taxas

Art. 29.º Os portes e taxas de serviços postaes e as taxas dos serviços telegraphicos e telephonicos do Estado, bem como os respectivos modos de cobrança, são fixados pelo Governo Central, que estabelecerá outrossim as tarifas e provisões regulamentares relativas ás correspondencias postaes e telegraphicas internacionaes, de acordo com os tratados e convenções.

§ unico. O Governo Geral fixará nos regulamentos especiaes as condições de estabelecimento das estações do Estado que hajam de ser criadas a requerimento de corporações administrativas ou de particulares, sendo por estes satisfeitos os respectivos encargos de construcção e exploração.

Art. 30.º Os telegrammas serão classificados em tres categorias: officiaes, de serviço ou particulares.

1.º São considerados officiaes, qualquer que seja o destinatario, os telegrammas internos relativos a serviço publico, expedidos pelo governador geral, chefes de serviços provinciaes, governadores de districto e chefes de divisão dos correios e telegraphos.

As demais autoridades ou funcionarios publicos, tanto civis como militares, poderão expedir telegrammas internos officiaes a todos ou só a determinadas classes de funcionarios e particulares nos termos e nos limites fixados pelo Governo Geral nos regulamentos.

a) O direito de expedir telegrammas officiaes só se transmite, durante o impedimento de qualquer autoridade ou funcionario que o possua, ao seu substituto legal, quando d'isso seja previamente avisada a estação telegraphica a que interesse;

b) As respostas aos telegrammas officiaes só serão isentas de taxa ou gozarão de prioridade de transmissão nos casos expressamente designados no regulamento respectivo.

2.º São considerados de serviço os telegrammas expedidos nos termos do respectivo regulamento por empregados telegrapho-postaes e relativos a assuntos das suas attribuições;

3.º São considerados particulares os que não satisfazem ás condições dos n.ºs 1.º e 2.º

§ unico. Os telegrammas dividir-se-hão ainda em tres grupos, a saber:

a) Telegrammas internos:

Os que são trocados entre as estações da provincia sem intervenção de cabos submarinos, ou linhas exploradas por companhias, ou empresas telegraphicas, ou administrações estrangeiras;

b) Telegrammas sul-africanos:

Os que são trocados entre as estações da provincia, administradas pelo Estado, e as estações telegraphicas estrangeiras da Africa do Sul, ou entre as estações do Estado na provincia, e que hajam de transitar por cabos submarinos, ou linhas exploradas por empresas telegraphicas, ou administrações estrangeiras;

c) Telegrammas internacionaes:

Os que são trocados entre as estações da provincia e a metropole, países estrangeiros (fora dos casos citados na alinea anterior), ou outras provincias ultramarinas portuguezas, e os que como taes forem classificados nos contratos e convenções vigentes.

Art. 31.º São isentos de porte ou taxa:

1.º As cartas de officio e os maços de serviço publico não registados, permutados entre funcionarios publicos de uma provincia ou entre funcionarios de provincias ultramarinas entre si e com a metropole e ilhas adjacentes, quando expedidos nos termos do regulamento especial;

2.º Os vales de correio permutados entre os funcionarios publicos a que for concedida essa faculdade e nos limites que lhe forem fixados no regulamento respectivo;

3.º As correspondencias franqueadas caidas em refugo e reenviadas por qualquer motivo;

4.º A correspondencia postal official, registada ou não, trocada entre os funcionarios postaes ou expedida por elles a particulares;

5.º A correspondencia postal ou telegraphica dirigida ao chefe da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos da provincia;

6.º Os telegrammas internos de serviço postal ou telegraphico;

7.º Os telegrammas internos meteorologicos e astronomicos relativos á hora official, quando sejam expedidos nos termos e limites fixados pela Repartição Superior dos Correios e Telegraphos;

8.º Os telegrammas internos e os serviços telephonicos nas redes e linhas do Estado, do governador geral, ou expedidos em seu nome, do inspector das obras publicas e director dos correios e telegraphos;

9.º Os telegrammas officiaes internos.

Art. 32.º Ficam sujeitos ao pagamento previo dos respectivos portes ou taxas:

1.º O registo das cartas de officio e maços de serviço publico e a sua distribuição por proprio, com excepção das remessas de sellos e outras formulas de franquia, dos processos eleitoraes, dos judiciaes de interesse de presos pobres e da correspondencia postal;

2.º A transmissão de telegrammas officiaes sul-africanos ou internacionaes, quando os países de transito e destino exijam as respectivas taxas;

3.º A taxa de proprio dos telegrammas officiaes de serviço interno que precisem d'este modo de distribuição;

4.º A transmissão dos telegrammas, embora de serviço publico, expedidos por corporações administrativas ou institutos de beneficencia;

5.º A transmissão de telegrammas de quaesquer funcionarios ou autoridades, fóra dos limites estabelecidos nos regulamentos;

6.º As assinaturas ou subscrições nas redes telephonicas publicas do Estado e as conservações telephonicas pelas linhas das mesmas redes.

§ unico. O premio de registo e a taxa para proprio de cartas de officio e maços de serviço sempre pagos adeantadamente por affixação de estampilhas.

Art. 33.º A franquia de correspondencias sujeitas a portes diversos, incluidas no mesmo maço, será regulada pela de maior porte.

Art. 34.º O Governo Geral determinará as condições e épocas para a execução dos serviços não especificados neste regulamento e que ainda não vigoram na provincia.

Art. 35.º São extensivas aos serviços telegrapho-postaes mencionados neste regulamento as vantagens, facilidades e prerogativas de que goza o serviço postal consignadas em diplomas especiaes.

## CAPITULO IV

### Estabelecimento e exploração dos serviços dos correios e telegraphos

Art. 36.º A conducção de malas do correio será feita:

1.º Pelas vias fluviaes e maritimas, em barcos de qualquer especie;

2.º Pelas vias terrestres;

a) Nas estradas ordinarias e caminhos, em carro, a cavallo, a pé ou por outro meio;

b) Nos caminhos de ferro, em ambulancias postaes, ou nas carruagens e vagon ordinarios.

§ 1.º O governador geral deverá aproveitar, para conducções, por qualquer d'aquelles meios, não só as carreiras de transportes já estabelecidas, mas tambem a navegação das lanchas-canhoneiras ou outros barcos, nos rios, ou transformá-las, quando circumstancias o aconselharem, em meios de transporte, á conta do Estado, para malas e passageiros, podendo subsidiar novas carreiras de transportes, ou criar, com material pelo mesmo Estado adquirido, as carreiras necessarias áquelles fins.

§ 2.º Os governadores districtaes e a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos proporão superiormente as conducções que devem ser criadas de novo, fundamentando-lhes as vantagens e necessidades e acompanhando-as com as tabellas provaveis de receita de passageiros, eliminação de encargos existentes, etc., e das respectivas despesas, e competindo áquelles governadores estabelecer, desde logo, todas as conducções convenientes, compatíveis com os orçamentos provinciaes.

§ 3.º A administração d'estas conducções ficará a cargo da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, fiscalizada nos termos do regulamento geral de administração de fazenda.

Art. 37.º Os contratos de conducção de malas com particulares serão feitos, em regra, por meio de concurso publico, nos termos fixados no regulamento especial, podendo cada arrematação limitar-se a uma ou mais carreiras ou a todas as que se comprehendem em determinada região ou país.

Quando, porem, as conveniencias do serviço o exigirem, poder-se-ha empregar em estafetas individuos assalariados pelo correio ou dispensar as formalidades do concurso, modificar as condições geraes da arrematação, ou fazer esta por ajuste ou contrato particular.

Art. 38.º O transporte de malas do correio pelos navios da marinha de guerra e por quaesquer outros pertencentes ao Estado será feito nos termos do regulamento especial.

§ unico. Os horarios e itinerarios das lanchas-canhoneiras ou outros barcos do Estado conduzindo malas, em serviço nos rios e esteiros, será determinado pelo Governo Geral por proposta da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

Art. 39.º As ambulancias postaes são propriedade do Estado, ficando a sua aquisição, conservação e reparação a cargo da Fazenda.

Art. 40.º A tracção das ambulancias postaes e a circulação de todos os

empregados do correio, em serviço, são gratuitas em todas as linhas ferreas, embora estas não pertençam ao Estado.

Art. 41.º Nos comboios que não transportem ambulancias postaes, os caminhos de ferro porão á disposição do correio dois compartimentos de 2.<sup>a</sup> classe para a conducção de malas e empregados que as acompanhem.

Art. 42.º E' obrigatorio, para os caminhos de ferro, o transporte gratis de todas as malas postaes, sem limite de peso, volume ou distincção de conteudo, bem como a limpeza externa das mesmas ambulancias.

Art. 43.º Os capitães ou mestres de navios nacionaes, de vela ou de vapor, são obrigados a transportar gratuitamente ao seu destino as malas que o correio lhes confiar nos portos portuguezes da partida e escala ou onde arribarem. São, alem de isso, responsaveis pelas infracções dos regulamentos postaes commettidas pelas respectivas tripulações e passageiros.

Art. 44.º Os donos, agentes ou consignatarios de navios serão responsaveis para com o correio por todas as irregularidades commettidas pelos seus capitães ou mestres, no serviço postal.

Art. 45.º Os navios a vapor, nacionaes, matriculados nas capitánias da provincia, que fizerem escala regular nos portos d'esta colonia, poderão ser considerados paquetes, e como taes receber a competente patente.

Art. 46.º Os navios nas circunstancias do artigo anterior a que tenham sido concedidas patentes de paquetes na metropole serão considerados como taes nesta provincia, se aqui registarem aquelles diplomas.

Art. 47.º A patente concedida numa outra colonia portuguesa surte effeito na provincia de Moçambique.

Art. 48.º Os navios portuguezes a que for conferida a patente de paquete serão obrigados a reservar transporte gratuito, em primeira camara, aos empregados que desempenharem o serviço de inspecção ou o serviço postal a bordo, e a pôr á disposição do correio o espaço conveniente e apropriado para a arrecadação dos volumes postaes e manipulação, em viagem, das correspondencias, bem como a transportar gratuitamente as malas do correio sem limite de peso ou volume, e gosam dos seguintes privilegios:

1.º Preferencia no registo, tanto á entrada como á saída do porto, e bem assim no ancoradouro;

2.º Registo, tanto á entrada como á saída e no ancoradouro, a qualquer hora da noite;

3.º Desembarque dos passageiros, effectuado que seja o registo;

4.º Carga e descarga simultaneas, quer de dia, quer de noite;

5.º Dispensa de visitas das autoridades sanitarias e aduaneiras, quando não haja motivo especial para se fazerem;

6.º Despacho por entrada ou saída, tanto nos dias santificados como nos feriados, sob responsabilidade dos agentes ou consignatarios das empresas a que os navios pertencerem;

7.º Faculdade para os capitães se fazerem representar, em todas as formalidades do expediente das alfandegas, pelos seus agentes ou consignatarios.

§ unico. As patentes de paquetes serão conferidas pelo governador geral da provincia, ouvida a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos e capitania do porto da sede do Governo.

Art. 49.º As disposições dos artigos 45.º a 48.º serão applicaveis aos navios a vapor estrangeiros, fazendo escala regular nos portos ultramarinos portuguezes, se convier encarregá-los do transporte de malas do correio.

Art. 50.º Para o estabelecimento das linhas telegraphicas, telephonicas, pneumaticas ou quaesquer outras, quer aereas, quer subterraneas, pertencentes ao Estado e destinadas á permutação rapida de correspondencias, poderá o Governo aproveitar-se das ruas, praças, estradas, caminhos e cursos de agua, bem como dos caminhos de ferro e de quaesquer vias de communicação que sejam do dominio publico, comtanto que se respeite o fim a que é destinado esse dominio.

§ unico. Ficam nestes casos a cargo do Governo unicamente as reparações dos prejuizos immediatamente causados pelo trabalho de construcção de linhas.



Art. 51.º Para o estabelecimento das linhas a que se refere o artigo antecedente poderá o Governo:

- 1.º Collocar postes ou apoios em terrenos pertencentes a particulares;
- 2.º Fazer passar os fios conductores sobre as propriedades particulares;
- 3.º Estabelecer supportes nas paredes ou nos telhados dos edificios confinantes com as vias publicas, com a condição, porem, de que esses supportes sejam facilmente accessiveis do exterior d'aquelles edificios;

4.º Estabelecer fios conductores parallelamente ás fachadas dos edificios e na proximidade d'estes;

5.º Estabelecer conductores subterraneos através de terrenos pertencentes a particulares, com excepção de jardins, pateos e recintos murados.

§ 1.º Os fios aereos serão sempre collocados por forma que os proprietarios dos terrenos ou edificios sobre os quaes, ou nos quaes, elles estejam estabelecidos possam dispor livremente das suas propriedades para o fim a que ellas são destinadas, e soffram o minimo prejuizo ou embaraço em consequencia da existencia das linhas.

§ 2.º Os proprietarios dos terrenos ou edificios a que se refere o § 1.º terão sempre o direito de fazer quaesquer obras de reparação, reconstrucção ou ampliação, que julgarem convenientes, mesmo quando taes obras exijam o afastamento ou remoção dos fios, sem que devam, por tal facto, qualquer indemnização ao Estado, comtanto que os empregados telegrapho-postaes, respectivamente encarregados da reparação d'essas linhas, sejam officialmente prevenidos com a necessaria antecedencia.

§ 3.º O estabelecimento de linhas telegraphicas ao longo de linhas ferreas deverá ser feito por fórma que não prejudique os serviços de exploração e a segurança dos comboios, e o das linhas aereas nas ruas e praças por fórma que não prejudique a boa apparencia dos monumentos e edificios publicos e dos edificios particulares de apresentavel valor architectonico.

Art. 52.º Os proprietarios dos terrenos confinantes com quaesquer vias de comunicação, ao longo das quaes estejam estabelecidas linhas telegraphicas pertencentes ao Estado, são obrigados a não consentir nem conservar nelles plantações ou construcções que possam prejudicar aquellas linhas ou a sua exploração.

Igual obrigação incumbe aos chefes de serviços publicos a que pertencerem construcções confinantes com aquellas vias de comunicação ou plantações nellas existentes.

§ unico. A Repartição Superior dos Correios e Telegraphos fará intimar os infractores d'este preceito, podendo, no caso de desobediencia, proceder á destruição de parte das plantações ou construcções que impedirem o serviço das linhas e fazer instaurar processo criminal para a applicação das penas comminadas no artigo 188.º do Codigo Penal.

Art. 53.º Os proprietarios dos terrenos ou edificios aproveitados para o estabelecimento de linhas aereas ou subterraneas, pertencentes ao Estado, serão indemnizados dos prejuizos provenientes d'esse estabelecimento, quando assim o requeiram nos termos dos regulamentos respectivos, pertencendo aos tribunaes ordinarios a decisão dos pleitos relativos a estas indemnizações. O governador geral da provincia poderá, e com o voto affirmativo do Conselho do Governo, declarar a expropriação por utilidade publica, do terreno que seja necessario adquirir em certos casos especiaes para o estabelecimento de quaesquer linhas pertencentes ao Estado.

Art. 54.º Os proprietarios e locatarios de terrenos ou edificios que tenham de ser atravessados por linhas aereas ou subterraneas, pertencentes ao Estado, ficam obrigados, logo que para isso sejam intimados pela Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, a permittir a entrada nas suas propriedades a quaesquer empregados encarregados de estudo, construcção ou reparação d'essas linhas, e a supportarem a occupação das suas propriedades emquanto durarem os trabalhos que a exigirem.

Art. 55.º Fica expressamente declarado que os direitos pertencentes ao Estado pelos artigos 50.º a 54.º não são transferidos ás empresas ou individuos

concessionarios das autorizações a que se referem os artigos 57.º e 64.º d'este regulamento, nem se applicam ao estabelecimento de linhas que não sejam exploradas pela Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

§ unico. As empresas concessionarias de cabos submarinos gozarão das vantagens que nos respectivos acordos forem fixadas.

Art. 56.º Serão exclusivamente estabelecidas e conservadas pelo pessoal dependente da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos as linhas e estações telegraphicas, telephonicas ou de outra especie que forem julgadas necessarias para o desempenho de serviços dependentes de outras instancias officiaes. As verbas que se despendem no estabelecimento e conservação d'essas installações serão pagas a esta Repartição Superior pelas repartições de que respectivamente dependerem esses serviços.

§ unico. A exploração das linhas e estações telegraphicas e telephonicas dependentes de outros serviços publicos só será permittida quando não cause prejuizo directo ou indirecto á exploração das linhas a cargo da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

Art. 57.º Nas concessões a que se refere o artigo 4.º para o estabelecimento e exploração restricta de linhas telegraphicas ou telephonicas, ligadas ou não com a rede do Estado, haverá que observar as seguintes disposições:

a) O concessionario sujeitar-se-ha ás condições geraes e especiaes que se julgarem convenientes e pagará adeantada e annualmente as seguintes quantias, que serão arrecadas como receitas telegraphicas:

Por cada estação ou posto de correspondencia, 10\$000 réis;

Por cada kilometro de linha ou fracção de kilometro superior a 100 metros, 1\$000 réis.

Pagará alem d'isto annualmente, para as despesas de fiscalização:

Por cada posto, 1\$000 réis;

Por cada kilometro de linha ou fracção de kilometro não inferior a 100 metros, 2\$000 réis.

b) Aos concessionarios será dado um titulo de licença ou alvará, formulado nos termos do regulamento respectivo.

c) A construcção d'estas linhas será feita á custa do concessionario pelo pessoal telegrapho-postal, sempre que o Governo Geral o entender conveniente.

d) As licenças ou alvarás a que se refere este artigo não podem ser transferidas pelo concessionario sem autorização previa do Governo Geral, sob pena de perda do material da linha a favor do Estado.

e) Quando deixem de ser cumpridas as condições geraes ou particulares da concessão, ou deixe de ser paga, adeantadamente, a quantia annual devida pelo estabelecimento e exploração de uma linha particular, a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos ordenará, depois de expirado o prazo da intimação, que será de quarenta e oito horas, que seja apeada a linha, e fará instaurar processo judicial para applicação do artigo 188.º do Codigo Penal, sendo cassado o diploma ou alvará a que se refere a alinea b).

D'este procedimento não deriva direito algum a indemnização.

O material da linha garantirá ao Estado o pagamento do que lhe for devido e só será entregue depois de pago o respectivo debito e todas as despesas feitas pelo Estado, perdendo o concessionario o direito ao material apprehendido, se dentro de quarenta e oito horas não fizer o pagamento do que dever.

f) O concessionario será obrigado a desmontar á sua custa a linha ou linhas autorizadas quando cessar a respectiva exploração. Quando o não faça, o material da linha será apprehendido e ficará pertencendo ao Estado.

g) O Governo Geral reserva-se o direito de mandar suspender a exploração e o de mandar modificar a disposição das linhas, sempre que entender necessario, e bem assim o de adoptar quaesquer outras providencias que os interesses publicos exijam, sem direito a indemnização para o concessionario.

h) Não poderão ser dadas a um mesmo individuo diferentes concessões para exploração de linhas que constituam rede, ou estações que constituam systema, nem poderão ser concedidas nem mantidas as concessões que directa ou indirectamente possam prejudicar os serviços a cargo do Estado.

i) As disposições d'este artigo não são applicaveis ás linhas particulares actualmente existentes.

j) As linhas telegraphicas ou telephonicas que se julgarem necessarias para a perfeita e segura exploração de qualquer industria serão consideradas como linhas particulares e ficarão sujeitas ás prescrições d'este artigo, quando não devam ter outra classificação em harmonia com os artigos seguintes d'este regulamento.

Art. 58.º As empresas de caminhos de ferro podem ser autorizadas, a seu pedido, quando o não tenham sido por lei especial ou pelo diploma ou alvará de concessão, a estabelecer communicações telegraphicas ou telephonicas destinadas a serviços publicos de transmissão e recepção de telegrammas.

§ unico. As autorizações de que trata este artigo serão sempre solicitadas por intermedio da Inspeção das Obras Publicas, incumbindo a esta inspecção o estudo das tarifas que hajam de ser adoptadas, bem como ordenar a respectiva fiscalização sobre o uso que as empresas façam das mesmas autorizações.

Art. 59.º As empresas concessionarias das licenças a que se refere o artigo 57.º e os seus agentes poderão sempre transmittir gratuitamente pelas respectivas linhas as correspondencias relativas aos seus serviços proprios, não tendo em caso algum que subordinar estes serviços aos da telegraphia publica.

Ficam, porem, obrigados:

1.º A aceitar gratuitamente para transmissão os telegrammas officiaes e de serviço das autoridades e funcionarios que teem o direito de os transmittir na rede do Estado e nos limites d'esse direito;

2.º A cumprir escrupulosamente as ordens que o Governo Geral lhes transmittir, por intermedio da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, acêrca da circulação e suspensão das correspondencias telegraphicas publicas, no todo ou em parte, bem como em relação á sustação de telegrammas que se julgarem prejudiciaes á segurança ou aos interesses publicos;

3.º A demittir do serviço os empregados que tiverem violado o sigillo das correspondencias officiaes ou particulares, e a punir disciplinarmente os que tiverem commettido quaesquer outras faltas em relação a essas correspondencias;

4.º A transportar gratuitamente nos seus comboios, incluindo os de serviço, os funcionarios encarregados da fiscalização a que se refere o § unico do artigo 58.º;

5.º A's demais condições que o Governo Geral estabelecer no respectivo alvará, que será publicado no *Boletim Official* da provincia.

Art. 60.º As taxas telegraphicas cobradas pelos serviços publicos exclusivamente desempenhados pelas estações e linhas das empresas dos caminhos de ferro pertencerão a essas empresas; as taxas dos serviços combinados entre essas linhas e estações e as da rede telegraphica do Estado serão partilhadas com este pelo modo que o Governo Geral fixar nas respectivas tarifas.

Art. 61.º O modo de aproveitamento das linhas telegraphicas dos caminhos de ferro do Estado para os serviços telegraphicos publicos será fixado pelo Governo Geral em regulamento especial.

Art. 62.º E' expressamente prohibido ao Governo Geral:

1.º Conceder novas linhas para o estabelecimento e exploração de redes telegraphicas inter-urbanas;

2.º Conceder ou autorizar o estabelecimento e exploração de linhas telephonicas inter-urbanas.

§ 1.º As redes telephonicas que de futuro se estabelecerem, as linhas de comunicação inter-urbanas e quaesquer outros meios de comunicação rapida a distancia, serão sempre exploradas directamente por conta do Estado, salvo quando por lei especial seja determinado o contrario.

§ 2.º E' outrossim prohibido ás municipalidades e outras corporações administrativas;

a) Intervir directa ou indirectamente na exploração das redes telephonicas pertencentes a empresas legalmente estabelecidas;

b) Fazer concessões de linhas ou redes telephonicas.

Art. 63.º As linhas ou redes telegraphicas ou telephonicas que hajam de estabelecer-se para o serviço de incendios e outros de character municipal serão encargos das respectivas municipalidades, mas serão estabelecidas e conservadas pelo pessoal dependente da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos nos termos dos respectivos regulamentos.

Art. 64.º Nas concessões a que se refere o artigo 4.º, quando se trate de estações semaphoricas para o serviço particular, ligadas ou não á rede telegraphica do Estado, haverá que observar as seguintes disposições;

a) As estações semaphoricas estabelecidas por particulares não poderão empregar na correspondencia senão os sinaes usados nas do Estado; deverão sujeitar-se á fiscalização do Governo Geral, suspender o serviço quando este o determinar e observar todos os regulamentos ou convenções e ordens do Governo Geral, relativas a este serviço, bem como as demais clausulas que forem estabelecidas no respectivo alvará, que será publicado no *Boletim Oficial* da provincia.

Os concessionarios pagarão adeantada e annualmente as seguintes quantias, que serão cobradas como receitas telegraphicas:

Por cada estação não ligada á rede telegraphica do Estado, 100\$000 réis;

Por cada estação ligada á rede telegraphica do Estado, 200\$000 réis.

Pagarão alem d'isto, annualmente, para despesas de fiscalização:

Por cada estação, 100\$000 réis;

Por cada 10 kilometros de linha (havendo-a) ou fracção de 10 kilometros, 50\$000 réis.

b) O Governo Geral não poderá permittir o estabelecimento de estações semaphoricas particulares a menos de 20 kilometros das estações semaphoricas do Estado, nem fazer mais de uma concessão a um mesmo individuo;

c) São applicaveis a estas concessões as disposições das alíneas c), d), e) e g) do artigo 57.º

Art. 65.º Depende da approvação previa do Governo Geral da provincia, para serem executorios em territorios da provincia, quaesquer contratos, convenções ou ajustes, celebrados com empresas concessionarias do Governo, fixando tarifas ou outros assuntos referentes ás respectivas concessões, quaesquer que estas sejam.

Art. 66.º Os concessionarios de licenças ou autorizações dadas nos termos dos artigos 57.º e 64.º, bem como as empresas exploradoras das actuaes redes telephonicas, ficam sujeitos ao pagamento das contribuições geraes impostas pelo Estado ou pelas corporações administrativas, mas não podem ser obrigadas ao pagamento de impostos, taxas ou licenças especiaes, tributando o estabelecimento ou a exploração das respectivas linhas ou redes, lançadas por corporações administrativas.

Art. 67.º Os concessionarios de linhas telegraphicas aereas são obrigados a estabelecer estas de modo que não prejudiquem a boa apparencia dos monumentos e edificios publicos, nem a dos edificios particulares de apreciavel valor architectonico.

Art. 68.º O Governo Geral pode aproveitar-se, para o estabelecimento de receptaculos postaes, das ruas, praças, caminhos e estradas, bem como dos paquetes portuguezes e das paredes dos edificios confinantes com as vias publicas, contando que se respeite o fim a que estes são destinados.

## CAPITULO V

### Privilegios e isenções dos empregados dos correios e telegraphos

Art. 69.º Os empregados dos correios e telegraphos, comprehendendo os guarda-fios, distribuidores, carteiros, distribuidores ruraes, depositarios de caixas e vendedores de sellos, poderão usar armas para defesa propria e dos

objectos de serviço, prender os delinquentes em flagrante delicto e reclamar o auxilio das autoridades administrativas e judiciaes e o da força publica para o desempenho das suas attribuições. Serão isentos de todos os encargos pessoas do serviço administrativo e de jurados, bem como da obrigação dos aboletamentos, mas ficam obrigados a desempenhar os serviços da posta militar.

§ 1.º Os empregados telegrapho-postaes não podem ser chamados a depor, perante qualquer tribunal ou autoridade, em assunto que directa ou indirectamente envolva sigillo profissional.

§ 2.º Os conductores de malas do correio poderão usar armas para sua defesa e dos objectos que conduzem, e reclamar o auxilio da autoridade e força publica para o desempenho das suas funções.

§ 3.º As autorizações para porte de armas, concedidas neste artigo, não dependem, para se tornar effectivas, de licença de quaesquer autoridades estranhas aos serviços dos correios e telegraphos.

## CAPITULO VI

### Penalidades

Art. 70.º O crime de destruição ou damnificação dos receptaculos de correspondencias postaes será punido nos termos do artigo 474.º do Codigo Penal.

Art. 71.º Aquelle que, por inadvertencia, destruir ou prejudicar os receptaculos postaes incorrerá na multa de 2\$000 a 30\$000 réis, alem das despesas de reparação, se as houver.

§ unico. Estas despesas serão cobradas pelo processo das execuções fiscaes, que terá por base a conta formulada pela Repartição Superior dos Correios e Telegraphos da provincia.

Art. 72.º A destruição do telegrapho, poste ou linha telegraphica ou telephonica; a destruição ou corte de fios ou postes; os danos causados nosapparelhos telegraphicos e telephonicos ou a sua destruição; a opposição, com violencia ou ameaça, ao restabelecimento das linhas, apparelhos ou estações, e os danos causados pela violação das leis e regulamentos de telegraphos e quaesquer outros factos voluntarios, declarados puniveis pela lei penal, serão castigados nos termos d'este regulamento.

Art. 73.º As contravenções das disposições das leis e regulamentos de correios e telegraphos serão punidas com as penas fixadas pelo Governo Geral nos regulamentos respectivos, de harmonia com as disposições do artigo 486.º do Codigo Penal.

Art. 74.º Aquelle que, por qualquer forma, embaraçar o transporte das malas postaes ou o serviço da distribuição das correspondencias, ainda que não seja com a intenção de subtrahir ou devassar aquella correspondencia, incorrerá na pena de um a seis meses de prisão correccional ou multa até 20\$000 réis.

Art. 75.º Os empregados telegrapho-postaes de serventia não vitalicia e os individuos empregados temporariamente nos serviços dos correios e telegraphos são equiparados aos funcionarios publicos para a punição dos crimes por elles ou contra elles commettidos.

Art. 76.º As despesas de reparação de linhas telegraphicas ou electricas, destruidas ou prejudicadas por inadvertencia ou por malevolencia, são pagas pelo respectivo responsavel, sendo cobradas pelo processo das execuções fiscaes, que terá por base a conta formulada pela Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

Art. 77.º Os proprietarios ou locatarios de terrenos ou edificios que, depois de avisados, nos termos legais, impedirem ou embaraçarem a collocação ou conservação dos receptaculos postaes ou de linhas telegraphicas do Estado, ou se oppuserem aos respectivos estudos, serão punidos, independentemente de re-

ceberem a indemnização a que tiverem direito, nos termos dos artigos 188.º e 189.º do Código Penal, sendo a desobediência considerada como qualificada.

Art. 78.º Os directores, gerentes ou empregados de alguma empresa ou companhia que, em nome d'esta, ordenarem qualquer acto que seja considerado como crime ou contravenção, serão pessoalmente responsaveis, tanto civil como criminalmente, por esse acto.

Art. 79.º Aquelle que, sem autorização, estabelecer estações ou receptáculos postaes perderá o material de que se servir e será punido em conformidade com o artigo 188.º do Código Penal.

Art. 80.º Aquelle que fizer falsa declaração do valor contido em carta, caixa ou encomenda que registrar incorrerá na multa do sextuplo do valor declarado.

Art. 81.º Aquelle que, sem autorização, tiver deposito de cartas para distribuir ou expedir incorrerá na multa de 10\$000 a 30\$000 réis.

Art. 82.º Aquelle que transportar de umas para outras terras cartas, cartões e bilhetes postaes ou processos judiciais, não franqueados, pagará de multa o sextuplo da taxa que lhes corresponder, como objectos não franqueados.

§ unico. Os objectos a que se refere este artigo, franqueados, mas com os sellos não inutilizados pela estação postal de procedencia, serão considerados como não tendo franquia.

Art. 83.º Incorrerão na pena do artigo antecedente os capitães, mestres, tripulantes e passageiros dos navios de vela ou de vapor, nacionaes ou estrangeiros, aos quaes, no acto de visita da alfandega ou de saude, forem encontradas, não manifestadas, correspondencias que constituam monopolio do Estado.

Art. 84.º O capitão ou mestre do navio que, á chegada aos portos do seu destino ou escala, não entregar a mala ou malas de correio que lhe tiverem sido confiadas, não se justificando por caso de força maior, incorrerá na pena de um mês de prisão correccional e multa até 20\$000 réis.

§ 1.º O dono, agente ou consignatario do navio é sempre responsavel pela multa imposta, quando não for paga pelo capitão ou mestre.

§ 2.º Na falta do pagamento, seguir-se-ha o processo das execuções fiscaes.

Art. 85.º As autoridades ou os funcionarios que nas cartas de officio ou nos maços de serviço publico incluirem correspondencias particulares ou tratarem assuntos particulares incorrerão na pena de 20\$000 réis de multa.

Art. 86.º Aquelle que, autorizado para vender sellos e outras formulas de franquia, effectuar a venda por preços superiores aos fixados, incorrerá na pena de seis dias a um mês de prisão.

Art. 87.º Aquelle que, sem auctorização, vender habitualmente sellos ou outras formulas de franquia incorrerá na multa do decuplo do seu valor, sendo-lhe apprehendidos os objectos d'essa natureza que tiver á venda.

## LIVRO II

### Execução dos serviços

## CAPITULO I

### Das Repartições

Art. 88.º O serviço telegrapho-postal na provincia divide-se em:

a) Interno — o que pertence á Repartição Superior dos Correios e Telegraphos;

b) Externo — o que pertence ás direcções districtaes e estações.

Art. 89.º O serviço interno na Repartição Superior dos Correios e Telegraphos será distribuido por duas divisões, uma postal e outra telegraphica, tendo cada uma tantas secções quantas as exigencias do movimento aconselharem;

estas secções serão estabelecidas por proposta do chefe da mesma repartição, approvada, em portaria, pelo governador da provincia.

Art. 90.º O serviço externo em cada districto administrativo é dirigido por direcções telegrapho-postaes, que tem as suas sedes nas respectivas capitães.

§ 1.º As direcções telegrapho-postaes serão dirigidas por officiaes do quadro telegrapho-postal e estes immediatamente subordinados á Repartição Superior dos Correios e Telegraphos da provincia, com a qual se correspondem e da qual recebem ordens relativas ao serviço technico postal e telegraphico do respectivo districto.

§ 2.º O serviço postal e telegraphico da estação central da cidade de Lourenço Marques será independente do das demais estações e dirigido por um official.

§ 3.º O serviço postal e telegraphico da cidade de Lourenço Marques, e mais serviço telegrapho-postal do mesmo districto, será subordinado directamente á Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

Art. 91.º Os chefes das direcções telegrapho-postaes são chefes dos serviços nos respectivos districtos, dirigem o serviço da secretaria telegrapho-postal, na cidade ou villa em que a direcção tem a sua sede, superintendem nas estações do seu districto, tendo sob as suas ordens o respectivo pessoal e material.

§ 1.º Nas capitães do districto de maior movimento ou noutras localidades em identicas circumstancias, poderá o serviço telegrapho-postal ser dividido por estações, postal e telegraphica, ou em secções, quando seja necessario, por proposta da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, approvada pelo governador da provincia, em portaria.

§ 2.º É desde já criada a estação central dos correios e telegraphos de Lourenço Marques e estações postaes e telegraphicas em Quelimane e Inhambane.

Art. 92.º A execução do serviço telegrapho-postal é incumbida: nas capitães dos districtos, ás respectivas direcções e estações centraes e urbanas de qualquer das tres classes, quando estas se tornem necessarias pela extensão da cidade ou villa; nas outras localidades, a estações.

§ 1.º As estações são de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe:

a) São de 1.ª classe as estações servidas por empregados do quadro telegrapho-postal dependentes da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos e as estabelecidas por conta de corporações administrativas ou de particulares;

b) São de 2.ª classe as estações servidas por individuos estranhos aos quadros, mas com retribuição especial pelo serviço do correio ou telegrapho;

c) São de 3.ª classe as estações servidas por individuos estranhos aos quadros sem remuneração alguma.

§ 2.º A estação principal, postal, telegraphica ou telegrapho-postal estabelecida em cidade ou villa onde houver mais estações denominar-se-ha central e será sempre de 1.ª classe; as restantes denominar-se-hão urbanas da classe a que pertencerem.

Art. 93.º O governador da provincia fixará, ouvida a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, o numero, a sede e as attribuições das estações, consoante as necessidades da provincia e de cada localidade, attendendo a que em cada concelho ou circumscrição haja sempre, pelo menos, uma estação.

Art. 94.º Serão estabelecidas ambulancias postaes nas linhas ferreas, ficando subordinadas e sendo servidas pelo pessoal das direcções telegrapho-postaes dos districtos de onde inicialmente partirem e o serviço de sua fiscalização permanentemente pertencerá ao director do mesmo districto.

Art. 95.º Na sede de cada districto e em todas as estações de 1.ª e 2.ª classe haverá um empregado devidamente caucionado, que será o responsavel pela cobrança e entrega das receitas.

§ 1.º Esse empregado, a quem compete especialmente a venda de sellos, fiscalizado immediatamente pelo director, será o chefe da estação, ou pagador, havendo-o.

§ 2.º O empregado a que se refere o § 2.º do artigo 90.º e bem assim o de categoria immediatamente inferior ao chefe da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos nesta repartição e os directores districtaes são obrigados, igualmente, a prestar caução.

## CAPITULO II

## Contabilidade

Art. 96.º A contabilidade de receitas e despesas dos correios e telegraphos na provincia será verificada na Repartição Superior dos Correios e Telegraphos da provincia, que fiscalizará a sua arrecadação e cobrança. A contabilidade do material respectivo fica a cargo da mesma repartição.

Art. 97.º A Repartição Superior de Fazenda e as repartições suas dependentes interveem nos serviços de contabilidade de receitas e despesas dos correios e telegraphos pelo modo preceituado na legislação vigente.

Art. 98.º O fornecimento de sellos, em cada districto, estará a cargo do empregado caucionado, que requisitará, com o visto do director, á Repartição de Fazenda, mensalmente, o computo para depositos e gastos em harmonia com o decreto de 8 de outubro de 1900.

§ unico. São clavicularios do cofre de depositos nas capitaes de districtos os directores e chefes de estação, e na sede da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos será tambem claviculario o pagador.

Art. 99.º A fiscalização e conferencia das contas de serviço postal e telegraphico será executada por uma secção de contabilidade da divisão postal na Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

Esta secção centraliza os serviços de verificação de contas das secções e estações nos termos do regulamento respectivo.

Art. 100.º Nas secções respectivas da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos haverá, além dos mais que se julgar conveniente para contas de encomendas, vales, valores declarados ou outros serviços, os seguintes livros:

1.º Para o serviço dos correios:

a) Contas do producto da venda de sellos e outras formulas de franquia, organizadas nos termos do decreto de 8 de outubro de 1900;

b) Contas das importancias de premios por emissão de vales, multas por encomendas apprehendidas, producto da venda do material inutilizado de correios, importancias recebidas dos correios, entregues por administrações estranhas, de contas de direitos do transito, terrestre ou maritimo, de correspondencias, encomendas ou valores declarados, ou da parte pertencente á provincia do premio de emissão de vales ultramarinos, especiaes ou internacionaes, e quaesquer outros rendimentos postaes assim classificados nos regulamentos;

c) Conta corrente por sellos de porteado.

2.º Para o serviço dos telegraphos:

a) Conta geral de receita dos telegrammas cobrada pelas estações, comprehendendo as taxas dos telegrammas internos, as quantias pagas pelos estabelecimentos e explorações de linhas telegraphicas ou telephonicas ou estações semaforicas particulares, importancia, parte nacional, do rendimento telegraphico internacional, o producto da venda do material telegraphico inutilizado e quaesquer outras provenientes de serviços telegraphicos;

b) Conta corrente com as companhias de cabos submarinos e com as administrações telegraphicas estrangeiras pelo rendimento telegraphico internacional.

3.º Para os serviços communs:

a) Conta corrente dos alcances dos exactores dependentes da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos;

b) Contas correntes pelos adeantamentos a funcionarios telegrapho-postaes;

c) Conta geral de despesa dos serviços de correios e telegraphos.

Art. 101.º Como elementos de conferencia, cada Repartição de Fazenda enviará á Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, até o dia 15 de cada mês, duas notas, indicando, com relação ao mês anterior: uma, as importancias provenientes dos rendimentos postaes recebidos e respectivas operações de thesouraria, outra, as importancias dos rendimentos telegraphicos e suas operações de thesouraria.



Art. 102.º Serão escriturados como operações de thesouraria, sob a epigraphie:

a) *Vales provincias* — as importancias cobradas dos tomadores para pagamento na propria provincia;

b) *Vales ultramarinos* — as importancias provenientes dos depositos realizados na provincia para emissão de vales ultramarinos e a parte do premio pertencente á metropole;

c) *Vales especiaes* — as importancias provenientes da emissão de vales e venda de ordens postaes e as quantias recebidas dos correios estrangeiros para pagamento de saldos de contas de vales especiaes ou ordens postaes;

d) *Encommendas internacionaes* — as importancias recebidas por embolsos nas encommendas postaes procedentes do estrangeiro e quantias recebidas na provincia entregues em embolsos ali realizados e remettidos nos saldos de conta de encommendas ou outras;

e) *Rendimento telegraphico internacional* — as importancias provenientes de rendimento telegraphico internacional.

Art. 103.º As contas correntes mensaes das estações serão reunidas e verificadas na sede dos districtos de que dependerem, procedendo-se com ellas nos termos dos regulamentos.

Este serviço será desempenhado pelos directores telegrapho-postaes dos districtos, coadjuvados pelo pessoal respectivo.

§ unico. As contas das estações contraes do districto de Lourenço Marques, a que se refere este artigo, serão verificadas, respectivamente, na divisão postal ou telegraphica da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos da provincia.

Art. 104.º Os chefes das estações ou quaesquer outros empregados telegrapho-postaes a quem sejam confiados valores do Estado são obrigados a prestar caução, que poderá ser por *aval*, nos termos do artigo 14.º do decreto de 8 de outubro de 1900.

Art. 105.º As contas de todos os responsaveis para julgamento do tribunal respectivo serão organizadas na estação a que o responsavel pertença, verificadas na Repartição Superior dos Correios e Telegraphos da provincia e remettidas á Repartição Superior de Fazenda para os fins determinados na legislação vigente.

Art. 106.º As cauções que não forem prestadas por *aval*, nos termos do artigo 104.º, sê-lo-hão em prestações, por descontos mensaes nos vencimentos, que começarão logo que o empregado tome conta do cargo, salvo se este requerer e pagar a caução integral antes da posse.

§ 1.º Os descontos não poderão exceder a importancia de cinco dias de vencimentos de categoria e exercicio.

§ 2.º As cauções dos empregados que deixaram de ser exactores de Fazenda poderão ser-lhes restituídas desde que do processo de contas da sua ultima gerencia se mostre não haver alcance.

§ 3.º Esta restituição de forma alguma pode implicar com qualquer procedimento a tomar em virtude do julgamento das contas.

Art. 107.º Aos chefes de estação de 3.ª classe, quando empregados publicos, civis ou militares, poderá o governador da provincia autorizar que lhes seja fornecida a credito a quantidade de formulas de franquia que a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos julgar conveniente, ficando os mesmos funcionarios directamente responsaveis, perante os seus superiores hierarchicos que transmittirem a ordem, pelas quantias adeantadas.

As autoridades telegrapho-postaes ficam comtudo no direito de fiscalizar se os chefes de estação se encontram convenientemente providos de formulas de franquia para vender, dando parte superiormente de qualquer irregularidade encontrada.

Art. 108.º As receitas postaes e telegraphicas serão entregues nos cofres determinados, no ultimo dia de cada mês, nos termos dos regulamentos em vigor.

§ unico. Nas estações em que as receitas mensaes excedam as cauções dos respectivos responsaveis, serão as entregas feitas em periodos menores; a quaesquer estações poderá a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos determi-

nar entregas dos rendimentos com mais frequencia, devendo comtudo realizar-se sempre uma entrega do rendimento postal e telegraphico no ultimo dia util de cada mês.

Art. 109.º As entregas por operações de thesouraria provenientes da emissão de vales, embolsos, saldo de contas recebidas na provincia ou outros far-se-hão nos periodos designados nos regulamentos respectivos em epocas determinadas superiormente.

Art. 110.º O serviço de contabilidade do material dos correios e telegraphos será regulamentado pelo Governo da provincia, dando a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos as instrucções complementares para fiel execução do serviço de contabilidade geral.

### CAPITULO III

#### Pessoal

Art. 111.º O pessoal para os diferentes serviços de correios e telegraphos na provincia de Moçambique compõe-se:

a) Do chefe da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos da provincia, que se denominará director dos correios e telegraphos da provincia de Moçambique;

b) De um sub-director, que se denominará sub-director dos correios e telegraphos e servirá de chefe da divisão postal;

c) Do pessoal para o serviço telegrapho-postal constituindo o quadro telegrapho-postal da provincia de Moçambique, designado em diploma especial ou no orçamento, comprehendendo dois graus, subdivididos cada um em duas classes a saber:

1.º grau — 1.ºs e 2.ºs officiaes;

2.º grau — 1.ºs e 2.ºs aspirantes.

§ 1.º O numero de empregados de cada classe poderá ser aumentado nos orçamentos annuaes consoante o desenvolvimento e necessidades do serviço telegrapho-postal da provincia.

§ 2.º Só os empregados designados neste artigo constituem o quadro do pessoal telegrapho-postal para os effeitos dos regulamentos.

§ 3.º Serão nomeados, conforme as exigencias do serviço, ajudantes do sexo masculino ou feminino e alumnos; não fazendo parte dos quadros, terão comtudo os ajudantes do sexo masculino ingresso nelles como determinar o respectivo regulamento.

Art. 112.º O lugar de chefe de divisão telegraphica é desempenhado, em comissão, por um 1.º official do quadro telegrapho-postal, cargo que accumulará com o de chefe de secção da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

Art. 113.º O pessoal menor do serviço postal e telegraphico constará de continuos, guarda-fios chefes, guarda-fios, distribuidores, serventes ou outro pessoal auxiliar necessario, cujo numero será indicado annualmente no orçamento, podendo sempre, de anno para anno, ser alterado para mais ou menos, conforme as exigencias do serviço.

Art. 114.º O fiel do material é chefe do deposito de material e impressos da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, sendo responsavel pelos valores que lhe estão confiados.

Art. 115.º Haverá chefes de estações de 2.ª classe com a retribuição fixada nos orçamentos, e chefes de estações de 3.ª classe sem retribuição alguma, conforme a nomeação do governador geral.

Art. 116.º O sub-director dos correios e telegraphos substitue, em todos os seus impedimentos, o director.

O chefe de divisão telegraphica substitue accidentalmente o sub-director.

Os demais funcionarios são substituidos, quando accidentalmente, pelos empregados mais graduados existentes no local da substituição, e, em igualdade de gradação, pelo mais antigo.

Nos casos não accidentaes, o governador da provincia, por proposta da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, ou esta quando lhe competir, nomeará empregados idoneos do quadro.

Art. 117.º Haverá uma escola pratica dos serviços postaes e telegraphicos, onde se ensinem especialmente: geographia geral, commercial e postal, especializando vias de comunicação, legislação interna e internacional de correios e telegraphos, e principalmente manipulação deapparelhos telegraphicos.

§ 1.º Os cargos de professores serão desempenhados por empregados do quadro telegrapho-postal.

§ 2.º Aos professores serão previamente arbitradas gratificações e desempenharão estes logares sem prejuizo do serviço das suas repartições.

§ 3.º Aos alumnos que regularmente frequentarem este curso e simultaneamente praticarem nas repartições postaes e telegraphicas poderá ser concedido um vencimento de exercicio não superior a 1\$000 réis por dia.

§ 4.º A nenhum alumno será passada carta de curso de correios e telegraphos sem ter, pelo menos, seis meses de pratica numa estação telegrapho-postal e ser approvado num exame final de correios e telegraphos, conforme em regulamento especial se determinar.

## CAPITULO IV

### Attribuições do pessoal

Art. 118.º A superintendencia de todos os serviços postaes e telegraphicos da provincia pertence ao respectivo governador, que a exerce por intermedio da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

Art. 119.º Ao inspector das obras publicas, como fiscal dos serviços telegrapho-postaes, incumbe:

a) A visita de inspecção ás direcções districtaes e estações, e aos seus archivos, secretarias e depositos de material;

b) Os exames e investigações necessarias ou convenientes para se conhecer do modo como são desempenhados os serviços de recepção, transmissão e distribuição das correspondencias, e se são executados com a necessaria presteza e exactidão e segundo os preceitos technicos;

c) As investigações necessarias para se reconhecer se as leis, regulamentos e ordens de serviço são exacta e rigorosamente cumpridos e se lhes dá a devida interpretação;

d) O estudo dos melhoramentos que convenha introduzir nos serviços, bem como dos defeitos que apresentem tanto elles, como as respectivas installações;

e) O exame dos apparelhos e material em exploração, quer nas linhas, quer nas estações;

f) A verificação dos documentos de despesa da construcção, conservação e exploração das linhas e estações;

g) O exame e conferencia de todos os livros de escrituração e dos documentos existentes nas direcções districtaes e estações;

h) Finalmente, todas as diligencias sobre qualquer assunto que interesse á organização dos serviços telegrapho-postaes e á sua mais perfeita execução que lhe sejam ordenadas pelo governador geral, que nelles superintende.

Art. 120.º Os governadores dos districtos teem superintendencia em todos os serviços telegrapho-postaes na area da sua jurisdição, devendo dar parte de tudo quanto lhes parecer ser do seu conhecimento ao governador geral da provincia, propondo-lhe o que julgarem conveniente a bem do serviço e que exceda a sua respectiva alçada.

§ unico. Aos administradores de concelho, chefes de circunscrição ou outros delegados do Governo é applicavel o disposto neste artigo, no que respeita á area da sua jurisdição, communicando os casos que se derem ao respectivo governador do districto.

Art. 121.º Ao pessoal dos correios e telegraphos da provincia compete em especial:

1.º Ao director dos correios e telegraphos:

a) Regular os trabalhos e prescrever as instrucções necessarias que mais convierem ao bom andamento dos serviços da sua repartição e d'ella dependentes, conformando-se sempre com as leis e regulamentos em vigor, e deliberando e resolvendo as duvidas que a respeito d'elles lhes forem expostas;

b) Dirigir e inspecionar superiormente todos os serviços dos correios e telegraphos;

c) Corresponder-se directamente com todas as autoridades ou funcionarios no que diga respeito aos negocios da sua competencia; e com a Direcção Geral do Ultramar, pela repartição competente nos assuntos correntes;

d) Estabelecer ou supprimir, dentro do dote orçamental, carreiras de conducção de malas, cuja despesa não exceda 200\$000 réis annuaes, e approvar os respectivos contratos de despesa superior á citada, quando para isso tenha previa autorização do Governo Geral;

e) Assinar o expediente preparatorio e annuncios officiaes da respectiva Repartição Superior;

f) Mandar passar certidões;

g) Apresentar ao Governo da provincia, para despacho, devidamente instruidos, os negocios que houverem de ser superiormente resolvidos, interpondo o seu parecer verbal ou escrito acêrca da resolução que deva ser tomada;

h) Propor ao Governo da provincia ou impor, nos termos das leis e regulamentos, os castigos ao pessoal que faça serviço nos correios e telegraphos;

i) Formular os relatorios annuaes sobre o serviço de correios e telegraphos da provincia, e quaesquer outros trabalhos que o governador lhe incumbir;

j) Dar ao governador as informações por elle exigidas sobre qualquer ramo ou serviço da sua competencia, propondo-lhe as reformas e melhoramentos que mais convenha ao bem da provincia;

k) Propor a nomeação, collocação, substituição, aposentação e demissão dos empregados; fazer as nomeações que forem da sua alçada, e transferi-los provisoriamente até resolução superior;

l) Conceder licenças e informar acêrca das que não forem da sua competencia;

m) Propor a publicação official de quaesquer trabalhos especiaes de correios e telegraphos, ou que interessem ao seu serviço;

n) Elaborar os orçamentos da receita e despesa dos serviços dos correios e telegraphos e remettê-los, nos periodos determinados pelo regulamento geral de administração de fazenda, á Repartição Superior de Fazenda Provincial, para organização do orçamento geral da provincia;

o) Propor recompensas aos empregados seus subordinados ou outros que tenham concorrido para o bom andamento dos serviços dos correios e telegraphos.

p) Conceder e retirar autorização para a venda de sellos e mais formulas de franquia; estabelecer e supprimir receptaculos postaes;

q) Propor a distribuição pelas direcções e estações districtaes e distribuir pelas secções da repartição superior e de cada districto o pessoal e serviços;

r) Autorizar despesas urgentes de expediente ou outras, dentro do duodecimo, por cada mês, da verba inscrita no orçamento, quando a verba não esteja esgotada;

s) Dirigir o curso pratico de correios e telegraphos;

t) Distribuir e collocar os empregados dentro de cada districto;

u) Inspecionar ou mandar inspecionar os serviços de correios e telegraphos sob a sua dependencia.

2.º Ao sub-director dos correios e telegraphos:

a) Servir de chefe da divisão postal, relatando os assuntos concernentes ao serviço postal que tenham de ser despachados pelo director ou por seu intermedio, emittindo o seu parecer sobre a resolução que deva tomar-se;

b) Dirigir os serviços postaes da Repartição Superior e do districto de Lourenço Marques;

c) Exercer, accumulando com o logar de chefe de divisão, a fiscalização e verificação das contas e fundos, que extractará das secções postaes e telegraphicas, sendo o responsavel pela liquidação das mesmas ou exacta analyse das receitas, despesas e operações de thesouraria;

d) Abrir o expediente recebido, com excepção do confidencial, e distribui-lo pelas secções postaes e telegraphicas;

e) Substituir o director;

f) Propor todos os melhoramentos que lhe parecerem convenientes ao serviço postal;

g) Fiscalizar directamente as contas da estação central dos correios e telegraphos de Lourenço Marques;

h) Castigar, nos termos das leis e regulamentos, os empregados sob sua dependencia, e propor castigos que excedam a sua alçada;

i) Desempenhar qualquer serviço postal que superiormente lhe seja designado.

3.º Ao chefe da divisão telegraphica:

a) Relatar os assuntos concernentes ao serviço telegraphico que tenham de ser despachados pelo director ou por seu intermedio, emittindo o seu parecer sobre a resolução que deva tomar-se;

b) Dirigir os serviços telegraphicos da repartição superior e os do districto de Lourenço Marques;

c) Exercer, accumulando com o logar de chefe de divisão, fiscalização immediata na receita e despesa dos telegraphos, e em especial na despesa de construcção de linhas, sendo o principal responsavel por estas contas e exacta analyse das receitas, despesas e operações de thesouraria dos telegraphos;

d) Propor todos os melhoramentos que lhe parecerem convenientes ao serviço telegraphico;

e) Inspeccionar as estações da provincia, quando para isso receber ordens do director;

f) Elaborar propostas e orçamentos das redes telegraphicas e telephonicas;

g) Formular as condições geraes e especiaes de concessão de licenças para estabelecimento de linhas telegraphicas e telephonicas a cargo de particulares;

h) Estudar os melhoramentos que possam ser applicados ao serviço dos telegraphos;

i) Castigar os empregados sob sua dependencia em penas disciplinares nos termos das leis e regulamentos;

j) Desempenhar qualquer serviço telegraphico que superiormente lhe seja designado.

4.º Aos chefes da secção da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos:

a) Dirigir pessoalmente o expediente, guardando para si o mais importante ou confidencial, e examinar e promover os trabalhos da respectiva secção;

b) Relatar os negocios que pelo chefe da repartição tenham de ser presentes ao Governo Geral, instruindo-os com todas as informações e documentos que sirvam a esclarecê-los, e interpondo o seu parecer sobre a resolução que deve tomar-se;

c) Prestar aos outros chefes de secção informações necessarias para o bom desempenho do serviço, e requisitar-lhes por intermedio dos chefes de divisão as que forem necessarias para o mesmo fim.

5.º Ao chefe do serviço da estação central dos correios e telegraphos de Lourenço Marques:

a) Dirigir todo o serviço da estação central;

b) Propor a distribuição do pessoal pelas secções a seu cargo e transferi-lo provisoriamente por motivo urgente de serviço;

c) Communicar-se directamente com a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos;

d) Estudar e propor os melhoramentos e innovações convenientes ao serviço;

e) Dirigir e executar o serviço de contabilidade, estatística, etc., da estação, nos termos dos regulamentos;

f) Participar as faltas commettidas pelos empregados seus subordinados, propor castigos, castigá-los e conceder-lhes licenças nos termos dos regulamentos;

g) Propor-lhes as recompensas convenientes e dar conhecimento á Repartição Superior dos Correios e Telegraphos dos castigos impostos e licenças concedidas;

h) Tomar conhecimento das queixas do publico sobre serviços da sua dependencia e dar d'ellas conta á Repartição Superior.

6.º Aos directores districtaes:

a) Dirigir os serviços dos correios e telegraphos do districto de que estão incumbidos, e vigiar pela sua boa e pontual execução e pelo exacto cumprimento das leis, regulamentos e instrucções;

b) Estudar e propor os melhoramentos e innovações convenientes ao serviço;

c) Elaborar um relatorio annual do serviço de seu districto, que será apresentado á Repartição Superior até fins de março do anno immediato áquelle a que disser respeito;

d) Transferir de uma para outra estação do seu districto ou de secção, em casos extraordinarios e urgentes, os empregados necessarios para substituirem os que se encontrem occasionalmente impossibilitados de exercer as suas funções, ou para occorrer a eventualidades de serviços imprevistos, dando immediatamente parte á Repartição dos Correios e Telegraphos;

e) Proceder a visitas extraordinarias nos seus districtos quando lhes for determinado superiormente, ou quando alguma occorrença de maior grandeza as tornar urgentes, devendo dar parte de tudo á Repartição Superior;

f) Dirigir e executar o serviço de contabilidade, estatística, etc., das estações, nos termos dos regulamentos;

g) Participar as faltas commettidas pelos empregados seus subordinados, propor castigos, castigá-los e conceder-lhes licenças nos termos dos regulamentos;

h) Propor-lhes recompensas convenientes e dar conhecimento á Repartição Superior dos Correios e Telegraphos dos castigos impostos e licenças concedidas;

i) Tomar conhecimento das queixas do publico sobre serviços da sua dependencia e dar d'ellas conta á Repartição Superior;

j) Corresponder-se com a Repartição Superior dos Correios e Telegraphos, com os demais directores da provincia e com as autoridades e repartições do seu districto, sobre assuntos da sua competencia;

7.º Aos coadjuvantes dos directores dos districtos;

a) Substituir o director do districto nos seus impedimentos temporarios e enquanto não for resolvido superiormente;

b) Inspeccionar as linhas telegraphicas e estações do districto quando lhes seja ordenado, e principalmente verificar e remediar sobre reparações de linhas telegraphicas, comparecendo no local da avaria, tomando as providencias que julgar opportunas;

8.º Aos demais chefes da secção:

a) Dirigir pessoalmente os serviços das secções e vigiar pela rigorosa e pontual execução d'elles, guardando para si o de maior responsabilidade;

b) Participar ao director todas as occorrencias extraordinarias que se derem nas secções e propor os melhoramentos que devem ser feitos nos serviços das mesmas;

c) Desempenhar os serviços de maior responsabilidade e accessorios que lhes forem incumbidos.

9.º Ao fiel do material:

a) Escrever e fazer escrever os livros de conta corrente de todo o material e impressos entrados e saídos dos armazéns á sua guarda;

b) Requisitar o material e impressos de que se possa carecer, com a devida antecedência;

c) Satisfazer as requisições que lhe forem apresentadas, segundo as ordens recebidas e que trouxerem o visto do director, sub-director dos correios e telegraphos ou chefe da divisão telegraphica;

d) Prover a arrumação, limpeza e conservação do material e impressos que lhe forem confiados;

e) Executar as ordens que superiormente lhe forem transmittidas.

10.º Aos chefes da estação:

a) Taxar e arrecadar a importancia das taxas cobradas, formulando diariamente uma relação d'essas taxas;

b) Organizar as contas de receita da estação ou outras e guardar sob sua responsabilidade os valores que lhes estejam confiados;

c) Tomar as providencias indispensaveis concernentes ás avarias nas linhas em casos extraordinarios na area da sua estação, reparando-as ou mandando-as reparar, ficando responsavel pelos prejuizos, caso assim não proceda, e, quando possível, pedir immediatamente instrucções sobre o assunto;

d) Desempenhar o serviço dos correios e telegraphos nos termos dos regulamentos, instrucções e ordens em vigor;

e) Distribuir o pessoal ás suas ordens, em harmonia com as determinações e as exigencias do serviço;

f) Dar conhecimento ao chefe da direcção de que dependerem de todas as occurrencias extraordinarias que se derem nos diversos ramos de serviço, e de todas as faltas, erros e abusos ou irregularidades praticados pelos seus subordinados;

g) Corresponder-se com as autoridades locais e com os outros chefes de estações sobre assuntos de sua competencia;

h) Desempenhar os serviços que lhes forem designados.

Art. 122.º Aos aspirantes e ajudantes compete todo o serviço de manipulação de correspondencia, escrituração, contabilidade ou qualquer outro accessorio que dependa da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

Art. 123.º O pessoal menor desempenha os serviços que os regulamentos e instrucções especiaes determinarem.

## CAPITULO V

### Disposições diversas

Art. 124.º As nomeações e accesso, situação, penas disciplinares e recompensas do pessoal do quadro telegrapho-postal regulam-se pelas disposições contidas no decreto de 11 de dezembro de 1902.

§ unico. As nomeações de chefes de estações de 2.ª e 3.ª classe, de ajudantes, de continuos, guarda-fios chefes e distribuidores e a admissão de alumnos pertencerá, sob confirmação do governador da provincia para os cargos vitalicios, á Repartição Superior dos Correios e Telegraphos; a nomeação de guarda-fios, serventes e mais pessoal menor em serviço no districto, séde da Repartição Superior, pertencerá a esta, e nos outros districtos ao respectivo director.

Art. 125.º Alem dos logares do quadro telegrapho-postal indicados no artigo 111.º, são tambem de serventia vitalicia os de fiel de material, ajudantes, guarda-fios chefes e distribuidores ou carteiros europeus.

Art. 126.º E' incompativel a situação de actividade com o serviço de qualquer emprego que execute serviços postaes ou outros que dependam, por direitos ou deveres, da Repartição Superior dos Correios e Telegraphos.

§ unico. Os empregados que acceitarem quaesquer d'aquelles logares sem licença do Governo Geral e que, sendo prevenidos, no prazo de um mês os não abandonem, serão demittidos.

Paço, em 20 de janeiro de 1910. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(*Diario do Governo*, n.º 21.)

Tendo a experiencia mostrado que as provincias ultramarinas de pequena guarnição, taes como Cabo Verde, S. Thomé e Príncipe, Macau e Timor, não necessitam para a boa execução dos serviços correlativos que os seus quartéis generaes tenham uma composição tão complexa como a que o artigo 66.º do decreto com força de lei de 14 de novembro de 1901 attribue aos quartéis generaes de cada provincia;

Considerando que, sem prejuizo para o respectivo expediente, pode ser reduzido o pessoal de secretaria e dispensadas algumas entidades que pelo citado decreto fazem parte dos quartéis generaes;

Considerando que nos districtos das provincias de Angola e Moçambique podem os ajudantes de campo dos governadores accumular o serviço do seu cargo com o de chefes das secretarias militares;

Considerando que de taes reduções resulta para a Fazenda Nacional uma apreciavel diminuição de despesa;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Ministros;

Usando da faculdade conferida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto Additional á Carta Constitucional da Monarchia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º O quartel general das provincias de Cabo Verde, S. Thomé e Príncipe, Macau e Timor passa a ter a seguinte composição:

- a) Repartição militar;
- b) Secção de administração militar;
- c) Conselho de guerra permanente;
- d) Chefe do serviço de saude.

Art. 2.º A direcção dos serviços militares, a resolução e expediente dos assuntos, que pela alínea a) do § 1.º do artigo 69.º do decreto de 14 de novembro de 1901 se achem distribuidos á 1.ª repartição das secretarias militares, são commetidos á repartição militar, a qual é dirigida pelo ajudante do respectivo governador, tendo como auxiliares os officiaes de menor graduação que estiverem sob as directas ordens do mesmo governador.

Art. 3.º Os ajudantes dos governadores das provincias de Cabo Verde, S. Thomé e Príncipe, Macau e Timor, devem ser capitães ou tenentes, que tenham já o tempo legal fixado para a promoção ao posto de capitão, e todos do exercito do reino.

Art. 4.º Os serviços relativos á administração da fazenda militar, processo e liquidação de todas as despesas correlativas, que pelo § 3.º do artigo 69.º do decreto de 14 de novembro de 1901 estão distribuidos á 2.ª repartição das secretarias militares, são tratados pela secção de administração militar, a qual estará a cargo de um tenente do corpo de officiaes de administração militar, em commissão ordinaria nos termos do referido decreto.

Art. 5.º A repartição militar terá até tres amanuenses, e a secção de administração militar até dois amanuenses, todos segundos sargentos das guarnições das referidas provincias, que serão considerados supranumerarios nas unidades a que pertencam.

§ unico. Um dos amanuenses terá a seu cargo o archivo do quartel general, pelo que receberá a gratificação mensal de 5\$000 réis.

Art. 6.º Na repartição militar e secção de administração militar, haverá o numero de serventes que o respectivo governador determinar, cabos ou soldados



indigenas reformados; e não havendo d'estas classes de qualquer das unidades das guarnições das provincias.

Art. 7.º São extinctos os logares de inspectores de unidades nas ditas provincias de Cabo Verde, S. Thomé e Príncipe, Macau e Timor, a que se refere o artigo 136.º do designado decreto de 14 de novembro de 1901.

Art. 8.º Quando os governadores das indicadas provincias julgarem necessario proceder á inspecção das unidades da guarnição, proporão ao Governo da metropole para desempenhar esse serviço, um official superior do exercito do reino ou dos quadros do ultramar, em commissão na provincia, qualquer que seja a natureza d'essa commissão, não sendo diplomatica.

§ unico. Ao official encarregado de inspecionar as unidades será abonada, enquanto desempenhar esse serviço, uma gratificação extraordinaria igual á de exercicio correspondente á sua patente e arma, alem de quaesquer vencimentos a que tiver direito pela commissão que exercer, a qual se accumulará com o referido serviço.

Art. 9.º O Governo poderá nomear, nos termos do artigo 140.º do decreto com força de lei de 14 de novembro de 1901, os officiaes do exercito do reino que julgar conveniente, para extraordinariamente inspecionarem as unidades, ou quaesquer outros serviços militares das provincias ultramarinas.

§ unico. Aos officiaes nomeados para desempenharem os serviços de que trata este artigo serão abonados os vencimentos de officiaes em commissão extraordinaria, nos termos do decreto com força de lei de 23 de agosto de 1902, e applicaveis as disposições dos artigos 18.º e 178.º do citado decreto com força de lei de 14 de novembro de 1901.

Art. 10.º Continúa em vigor nas provincias de Cabo Verde, S. Thomé e Príncipe, Macau e Timor o que se acha preceituado no decreto de 14 de novembro de 1901, com respeito ao conselho de guerra permanente e ao serviço de saude.

Art. 11.º Os ajudantes de campo dos governadores dos districtos das provincias de Angola e Moçambique serão os chefes das secretarias militares dos mesmos districtos, e devem satisfazer ás condições exigidas no artigo 3.º d'este decreto.

Art. 12.º Aos actuaes ajudantes de campo dos governadores das provincias de Cabo Verde, S. Thomé e Príncipe, Macau e Timor é permittido continuar no exercicio das suas funcções, sem accumulção com o cargo de chefe da repartição militar, sendo os mesmos governadores autorizados a propor, para desempenhar o referido cargo, durante o periodo transitorio, um dos officiaes que estiverem disponiveis nas respectivas provincias.

Art. 13.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de janeiro de 1910. — REL. — *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(*Diario do Governo*, n.º 21.)

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. — Encarrega-me Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, de communicar a V. Ex.<sup>a</sup>, em resposta ao seu officio n.º 399, de 15 de dezembro do anno findo, que, por despacho de 8 do corrente, auctorison que fosse renovada a verba de 500\$000 réis no anno economico de 1909-1910, para ser dispendida com a organização do inventario dos baldios do Estado na ilha de Santo Antão.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 17 de janeiro de 1910. — Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — Pelo Director Geral, *João Thaumaturgo Junqueira.*

(*Boletim official de Cabo Verde*, n.º 6.)

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. — Encarrega-me Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup>, em resposta ao officio n.º 406 de 21 de dezembro ultimo, acêrca do pedido para a transferencia da verba de 1:500\$000 réis, inscripta no artigo 6.º da tabella da despesa extraordinaria, para a verba do capitulo 6.º, artigo 37.º, secção 2.ª, do actual orçamento, que, por despacho de 17 do corrente, auctorisou a referida transferencia que será feita nos termos da lei, em vista das razões expostas por V. Ex.<sup>a</sup>

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> — Inspecção Geral de Fazenda do Ultramar, em 20 de janeiro de 1910. — Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — Pelo Inspector Geral, *Euzebio da Fonseca*.

(Boletim official de Cabo Verde, n.º 6.)

Attendendo á conveniencia de alterar algumas disposições no serviço do imposto de capitação na provincia de Timor;

Tomando em consideração as propostas formuladas pelo respectivo governador;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Ministros.

E usando da faculdade do § 1.º do artigo 15.º do Acto Adicional á Carta Constitucional da Monarchia, de 5 de julho de 1852;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A percentagem de 50 por cento da receita do imposto de capitação, que fôra arbitrada em favor dos regulos pelo artigo 6.º do decreto de 13 de setembro de 1906, é reduzida a 10 por cento.

Art. 2.º O lançamento e a cobrança do imposto no concelho de Dilly ficam a cargo do respectivo administrador do concelho, em vez do escrivão de fazenda, como fôra determinado no artigo 11.º do mesmo decreto, e no artigo 4.º do regulamento approved por decreto de 23 de abril de 1908.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de janeiro de 1910. = REI.  
= *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira*.

(Diario do Governo n.º 19. — Rectificação ao n.º 21.)

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca do recurso n.º 13:251, em que é recorrente Luis Galdino de Sousa, de Aldonã, concelho de Bardez, e recorrido o concelho de provincia, do Estado da India Portuguesa; e de que foi relator o Conselheiro, vogal effectivo, Dr. Abel Pereira de Andrade:

Mostra-se que, correndo seus termos o processo de legalização de posse de um terreno inculto, pertencente á Comunidade de Aldonã, concelho de Bardez, intentado em 1 de agosto de 1904, sob o dominio do Codigo das Communidades de 30 de outubro de 1886, por Luis Galdino de Sousa, a Comunidade de Aldonã e a respectiva junta administrativa disseram na resposta de 11 de junho de 1905, a que se refere o Codigo das Communidades de 1 de dezembro de 1904, artigo 296.º:— que não concordavam com a legalização da posse

requerida, devendo o procurador da comunidade instaurar o respectivo processo de denuncia de usurpação, se no prazo de dez dias não reverter ao antigo estado o terreno usurpado (Codigo das Comunidades de 1 de dezembro de 1904, artigos 296.º e 745.º);

Mostra-se que o procurador da mesma comunidade, Francisco Manuel Lobo, denunciou, em 12 de setembro de 1905, á administração das comunidades do concelho de Bardez, a usurpação de Luis Galdino de Sousa, seguindo-se os mais termos do processo administrativo indicado nos artigos 326.º e seguintes do citado Codigo das Comunidades de 1904; e, em despacho de 16 de fevereiro de 1907, julgou o administrador das comunidades do concelho de Bardez:—que se verificava a usurpação denunciada; que era de três ou quatro annos; que, por ser posterior a 1 de fevereiro de 1897, o denunciado incorria nas penas das alíneas a) e b) do artigo 333.º do referido Codigo das Comunidades e era obrigado a pagar as custas e sellos do processo; e ordenou que se executassem as providencias do artigo 333.º, a fim de o procurador da comunidade solicitar licença do conselho de provincia para instauração da competente acção em juizo;

Mostra-se que, do despacho do administrador das comunidades, o denunciado interpôs recurso para o conselho de provincia, que, por accordão de 13 de setembro de 1907, annullou o processo de denuncia e ordenou o proseguimento do processo de legalização da posse do denunciado, nos termos do artigo 732.º do Codigo das Comunidades;

Mostra-se que, tendo o procurador da Comunidade de Aldonã desistido do recurso do accordão do conselho de provincia, de 13 de setembro de 1907, para o Supremo Tribunal Administrativo, e havendo o denunciado requerido ao administrador das comunidades, em 24 de dezembro de 1907, que, no proseguimento do processo de legalização de posse, se dispensassem a medição e a avaliação do terreno, por constarem do processo de denuncia, e que lhe fosse permittido assinar perante a junta da comunidade o termo em que se obriga ao pagamento do preço já apurado com mais 25 por cento, nos termos dos artigos 732.º, 340.º e seguintes do Codigo das Comunidades, foi indeferido esse requerimento e designado dia para a inspecção a que se refere o artigo 298.º do citado codigo.

Mostra-se que, tendo a inspecção de 20 de fevereiro de 1908 julgado, por maioria de louvados, que a usurpação do terreno era anterior a 1 de fevereiro de 1897, o que permittia a legalização da posse respectiva, nos termos do artigo 751.º do codigo citado, e havendo o procurador da Comunidade de Aldonã requerido nova inspecção, por não se conformar com o julgamento da aforabilidade, nos termos do § 4.º do artigo 298.º do codigo, foi deferido esse requerimento pelo administrador das comunidades;

Mostra-se que do despacho do administrador das comunidades recorreu Luis Galdino de Sousa para o conselho de provincia, allegando:

—que no processo de legalização de posse de terrenos usurpados ás comunidades não se averigua a aforabilidade d'esses terrenos, embora o artigo 731.º (*deve ser o artigo 732.º*) do Codigo das Comunidades lhe torne applicavel o disposto no artigo 298.º do mesmo codigo;

—que, não se tendo tratado na inspecção de 20 de fevereiro da aforabilidade dos terrenos usurpados, mas apenas da sua medição e abalisação, não pode conceder-se, a requerimento do administrador das comunidades, a inspecção a que se refere o § 4.º do artigo 298.º, que apenas se permite contra o julgamento d'essa aforabilidade;

—que, se a primeira inspecção averiguasse a aforabilidade dos terrenos usurpados, contrariava o accordão do conselho de provincia de 13 de setembro de 1907, que decidiu ser aforavel o terreno controvertido;

—que, estando prevenida esta hypothese no § 4.º do artigo 298.º do Codigo das Comunidades, não pode invocar-se o Codigo do Processo Civil, que, entretanto, apenas permite o segundo arbitramento para esclarecer os quesitos do primeiro e sobre o mesmo objecto (Codigo do Processo Civil, artigo 260.º), sendo certo que, se fosse possivel, deveria invocar-se apenas o disposto no

artigo 251.º, que no emprego da expressão *different* discrimina aquelles dois meios de prova, estabelecendo os casos e a forma em que podem ser empregados;

— que se torna, de resto inutil a segunda inspecção, pois não pode conhecer — da aforabilidade dos terrenos, que, depois do accordão do conselho de provincia de 13 de setembro de 1907, constitue um caso julgado, — da sua medição e demarcação, porque as duas inspecções, ordenadas pelos artigos 332.º (*processo administrativo de denuncia de terrenos usurpados*) e 298.º (*processo administrativo de legalização de posse de terrenos usurpados*) do Código das Comunidades, lhes fixaram a area de 75<sup>m²</sup>,82, — da fixação do foro, que constitue attribuição do governador;

Mostra-se que o conselho de provincia, em accordão de 23 de outubro de 1908, negou provimento no recurso por ser destituído de fundamento legal; e d'este accordão vem o presente recurso.

O que tudo visto e ponderado, ouvido o Ministerio Publico:

Considerando que, nos processos de legalização de posse dos terrenos usurpados ás comunidades, e, portanto, no processo cujo proseguimento foi ordenado pelo accordão do conselho de provincia de 13 de setembro de 1907, são applicaveis os artigos 290.º a 302.º do Código das Comunidades, por força do disposto no artigo 732.º do mesmo código, com as alterações constantes dos §§ 1.º a 5.º;

Considerando que, em nenhum dos §§ 1.º a 5.º do artigo 732.º, se encontra o disposto nos §§ 3.º e 4.º do artigo 298.º, relativamente á segunda inspecção;

Considerando que, tendo a primeira inspecção declarado anterior a 1 de fevereiro de 1897 a usurpação do terreno, e, portanto, aforavel o terreno usurpado por Luis Galdino de Sousa, pois são aforaveis os terrenos usurpados antes de 1 de fevereiro de 1897 (Código das Comunidades, artigos 731.º, 298.º, § 1.º), o procurador da comunidade requereu segunda inspecção, que, nos termos do § 4.º do artigo 298.º do Código das Comunidades, deve ser concedida;

Considerando que o accordão do conselho de provincia de 13 de setembro de 1907 não se pronunciou sobre a aforabilidade do terreno, mas apenas annulou o processo de denuncia e mandou proseguir o de legalização de posse do terreno usurpado;

Considerando que é impertinente a citação do disposto no Código do Processo Civil (artigos 260.º, 251), tratando-se de hypothese que não é omissa no Código das Comunidades, artigos 1.º, § 2.º, 298.º, §§ 3.º e 4.º;

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso, mantendo para todos os effeitos o accordão do conselho de provincia de 23 de outubro de 1908.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de janeiro de 1910. = REI. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(*Diario do Governo*, n.º 32.)

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca do recurso n.º 13:236, em que é recorrente, Joaquim Albino Fernandes, de Lourenço Marques, e recorridos o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar e a firma J. P. Bastos & C.<sup>a</sup>, de Lisboa, e de que foi relator o Conselheiro, vogal effectivo, Abel Pereira de Andrade:

Mostra-se que no *Boletim Official* do Governo Geral da provincia de Moçambique n.º 2, de 11 de janeiro de 1908, foram publicados annuncios pela repartição de saude da provincia, para se proceder em hasta publica, no dia 4 de março d'aquelle anno, á arrematação do fornecimento de medicamentos e artigos necessarios de pharmacia que houvessem de ser adquiridos para o serviço

de saúde da provincia, durante o periodo de dois annos, a contar da data da assinatura do contrato, devendo regular-se a arrematação pelas condições expressas no programma do concurso que fazem parte do mesmo annuncio;

Mostra-se que o concurso annunciado para 4 de março effectuou-se em 4 de abril, mas foi annullado, e por isso, pela repartição de saúde, se publicaram novos annuncios, abrindo novo concurso para o dia 6 de julho de 1908, nas mesmas condições anteriores expressas no programma publicado no citado n.º 2 do *Boletim Official*, como consta do *Boletim Official* n.º 24, de 13 de junho do anno de 1908;

Mostra-se que o concurso, annunciado para 6 de julho, foi transferido para 6 de setembro do mesmo anno de 1908, como consta do *Boletim Official* n.º 36, de 27 de junho, devendo observar-se em todos os actos do concurso as condições do programma que tinha sido publicado no *Boletim Official* n.º 2;

Mostra-se que, tendo concorrido ao concurso, realizado em 6 de setembro, Joaquim Albino Fernandes, residente em Lourenço Marques, J. P. Bastos & C.<sup>a</sup>, a Companhia de Hygiene, ambos de Lisboa, e Ribeiro & Levy, de Lourenço Marques, a junta de saúde, em observancia do artigo 9.º das condições do programma, classificou mais vantajosa a proposta de Joaquim Albino Fernandes;

Mostra-se que o governador geral, ao tempo em Lisboa, achando-se o processo no Ministerio da Marinha e Ultramar, para os effectos do disposto nos artigos 13.º, n.º 9.º, e 231.º do Regulamento geral de administração da fazenda, da sua fiscalização superior e da contabilidade publica das provincias ultramarinas de 3 de outubro de 1901, informou em 5 de novembro de 1908 que o fornecimento devia ser adjudicado a Bastos & C.<sup>a</sup>, attendendo a que tem fornecido bem e a que os preços agora apresentados são razoaveis (documento n.º 4 a fl. 15);

Mostra-se que a Inspeção Geral de Fazenda do Ultramar, em sua informação de 7 de novembro do mesmo anno, disse que, a convite do governador geral, perguntou ao fornecedor Bastos se queria continuar a fornecer, até que o assumto fosse definitivamente resolvido, pelos preços da nova arrematação, que são muito inferiores aos antigos, e que o fornecedor respondeu affirmativamente; mais informa que devia annullar-se já o concurso e depois resolver-se como fosse mais conveniente (documento n.º 5 a fl. 16);

Mostra-se que o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, por despacho de 12 de novembro de 1908, *concordou com a indicação do governador geral da provincia de Moçambique* (documento n.º 6 a fl. 18);

Mostra-se que do despacho de 12 de novembro de 1908, por offender a lei, regulamento e direitos adquiridos, interpôs recurso em 30 de abril de 1909 o concorrente Joaquim Albino Fernandes, nos termos do artigo 89.º — tres da lei de 9 de setembro de 1908, para este Supremo Tribunal Administrativo, allegando:

— que o Governo, nos termos do artigo 11.º das condições do programma do concurso, podia não acceitar nenhuma das propostas apresentadas, mas desde que acceitou uma, só podia ser a do recorrente, que é a mais vantajosa (artigos 9.º e 10.º do programma), porque, nos termos dos artigos 74.º e 77.º do regulamento geral da contabilidade publica de 31 de agosto de 1881, as condições especiaes do concurso são a lei reguladora dos direitos dos concorrentes e a razão suprema da adjudicação;

— que os documentos sob os n.ºs 4, 5 e 6 são copias textuaes dos que foram pelo Ministro da Marinha entregues na redacção do jornal *A Republica*, cujo n.º 318 se encontra no processo (documento n.º 10), achando-se o recorrente na impossibilidade de apresentar certidões dos factos a que taes documentos se referem, porque, havendo requerido na Direcção Geral da Marinha, em 15 de dezembro de 1908, diferentes certidões do processo do concurso, o Ministro, em 17 de dezembro do mesmo anno, despachou: *requeira ao governador geral de Moçambique*, e o Governo de Moçambique, por despacho de 6 de fevereiro de 1909, indeferiu igual requerimento, datado de 4 de fevereiro de 1909 (documentos n.ºs 8 e 9 a fl. 20 a 26);

— que o trimunal *ad quem* se digne supprir, ordenando a avocação do processo ou que sobre elle se proceda a um exame para verificar a exactidão das copias juntas (documentos n.ºs 1 a 5) e extrahir quâesquer outros documentos

que o recorrente requeira e o tribunal julgue necessários para a instrução do recurso (portaria de 8 de agosto de 1892 e decreto de 13 de agosto de 1902, artigo 50.º, § unico);

— que a decisão recorrida não foi intimada ao recorrente;

Mostra-se que o recorrente requereu em 1 de maio de 1909 que lhe fosse permitido juntar aos autos uma certidão a fl. 31, passada em 13 de maio de 1909;

Mostra-se que o Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar informou no processo, em 26 de julho de 1909;

— que a lei reguladora dos direitos dos recorrentes não é somente o regulamento geral da contabilidade publica de 31 de agosto de 1881, artigos 74.º e 77.º, mas também o Regulamento geral da administração da Fazenda, da sua fiscalização superior e da contabilidade publica nas provincias ultramarinas de 3 de outubro de 1901, artigo 40.º, e o artigo 11.º do *programma*, publicado no *Boletim Official* n.º 2;

— que o Governo não resolveu o concurso, acceitando alguma das propostas e preferindo uma ás outras, annullou-o, para depois tomar uma resolução sobre o fornecimento, como fosse mais conveniente; assim o havia proposto a Inspeção Geral da Fazenda do Ultramar a fl. 38 e 39; e podia proceder d'este modo, nos termos dos artigos 74.º e 77.º do Regulamento citado de 1881, do artigo 40.º do Regulamento citado de 3 de outubro de 1901 e do artigo 11.º do programma citado;

— que o Ministro havia concordado com a informação da Inspeção da Fazenda do Ultramar e adoptou a indicação feita pelo governador geral (regulamento citado de 1901, artigo 40.º, § 7.º);

— que sendo o fornecimento urgente não havia tempo para se ordenar novo concurso, depois dos tres annullados, e em taes condições a lei dispensa-o (regulamento citado de 1901, artigo 40.º, § 21.º);

O que tudo visto e ponderado, ouvido o Ministerio Publico:

Considerando que as partes são legitimas e as proprias que estão em juizo, que se empregou o processo competente e que foi observado o prazo do recurso, indicado no § unico do artigo 28.º do decreto de 25 de novembro de 1886 applicavel aos recursos instruidos pelo artigo 89.º—tres da lei de 9 de setembro de 1908, pois que o despacho recorrido é de 12 de novembro de 1908 e o recurso foi distribuido em 30 de abril de 1909;

Considerando que, nos termos do concurso para arrematação de medicamentos e artigos accessorios de pharmacia que fossem adquiridos para o serviço de saude da provincia de Moçambique durante o periodo de dois annos, a contar da data da assinatura do contrato respectivo, annuciado para 6 de setembro de 1908, deviam observar-se as disposições applicaveis do Regulamento geral da contabilidade publica de 31 de agosto de 1881, artigos 73.º e 78.º,—do Regulamento geral da administração de fazenda no ultramar, da sua fiscalização superior e da contabilidade publica das provincias ultramarinas de 3 de outubro de 1901, artigo 40.º, e, segundo o disposto no artigo 77.º do regulamento citado de 1881, as condições especiaes do programma do concurso, publicado no *Boletim Official* da provincia de Moçambique n.º 2, de 11 de janeiro de 1908;

Considerando que á junta de saude competia apreciar as propostas admittidas e informar circunstanciadamente o Governo, de modo a poder saber-se claramente qual era a proposta mais vantajosa (programma do concurso, artigo 9.º); e do processo consta que foi considerada em primeiro logar pela junta de saude a proposta de Joaquim Albino Fernandes, de Lourenço Marques, a fl. 38, nem a informação da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar contesta, antes confirma, a allegação feita pelo recorrente de que a sua proposta foi considerada mais vantajosa pela junta de saude;

Considerando que o Governo, por despacho de 12 de novembro de 1908, lançando no processo do concurso, concordou com a indicação do governador geral da provincia de Moçambique, que, attendendo a que o actual fornecedor (J. P. Bastos & C.ª) tinha sempre fornecido bem, que os preços agora apresentados eram razoaveis e que convinha terminar com o actual estado de cousas (demora proveniente de terem sido annullados os dois primeiros concursos), foi

de opinião que o fornecimento devia ser adjudicado a J. P. Bastos & C.<sup>a</sup> (a fl. 40 e 41);

Considerando que, pelas condições especiaes do concurso, o Governo reservou-se o direito de não adjudicar qualquer dos fornecimentos ou ambos elles, se lhe conviesse a acceitação das propostas apresentadas (programma citado, artigo 9.º), mas, desde que resolveu fazer a adjudicação a um dos concorrentes e no processo do concurso, era obrigado a acceitar a proposta considerada mais vantajosa pela junta de saude, classificação esta que não consta do processo tivesse sido contestada por qualquer estação official;

Considerando que, embora a Inspecção de Fazenda do Ultramar, em sua informação de 7 de novembro de 1908, propusesse a annullação do concurso, com esta proposta não se conformou o Governo, que por despacho de 12 de novembro de 1908 concordou com a indicação do Governo Geral da provincia de Moçambique este, em sua informação de 26 de junho, não se refere a semelhante annullação, mas propõe a adjudicação a J. P. Bastos & C.<sup>a</sup>;

Considerando que o despacho de 12 de novembro de 1908 offende os direitos adquiridos pelo recorrente, segundo o regime juridico d'este concurso:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, conceder provimento no recurso, revogando para todos os effeitos o despacho de 12 de fevereiro de 1908.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim tenha entendido e faça executar. Paço, em 21 de janeiro de 1910. — REI.  
= *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(*Diário do Governo*, n.º 34.)

Sua Magestade El-Rei:

Considerando que a reorganização administrativa das possessões ultramarinas portuguezas é uma das primeiras, se não a primeira, das medidas conducentes ao seu desenvolvimento, cujo estudo se impõe como de inadiavel necessidade;

Tendo em conta que, se é certo não ter ainda, por circunstancias de ordem varia, o ultramar português attingido nem o progresso material, nem o espirito de nacionalidade privativa, que tornam possível, sem perigo para elle, a concessão de uma larga autonomia, é verdade tambem que ao seu crescente desenvolvimento corresponde um movimento de ordem moral que se traduz na consciencia, dia a dia mais forte, do seu valor, e que tal facto não pode, sem accentuada injustiça, deixar de ser tomado na devida conta;

Attendendo a que é por isso preciso contrabalançar a concessão de liberdades com uma fiscalização por parte da metropole, que não pode por emquanto, no proprio interesse das possessões ultramarinas, deixar de existir;

Sendo necessario considerar as suas justas aspirações, de modo a nem por uma excessiva centralização lhes entrar a actividade, nem, caindo no excesso contrario, dar porventura lugar a situação de difficil solução;

Ha por bem, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, nomear, para estudarem o assunto em relação a cada uma das possessões, as commissões abaixo designadas, que deverão escolher de entre os seus membros os respectivos secretarios:

Estado da India:

Conselheiro Luis Fisher Berquó Poças Falcão, Par do Reino, presidente.

Alfredo Augusto José de Albuquerque, antigo Deputado pela India.

Christovam Aires de Magalhães Sepulveda, professor da Escola do Exercito.

Christovam Pinto, primeiro official, chefe de secção da Inspecção Geral de Fazenda do Ultramar.

Conde de Mahem, proprietario.

Francisco Xavier da Silva Telles, professor do Curso Superior de Letras.

José Miguel Lamartine Prazares da Costa, delegado da Associação Commercial de Gôa.

Conselheiro José Navarro de Paiva Pereira de Andrade, inspector geral de Fazenda do ultramar.

Hypacio Frederico de Brion, antigo chefe da estação naval.

Manuel Maria dos Santos Sá Pinto Sotto Maior, antigo chefe do estado maior.

Thomás de Aquino de Almeida Garrett, Deputado por Mapuçá.

Angola:

Conselheiro Guilherme Augusto de Brito Capello, antigo commissario regio, presidente.

Alberto Augusto de Almeida Teixeira, antigo governador do districto.

Conselheiro Alvaro Antonio da Costa Ferreira, antigo governador geral.

Alvaro Pimenta, delegado do commercio e agricultura da provincia.

Conselheiro Ernesto Augusto Gomes de Sousa, antigo capitão dos portos.

Fernando Reis, delegado da Associação Commercial de Loanda, representando a provincia.

Conselheiro Francisco de Paula Cid, antigo governador de districto

Conselheiro Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, antigo governador geral.

João Marques Diogo, commerciante, representando a provincia.

João Pinto Rodrigues dos Santos, chefe da 1.<sup>a</sup> Repartição da Direcção Geral do Ultramar.

José Francisco da Silva, capitão de fragata.

Padre José Maria da Silva Antunes, missionario.

Moçambique:

Conselheiro Aires de Ornellas de Vasconcellos, presidente.

Alberto Cesar de Faria Graça, antigo governador do districto.

Alfredo Baptista Coelho, antigo governador do districto, representando a provincia.

Antonio Lino Neto, professor do Instituto Industrial.

Augusto Ribeiro, chefe da 2.<sup>a</sup> Repartição da Direcção Geral do Ultramar.

Baltasar Freire Cabral, antigo governador geral interino.

Boaventura Mendes de Almeida, antigo governador de districto.

Ernesto Jardim de Vilhena, antigo governador de districto, representando a provincia.

Jaime Daniel Leote do Rego, antigo Deputado por Moçambique.

João Henrique Ulrich, advogado.

João Mascarenhas Manuel de Mendonça Gaivão, antigo governador de districto;

José Maria Cordeiro de Sousa, Deputado por Moçambique.

Lopo Vaz de Sampaio e Mello, segundo tenente da armada.

Thomás de Aquino de Almeida Garrett, antigo governador de districto.

Cabo Verde:

Conselheiro Antonio Alfredo Barjona de Freitas, antigo governador de provincia, presidente.

Belchior José Machado, chefe da 3.<sup>a</sup> Repartição da Direcção Geral do Ultramar.

Christiano José de Senna Barcellos, Deputado pelo circulo, antigo capitão dos portos.

Conselheiro Francisco de Paula Cid, antigo governador.

José Augusto Pereira Gonçalves Junior, antigo secretario do Governo.

Julio Cesar Bon de Sousa, antigo chefe do estado maior.

Luis Loff de Vasconcellos, advogado.

Macau:

Conselheiro Custodio Miguel Borja, antigo governador, presidente.

Alfredo José Durão, antigo reitor do Lyceu.

Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, segundo official da Inspecção Geral de Fazenda do Ultramar.

Augusto Pereira do Valle, Deputado pelo circulo.



Francisco Diogo de Sá, antigo capitão dos portos.

Jaime da Fonseca Monteiro, primeiro tenente da armada.

José Antonio Arantes Pedroso, capitão-tenente da armada.

Olimpio Joaquim de Oliveira, antigo inspector de fazenda.

Pedro de Azevedo Coutinho, antigo governador.

S. Thomé e Príncipe:

Visconde de Monte-São, antigo governador da provincia, presidente.

Conselheiro Domingos Eusebio da Fonseca, sub-inspector geral de fazenda do ultramar.

Francisco Mantero, proprietario.

Conselheiro Francisco de Paula Cid, antigo governador.

Henrique de Mendonça, proprietario.

João do Canto e Castro Silva Antunes, Deputado pelo circulo.

Marquês de Val-Flor, proprietario.

Pedro Berquó, antigo governador.

Guiné:

Alberto Antonio da Silveira Moreno, antigo chefe da estação naval, presidente.

Alfredo Loureiro da Fonseca, antigo secretario do governo.

Carlos de Almeida Pereira, segundo tenente da armada.

Christiano José de Senna Barcellos, deputado pelo circulo.

Frederico Pinheiro Chagas, segundo tenente da armada.

Higino Durão, primeiro official da Inspeção Geral de Fazenda do Ultramar.

João Augusto de Oliveira Muzanty, antigo governador.

Joaquim Pedro Vieira Judice Bicker, antigo governador.

José Maria da Silva Cardoso, antigo secretario do governo.

José Proença Fortes, antigo residente.

Timor:

Antonio Francisco da Costa, antigo governador, presidente.

Augusto Pereira do Valle, deputado pelo circulo.

Fernando Artur Machado da Cruz, segundo official da Inspeção Geral de Fazenda do Ultramar.

Jaime Augusto Vieira da Rocha, antigo chefe do estado maior.

João Carrazeda de Andrade, capitão de infantaria.

Julio Celestino Montalvão e Silva, antigo capitão dos portos.

Paço, em 21 de Janeiro de 1910. — *João de Azevedo Coutinho*.

(*Diario do Governo*, n.º 17 — Rectificação no n.º 18.)

Tendo a experiencia demonstrado que a organização judicial do julgado da Ilha do Principe, estatuida por decreto de 21 de junho de 1902, não corresponde aos fins que com ella se teve em vista, pois que não melhoraram as condições em que ali era administrada a justiça; e

Considerando que pelo decreto de 31 de dezembro de 1908 passaram para a administração do respectivo concelho os serviços da curadoria dos serviçaes e colonos, a cuja regularidade tendia a citada organização judicial;

Considerando que, nestas circunstancias, não convem que os cofres da provincia continuem onerados com a consideravel despesa a que dá logar um julgado municipal com organização differente da estabelecida no regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Primeiro Acto Addicional á Carta Constitucional da Monarchia;

Hei por decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' extinto o julgado municipal da Ilha do Principe, reorganizado nos termos do decreto com força de lei de 21 de junho de 1902, e restabelecido o antigo julgado municipal constituído em conformidade com o disposto na secção VI do capitulo II do regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894.

Art. 2.º Os actuaes juiz municipal e subdelegado ficarão pertencendo ao quadro da magistratura do Ministerio Publico do Ultramar, percebendo os seus vencimentos de categoria, e serão collocados nas primeiras vagas de delegado que se derem.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 24 de janeiro de 1910. = REI.  
= *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(*Diario do Governo*, n.º 20.)

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Sua ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar me encarrega de dizer a v. ex.<sup>a</sup>, em resposta á sua consulta em officio n.º 243, de 18 do mez findo, acêrca da applicação da lei do sêllo, que, em semelhantes casos de duvida na applicação da mesma lei, as suas disposições são sempre executadas em sentido benevolo, por ser uma lei de imposto, de interpretação restricta.

Como as estações fiscaes no exercicio da fiscalização que lhes cabe, são livres e responsaveis nos seus actos, conforme a interpretação que entenderem legal, actos que só podem ser emendados em recurso pelos competentes tribunaes fiscaes e não pelo Governo; sua ex.<sup>a</sup> o ministro me incumbe, porém, de dizer a v. ex.<sup>a</sup>, como esclarecimento, que, em relação ás escripturas ou documentos expedidos ou passados em paiz estrangeiro, estando resolvida a duvida pelo artigo 242.º do regulamento de 9 de agosto de 1902, vigente no reino, esta circumstancia já parece um fundamento justo para que a Repartição Superior de Fazenda, no caso de estar de accordo, nessa conformidade possa regular-se na solução da duvida suscitada; mas a resolução, nesse ou em outro qualquer sentido, deve ser d'ella, isto é, cabe sempre á estação ou á autoridade que houver de intervir com a sua fiscalização no exame de semelhantes documentos sujeitos a sêllo, salvo o recurso legal para os competentes tribunaes fiscaes.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Inspecção Geral de Fazenda do Ultramar, 24 de janeiro de 1910. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro governador geral da provincia de Moçambique. = O inspector geral, *José Navarro de Andrade.*

(*Boletim Official de Moçambique*, n.º 9.)

Tendo chegado ao conhecimento de Sua Magestade El-Rei que alguns juizes e funcionarios do ultramar, attribuindo aos seus chefes ou superiores hierarchicos a faculdade de interpretar as leis, lhes dirigem, não raras vezes, consultas n'este sentido, tornando assim dependente o exercicio das funcções dos seus cargos, não da resolução propria que a lei exige, mas da decisão alheia: o mesmo Augusto Senhor, considerando os inconvenientes que de semelhante pratica resultam para o serviço publico, e conformando-se com o parecer da Junta Consultiva do Ultramar, ha por bem mandar declarar que a interpretação

autentica das leis é da exclusiva competencia das Côrtes, como estatue o artigo 15.º, § 6.º, da Carta Constitucional da Monarchia, e que a missão do poder judicial é applicá-las aos casos occorrentes submettidos ao seu exame, ficando-lhe, porem, reservada a faculdade de usar da interpretação doutrinal, grammatical e logica para, por meio das necessarias evoluções do raciocinio determinar o seu verdadeiro sentido e alcance; o que pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar se communica aos governadores das provincias ultramarinas, para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 25 de janeiro de 1910. = *João de Azevedo Coutinho.*

(*Diario do Governo*, n.º 20.)

Attendendo ao que representou o governador geral da provincia de Angola acêrca da urgente necessidade de se regularizar e tornar effectiva a administração da justiça no concelho do Bihé, já bastante povoado de europeus e onde, pela vastidão da sua area territorial e pela grande distancia a que fica da séde da comarca de Benguella, é difficil, se não impossivel, a intervenção do respectivo juiz de direito para a repressão de abusos e crimes com frequencia praticados; e

Considerando que n'este sentido se pronunciou tambem o Conselheiro presidente da Relação de Loanda;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Primeiro Acto Addicional á Carta Constitucional da Monarchia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É criado no concelho do Bihé, do districto de Benguella, na provincia de Angola, com sede na capital do mesmo concelho, e abrangendo toda a sua area, um julgado municipal, que se regerá pela legislação actualmente em vigor, com as modificações constantes dos artigos seguintes.

Art. 2.º O juiz municipal é de nomeação do Governo, devendo esta recair em bacharel formado em direito, nos termos do decreto de 24 de maio de 1902, sendo-lhe applicavel a disposição do artigo 5.º do decreto de 11 de outubro de 1895, que criou o julgado municipal de S. Vicente de Cabo Verde.

Art. 3.º O subdelegado é de nomeação do Governo da provincia, a qual deverá recair em pessoa idonea.

Art. 4.º No julgado municipal serão processadas e julgadas todas as causas civeis (abrangendo acções e execuções, preparatorios e incidentes, inventarios e arrecadações) de valor não excedente a 200\$000 réis, todos os feitos por crimes a que não corresponda pena superior a prisão correccional; todas as acções commerciaes (sem jury) regulados nos artigos 109.º a 111.º, 141.º a 150.º e 162.º a 164.º do Codigo do Processo Commercial, e respectivos incidentes, preparatorios a execuções, tudo até valor não excedente a 400\$000 réis.

Art. 5.º O subdelegado terá a seu cargo os serviços de delegado do conservador da comarca e do curador dos serviçaes e colonos da comarca, percebendo os respectivos emolumentos, e registará em repositório alfabético da subdelegacia todos os boletins do registo criminal respectivos a decisões proferidas no julgado, devendo em seguida expedir-lhes para a cabeça da comarca de naturalidade dos reus a que disserem respeito.

Art. 6.º O escrivão do julgado, que é de nomeação do Governo provincial, exerce tambem funcções de tabellião e será, de preferencia, nomeado de entre os habilitados na provincia com approvação em concurso para logares de escrivão de direito e tabellião.

Art. 7.º No julgado funcionarão, como na sede da comarca, os serviços de depositos, observando-se os preceitos do titulo V, capitulo unico, do decreto regulamentar de 3 de outubro de 1901.

Art. 8.º O juiz de direito da comarca de Benguella é obrigado a fazer correição annual ao julgado municipal durante não mais de sessenta nem menos de trinta dias.

Art. 9.º Os artigos 49.º e 99.º e seus paragraphos da tabella dos emolumentos e salarios judiciaes, approvada por lei de 13 de maio de 1896, terão execução no julgado, servindo de thesoureiro do cofre do juizo o respectivo subdelegado.

Art. 10.º Os vencimentos do magistrado e funcionarios do julgado são os seguintes:

1 Juiz municipal:		
Vencimento de categoria.....	600\$000	
Vencimento de exercicio.....	500\$000	
		1:100\$000
1 Subdelegado — vencimento de exercicio.....	200\$000	
1 Escrivão — vencimento de exercicio.....	200\$000	
1 Official de diligencias — vencimento de exercicio.....	100\$000	

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 27 de janeiro de 1910.  
= REI. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(Diario do Governo, n.º 28.)

Considerando que no Estado da India se tem procedido ultimamente a importantes trabalhos de pesquisas mineiras, que tem dado origem a numerosos manifestos;

Considerando que, para a boa ordem dos serviços e plena execução do decreto de 20 de setembro de 1906, que regulou a pesquisa e lavra de minas no ultramar, convem organizar no referido Estado os serviços de minas;

Considerando que o rendimento annual que o Estado já aufere da industria mineira na India Portuguesa, compensa os novos encargos:

Attendendo ao que me representou o governador geral do Estado da India;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Ministros, e usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 15.º do Primeiro Acto Additional á Carta Constitucional:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º O quadro do pessoal auxiliar da secção de minas do Estado da India, será constituído por:

Um sub-agrimensor;

Um amanuense;

Um escrevente;

Um desenhador;

Um servente;

§ unico. Os vencimentos annuaes d'estes empregados serão os seguintes:

Sub-agrimensor — 240\$000 réis;

Amanuense — 144\$000 réis;

Escrevente — 105\$600 réis;

Desenhador — 201\$600 réis;

Servente — 57\$600 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar. Paço, em 27 de janeiro de 1910. = REI. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(Diario do Governo, n.º 28.)

Sendo-me presente o projecto de regulamento do registo civil do Estado da India, proposto pelo respectivo governador geral, para substituir o regulamento do mesmo registo approved por decreto de 12 de julho de 1902, cuja reforma aquelle magistrado julga necessaria, por motivo das deficiencias do registo civil dos nascimentos dos habitantes não catholicos, accusados num inquerito a que mandou proceder; e

Considerando que o alludido projecto foi modelado pelo citado regulamento de 12 de julho de 1902, tendo-se em vista o disposto nos artigos 2445.º a 2491.º do Codigo Civil e outra legislação applicavel, e ouvindo-se sobre elle o procurador da Corôa e Fazenda junto da Relação de Nova Gôa, e as autoridades administrativas;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar:

Hei por bem approvar, para ter vigor em substituição do de 12 de julho de 1902, o regulamento de registo civil do Estado da India, que faz parte integrante d'este decreto e baixa assinado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.

O mesmo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 27 de janeiro de 1910.  
= REI. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

## Regulamento do registo civil do Estado da India, a que se refere o decreto d'esta data

### TITULO I

#### Disposições geraes

Artigo 1.º O registo civil dos habitantes não catholicos do Estado da India será feito conforme as prescrições d'este regulamento:

a) Nos concelhos das Ilhas, Salsete, Bardez, Damão e Diu, por freguezias e pelos respectivos regedores;

b) Nos concelhos de Pernem, Sanquelim, Pondá, Quepem e Canácona, por aldeias e tambem pelos respectivos regedores;

c) Nos commandos militares de Satary e Sanguem por circunscrições e chefes respectivos;

d) Em Nagar-Avely por patelados-regedorias e pelos pateis-regedores, podendo a auctoridade local, quando elles não possuam as indispensaveis habilitações, encarregar do registo os chefes de circunscrição ou outros empregados, com previa autorização do governador geral.

§ 1.º A prescrição da alinea d) d'este artigo e disposições correlativas regular-se-hão em harmonia com a organização administrativa em vigor em Nagar-Avely.

§ 2.º Nos casos omissos neste regulamento observar-se-ha, na parte applicavel, identico regulamento em vigor no reino.

Art. 2.º O registo civil comprehende:

1.º Os nascimentos;

2.º Os casamentos;

3.º Os obitos;

4.º O reconhecimento e legitimação dos filhos, e bem assim a adopção nas classes em que por lei é permittida.

Art. 3.º O registo civil será feito em duplicado, havendo para cada especie de registo dois livros, em um dos quaes se reproduzirão os assentos lançados no outro.

§ 1.º Os livros serão numerados e rubricados pelo administrador do respectivo concelho, ou auctoridade correspondente, ou por pessoas por elle auctorizadas sob sua responsabilidade, e com termos de abertura e encerramento.

§ 2.º Os livros serão fornecidos pelas respectivas municipalidades.

§ 3.º A despesa do expediente será custeada pelos emolumentos dos assentos e das certidões respectivas.

§ 4.º Em cada uma das especies de registo os assentos serão lançados seguidamente, segundo o seu respectivo numero de ordem, que se renovará cada anno.

§ 5.º O sêllo dos assentos do registo civil regular-se-ha pela legislação que ao tempo vigorar.

Art. 4.º No fim de cada livro haverá um indice alfabetico dos nomes das pessoas a que se referem os registos, com a indicação do numero de ordem, das datas dos assentos e das folhas dos livros em que se acham. Este trabalho deve ser feito pelo official do registo e estar concluido até 15 de janeiro de cada anno.

## TITULO II

### Da escrituração dos livros do registo

Art. 5.º Os assentos serão lançados por extenso, sem abreviaturas nem algarismos, ainda mesmo nas datas; e seguir-se-hão uns aos outros só com o intervallo de uma linha, que será coberta com um traço, e serão assinados pelo official, pelas partes e pelo menos por duas testemunhas idoneas.

§ unico. No registo dos nascimentos, casamentos, legitimação por subsequente casamento, perfilhação sem ser por testamento e adopção, quando respectivamente, os declarantes, contrahentes, legitimadores perfilhadores ou adoptantes, não souberem escrever, assinará por cada um, a seu rogo, mais uma testemunha.

Art. 6.º Antes de assinados, serão sempre lidos os assentos e conferidos os dois autographos na presença das pessoas que tiverem de os assinar; e tanto da leitura, como da conferencia, se fará expressa menção nos mesmos assentos.

Art. 7.º Se alguma das partes que houver de figurar no assento não puder comparecer pessoalmente, far-se-ha representar por procuração.

§ 1.º Todos os documentos apresentados para se lavrar qualquer assento serão rubricados em todas as folhas pelo apresentante e pelo official do registo, o qual os emmaçará sob um numero de ordem seguido e renovado em cada anno, e os conservará devidamente archivados sob sua responsabilidade, até d'elles fazer a competente remessa, nos termos do artigo 37.º d'este regulamento.

§ 2.º Quando o apresentante do documento não souber escrever, será o dito documento rubricado pela mesma pessoa que tiver assinado pelo apresentante.

Art. 8.º Os riscos, emendas, entrelinhas qualquer cousa que duvida possa fazer, serão resalvados no fim do assento pela mesma letra, e antes das assinaturas, sob pena de nullidade.

Art. 9.º Nenhum assento conterà mais declarações do que as determinadas neste regulamento. Estas serão feitas por informações dos interessados, ou pelo que constar de documentos irrecusaveis ou pelas proprias observações do official do registo, salvo quando a lei determinar outra cousa.

Art. 10.º Os assentos serão redigidos respectivamente conforme os modelos n.ºs 1 a 7, annexos a este regulamento, devendo deixar-se á margem esquerda outra mais estreita, na qual se lançarão:

1.º O seu numero de ordem;

2.º O nome da pessoa ou pessoas a quem disser respeito;

3.º O numero de ordem dos documentos de que nelle se fizer menção;

4.º Qualquer nota das que devam averbar-se nos termos d'este regulamento.

Art. 11.º Quando, depois de concluido e assinado o registo, em acto consecutivo se conhecer a necessidade de proceder á sua rectificação, esta se fará por uma declaração escrita em seguida, na mesma columna, por quem lançou o registo. Esta rectificação será assinada por todos os que tiverem assinado o registo.

Art. 12.º Fora do caso previsto no artigo antecedente nenhuma rectificação será feita sem ordem do administrador do concelho, baseada em sentença passada em julgado, proferida nos tribunaes judiciais.

§ 1.º Sendo o registo que deve ser rectificado do mesmo anno em que a rectificação for feita, o official do registo abrirá um novo assento em seguida ao ultimo que houver no livro respectivo, e lançará á margem do assento primitivo uma nota em que declare ficar rectificado pelo outro, que designará pelo seu numero de ordem e pelas folhas respectivas.

§ 2.º Sendo o registo do anno anterior, cujo livro já esteja encerrado e o duplicado depositado no archivo municipal, a rectificação será feita nos livros do anno corrente e a nota lançada ao lado do assento primitivo declarará, além do numero de ordem, o anno em que é feito o novo registo.

§ 3.º Em qualquer dos casos designados nos paragraphos antecedentes, o assento deverá conter o resumo do julgado, e a data e o tribunal por quem foi proferida a sentença.

§ 4.º No caso previsto no § 2.º, o official do registo communicará officialmente o occorrido ao presidente da municipalidade, para se fazer o averbamento no livro correspondente, declarando:

1.º O anno a que pertence o livro em que lançou a nota;

2.º O numero de ordem do registo, junto do qual a lançou;

3.º O conteudo da nota;

4.º O numero de ordem dos documentos em virtude dos quaes fez a rectificação.

§ 5.º As cartas de sentença serão devidamente archivadas.

Art. 13.º Os actos do estado civil, que forem feitos fora da freguesia do domicilio das partes interessadas, poderão, mediante despacho do administrador ou auctoridade correspondente, ser transcritos no registo dos seus domicilios á vista da respectiva certidão, passada pelo official do registo d'aquella freguesia.

Art. 14.º Os actos do estado civil dos estrangeiros residentes neste Estado poderão ser lançados no livro do registo, se o requererem ao respectivo official do registo, seguindo-se na parte applicavel as disposições d'este regulamento.

Art. 15.º Os assentos poderão ser lavrados na residencia das partes interessadas.

Art. 16.º No fim de cada mês o official do registo formulará um mappa de todos os registos que tiver effectuado, e o afixará em forma de edital nos logares mais publicos da freguesia ou aldeia, convidando os interessados e mais habitantes a fazerem as reclamações que julgarem convenientes.

§ unico. Uma copia d'este mappa será enviada ao respectivo administrador do concelho ou autoridade correspondente.

Art. 17.º De tres em tres meses, o administrador do concelho, ou autoridade correspondente, procederá a uma rigorosa conferencia nos livros de registo, que lhe devem ser presentes no dia que designar, a fim de verificar se os mapps enviados representam genuinamente a verdade, se a escrituração se acha devidamente arrumada, e finalmente para fazer supprir quaesquer irregularidades e fornecer quaesquer instrucções para o melhor andamento do serviço.

Art. 18.º Um auto, contendo o resultado da inspecção, será enviado á secretaria geral, depois de ter sido lançado por extracto nos respectivos livros, devendo o administrador ou autoridade correspondente fazê-lo acompanhar da narração circunstanciada das occorrencias que encontrou, e das providencias que entendeu dever tomar.

Art. 19.º O governador geral poderá, todas as vezes que julgar necessario, mandar proceder, pelo chefe da secção de estatistica ou por uma comissão de pessoas idoneas, á inspecção do registo, a fim de averiguar o modo como elle é

feito, verificar se teem sido cumpridas as formalidades prescritas, e indicar e propor as medidas ou alterações que convenha promulgar.

§ unico. Identica inspecção poderá ser deferida a requerimento de qualquer pessoa que a pedir, por se julgar lesada, e que pagará todas as despesas da diligencia, caso se mostre infundado o pedido.

## TITULO III

### Do registo dos nascimentos

Art. 20.º No registo de nascimento deve declarar-se:

- 1.º O sexo, religião, casta e nome do recém-nascido;
- 2.º O logar do nascimento, especificando a freguesia, aldeia e seu bairro e concelho;
- 3.º O anno, mês, dia e hora do nascimento;
- 4.º Se tem ou tem tido um ou mais irmãos do mesmo nome, e a sua ordem de filiação;
- 5.º Os nomes, appellidos, estado, profissão, naturalidade e residencia dos paes e das testemunhas;
- 6.º Os nomes e appellidos de seus avós paternos e maternos, quando tiverem de ser declarados;
- 7.º Se o recém-nascido é filho legitimo ou illegitimo.

§ 1.º Sendo illegitimo, não se declarará o nome do pae nem da mãe, sem que esta ou aquelle expressamente o consinta, devendo neste caso assinar o assento, ou juntar titulo autentico do consentimento; mas, sendo espurio, não se fará essa declaração, nem se permittirá ao pae ou mãe que assine o assento, ainda que assim o queira.

§ 2.º Sendo o filho nascido na constancia do casamento, não pode ser admitida no registo a declaração em contrario, ainda que a mãe diga que o filho não é de seu marido, ou esta affirme que o filho não é seu, salvo havendo separação que date, pelo menos, de trezentos dias antes do nascimento.

§ 3.º Havendo gêmeos, lavrar-se-hão assentos separados para cada um d'elles, seguindo a ordem da numeração conforme a prioridade do nascimento.

Art. 21.º A declaração do nascimento será feita dentro de quinze dias depois do parto ao official do registo.

§ 1.º Esta declaração deverá ser feita perante o official do registo: em primeiro logar pelo pae; na sua falta ou impedimento pela mãe; na falta ou impedimento de ambos, pelo parente mais proximo do recém-nascido, sendo maior, e residindo na respectiva aldeia ou freguesia; na sua falta ou impedimento, pelo facultativo ou parteira que tiver assistido ao parto; em ultimo logar pelo dono da casa onde occorreu o nascimento, quando este tenha sobrevivido fora do domicilio da mãe.

§ 2.º Se o nascimento acontecer em algum estabelecimento publico, ou em algum predio rustico, onde os paes do recém-nascido estejam vivendo como *municipaes*, a pessoa a cujo cargo estiver a direcção d'esse estabelecimento ou o proprietario d'esse predio é tambem subsidiariamente sujeito á obrigação imposta neste artigo.

§ 3.º São obrigados a participar os nascimentos ao official de registo dentro do prazo designado neste artigo os cabos de policia dos bairros e os ministros do culto respectivo que, no exercicio das suas funcções, tiverem intervindo em qualquer cerimonia correlativa.

§ 4.º Em cada administração haverá uma relação das parteiras e bem assim dos ministros dos cultos tolerados do respectivo concelho, relação que será organizada por aldeias.

§ 5.º Quando o nascimento de subditos portuguezes tiver logar em territorio estrangeiro, as declarações serão feitas dentro de quinze dias immediatos á



chegada do recém-nascido ao territorio portuguez, pelo pae, mãe, ou pela pessoa a cujo cargo estiver.

§ 6.º O assento do nascimento será lavrado sem dilação, logo que forem recebidas as declarações, devendo intervir tres testemunhas no caso designado no parographo antecedente.

Art. 22.º Ainda que haja decorrido o prazo designado no artigo antecedente, o official do registo fará o registo do nascimento de todas as pessoas que lhe forem apresentadas para esse fim, levantando em seguida á abertura do registo auto de transgressão, para que haja de applicar-se a quem deva ser, a competente penalidade.

Art. 23.º No caso de ter a criança nascido morta, ou ter morrido no acto ou depois do parto, ou antes de terminar o prazo designado no artigo 21.º, lavrar-se-ha assento do nascimento no respectivo livro, especificando-se que a criança está sem vida, e em acto continuo o assento do obito, inserindo-se, tanto neste como naquelle, as declarações respectivamente exigidas neste regulamento.

Art. 24.º A legitimação dos filhos por subsequente casamento dos paes, e o reconhecimento dos illegitimos, ou a adopção, feitos nos termos da lei, serão notados á margem dos respectivos assentos de nascimento, precedendo porém, despacho do juiz que assim o determine.

§ 1.º Da mesma forma serão averbadas as sentenças proferidas em acções de filiação, guardadas as prescrições dos §§ 1.º a 3.º e 5.º do artigo 12.º d'este regulamento.

§ 2.º A obrigação de requerer o averbamento incumbe:

- 1.º No caso de legitimação por subsequente casamento, ao marido e á mulher;
- 2.º No caso de reconhecimento por escritura publica, ou por qualquer outro modo solemne, ao legitimador;
- 3.º No caso de reconhecimento por testamento, ao filho reconhecido, se for maior, ou, sendo menor, ao tutor;
- 4.º Nas acções de filiação, ao autor ou seu tutor;
- 5.º No caso de adopção, ao adoptante.

## TITULO IV

### Do registo dos casamentos

Art. 25.º No registo de casamento deve declarar-se:

- 1.º O anno, mês, dia e hora da sua celebração;
- 2.º O logar onde foi celebrado, com designação da freguesia, ou aldeia, e concelho;
- 3.º Os nomes, appellidos, idade, religião, casta, profissão, estado, naturalidade e residencia de cada um dos contrahentes; e, sendo algum d'elles viuvo, o nome do conjuge fallecido e o logar onde falleceu;
- 4.º Se os contrahentes são filhos legitimos ou illegitimos;
- 5.º Os nomes, appellidos e naturalidade dos paes e avós dos contrahentes, sendo conhecidos;
- 6.º Os nomes, appellidos, estado, profissão, naturalidade e residencia das testemunhas.

§ unico. Nas classes em que por lei é permittida a bygamia, declarar-se-ha tambem o nome da anterior mulher, mencionando-se os documentos que, em virtude da respectiva legislação, tiverem autorizado esse acto.

Art. 26.º São obrigados á declaração do casamento perante o official do registo os contrahentes sendo de meia idade, e sendo qualquer dos conjuges de menor idade do respectivo pae.

§ 1.º Esta declaração será feita e o assento lavrado no prazo de oito dias, a contar da celebração do casamento.

§ 2.º O ministro do culto respectivo que celebrar o casamento deverá participá-lo dentro do prazo designado neste artigo ao official do registo.

Art. 27.º A declaração do casamento de subdito ou subditos portugueses em territorio estrangeiro, e o respectivo registo, serão feitos dentro de oito dias, desde que os esposos se recolherem ao territorio indo-português, devendo o assento ser assinado por tres testemunhas.

## TITULO V

### Do registo dos obitos

Art. 28.º Nenhum cadaver poderá ser sepultado ou incinerado sem que primeiro se tenha lavrado assento de obito, salvo quando a autoridade publica determinar a immediata sepultura ou incineração, caso em que o assento deverá ser lavrado dentro das vinte e quatro horas subsequentes.

Art. 29.º Logo que alguma pessoa fallecer o seu parente mais proximo, ou, na falta d'este, os seus familiares, ou, em ultimo caso, os vizinhos farão a respectiva declaração ao official do registo, onde o obito houver acontecido, ou estiver o cadaver.

§ unico. Se o individuo morrer fora do seu domicilio, a declaração deverá ser feita pela pessoa em cuja casa ou estabelecimento fallecer, e por um parente ou individuo maior.

Art. 30.º A declaração poderá ser feita verbalmente ou por escrito, assinada e datada pelo declarante, e será autenticada, sempre que for possivel, com a declaração do facultativo que tenha verificado o obito.

Art. 31.º No registo de obito deve declarar-se:

- 1.º O anno, mês, dia e hora do fallecimento;
- 2.º O logar d'este, com designação da freguezia ou aldeia e bairro, e do concelho;
- 3.º O nome, appellido, sexo, idade, religião, casta, profissão, estado, naturalidade e residencia do fallecido, e, sendo casado ou viuvo, o nome do outro conjugue;
- 4.º Se o fallecido era filho legitimo ou illegitimo;
- 5.º Os nomes, appellidos, profissão e naturalidade dos paes;
- 6.º Se falleceu com ou sem testamento, declarando-se tambem, sendo possivel, no primeiro caso, se o testamento foi publico, ou o nome da pessoa em cujo poder ficou;
- 7.º Se deixou filhos, especificando-se o seu numero e o leito, se o fallecido tiver sido casado mais de uma vez;
- 8.º A molestia ou causa da morte, sendo conhecida;
- 9.º O logar da sepultura ou incineração.

Art. 32.º Sendo o individuo encontrado morto, declarar-se-ha o logar e, sempre que não seja conhecido o individuo, se fará menção da idade que se julgar, da sua estatura, feições, vestuario e quaesquer sinaes que possam ajudar o seu reconhecimento.

Art. 33.º Se o individuo assim encontrado morto não for da freguesia ou aldeia, e o official do registo tiver conhecimento do seu ultimo domicilio, enviará dentro de tres dias ao official do registo d'este logar a copia do assento do obito, declarando á margem do assento que assim o cumpriu.

§ unico. O official do registo da respectiva freguesia ou aldeia transcreverá a respectiva copia no competente livro, e a archivará.

## TITULO VI

### Do registo dos reconhecimentos, legitimações e adopções

Art. 34.º No registo de reconhecimento, legitimação e adopção, que será feito precedendo despacho do administrador do concelho, deverá mencionar-se:

- 1.º No lugar, anno, mês, dia e hora em que é feito;
- 2.º Os nomes, appellidos, religião, casta, estado, naturalidade e residencia dos legitimadores, perfilhadores ou adoptantes;
- 3.º O nome, appellido, religião, casta, estado, naturalidade e residencia do legitimado, perfilhado ou adoptado;
- 4.º A designação do documento pelo qual é feita a legitimação, perfilhação ou adopção;
- 5.º Os nomes, appellidos, estado, profissão, naturalidade e residencia das testemunhas.

§ 1.º No caso de legitimação por subsequente casamento, o assento será feito com referencia ao do casamento dos paes, declarando-se o numero de ordem d'este assento e o livro e folha respectiva. Se este assento estiver no registo de outra freguesia ou aldeia, designar-se-ha o mesmo registo, e far-se-hão aquellas indicações á vista da respectiva certidão, que ficará archivada.

§ 2.º Fora do caso de que trata o paragrapho antecedente, declarar-se-ha o lugar onde está exarado documento comprovativo da legitimação, perfilhação ou adopção.

Art. 35.º O averbamento d'estes assentos será feito pela forma declarada no artigo 24.º d'este regulamento, dentro de dois meses a contar do dia em que se tiver ultimado o acto de legitimação, reconhecimento ou adopção, ou d'aquelle em que tiver passado em julgado a sentença de filiação.

Art. 36.º O livro de registo dos actos a que se refere o artigo 34.º não será organizado annualmente, mas renovado á medida que seja completamente preenchido, depois do que deverá ser archivado, ficando comtudo sujeito á conferencia e exame a que se referem os artigos 17.º e 19.º e seu paragrapho.

## TITULO VII

### Da remessa dos livros findos para o archivo

Art. 37.º Depois do exame relativo ao ultimo trimestre de cada anno, nos termos do artigo 17.º, e dentro do prazo de oito dias, será enviado ao archivo municipal um exemplar de cada livro de registo do referido anno, no qual se tenham collado os sellos que forem devidos e os maços dos documentos referentes ao mesmo registo, para ali ser tudo guardado.

Art. 38.º Nos archivos municipaes haverá um livro, numerado e rubricado pelo presidente da municipalidade, para catalogo dos livros do registo civil, que será organizado em ordem alfabetica das freguesias, aldeias ou circunscrições.

## TITULO VIII

### Da reforma dos livros inutilizados ou perdidos

Art. 39.º No caso de se inutilizarem ou extraviarem algum ou alguns livros, proceder-se-ha á sua reforma sem prejuizo nem interrupção do serviço regular do registo.

Art. 40.º Se dos livros que se inutilizarem ou extraviarem subsistirem os

respectivos duplicados, o official do registo fará a reforma em conformidade dos duplicados, convocando por avisos publicados no *Boletim Official* e nos jornaes do concelho, havendo-os, e bem assim affixados nos logares publicos de todas as freguesias ou aldeias do concelho, as pessoas interessadas para que, no prazo de tres meses, examinem na administração do concelho ou repartição correspondente a reforma effectuada e apresentem qualquer reclamação.

§ unico. Findo o prazo, e não havendo reclamação, cumpre ao administrador do concelho ou autoridade correspondente conferir o novo livro com o antigo e rubricá-lo, fazendo as competentes declarações.

Art. 41.º Se não subsistirem os duplicados convocar-se-hão, pela mesma forma designada no artigo antecedente, as pessoas interessadas para que, no prazo de seis meses, apresentem ao respectivo administrador ou autoridade correspondente as certidões, declarações e documentos que possam esclarecer a verdade.

§ unico. Findo o prazo o administrador ou autoridade correspondente mandará reformar, no que for possivel, os livros perdidos, pelas declarações e documentos que se obtiverem, e convocar-se-hão identicamente de novo as pessoas interessadas para que, no prazo de tres meses, examinem a reforma effectuada, e apresentem qualquer reclamação.

Art. 42.º Se houver reclamação extrahir-se-ha copia do assento ou assentos impugnados, e serão estes remettidos pelo administrador com a reclamação e documentos ao juiz de direito para a decidir, ouvidos os interessados e o Ministerio Publico.

§ unico. Passada em julgado a decisão judicial, far-se-ha a reforma devida no livro competente.

Art. 43.º Os livros reformados terão a mesma validade que os primitivos.

Art. 44.º Se a perda dos livros for imputavel aos funcionarios encarregados da sua guarda, á custa d'elles será feita a reforma; se for occasionada por força maior ou caso fortuito as despesas da reforma serão satisfeitas pela municipalidade respectiva.

## TITULO IX

### Das certidões

Art. 45.º O official do registo é o unico competente para passar, independentemente de despacho, as certidões dos respectivos assentos, que poderão ser escritas por qualquer individuo.

§ 1.º O official do registo deverá expedir e enviar officialmente todas as certidões que lhe forem requisitadas pela autoridade publica ou tiver de remetter a qualquer repartição ou tribunal em virtude da lei.

§ 2.º Os emolumentos devidos pelas certidões passadas a particulares são designados no n.º 4.º do artigo 51.º

Art. 46.º Só na hypothese de se ter perdido qualquer livro do registo, e de não estar ainda reformado, se poderão extrahir as certidões do duplicado existente no archivo municipal.

§ unico. O disposto neste artigo não tem logar quando a certidão for requisitada por qualquer autoridade publica.

Art. 47.º Nas certidões deverão sempre incluir-se os averbamentos ou notas marginaes do respectivo assento.

Art. 48.º Todas as certidões que se passarem serão averbadas á margem do respectivo assento, fazendo-se nellas expressa menção d'esse averbamento.

## TITULO X

### Dos mappas estatísticos do registo

Art. 49.º No principio de cada trimestre, e dentro do prazo um mês, o official do registo enviará á administração do concelho ou repartição correspondente um mappa do movimento da população não catholica, durante o trimestre findo, para o que lhe serão fornecidos pela mesma administração os impressos necessarios.

§ unico. Nesses mappas se não incluirão os nascimentos, casamentos e obitos realizados fora da freguesia ou aldeia, e nella registados por certidão, nos termos do disposto no artigo 13.º d'este regulamento.

Art. 50.º A administração do concelho ou repartição correspondente enviará, colligidos dentro de quinze dias, á secretaria geral do governo os mappas estatísticos trimensaes do registo parochial e civil, com a conveniente especificação, a fim de se proceder ao competente apuramento e á organização do mappa do movimento geral, que será publicado regularmente.

## TITULO XI

### Dos emolumentos

Art. 51.º Ao official do registo pertencem os seguintes emolumentos, pagos pelos interessados:

1.º Pelo assento do nascimento ou casamento, 4 tangas, acrescendo mais 4 tangas quando o assento seja lavrado na residencia dos interessados;

2.º Por outros actos do registo, que não seja o de obito, 4 tangas;

§ unico. Será sempre gratuito o registo de obito, e bem assim todos os actos de registo de individuos aos quaes por disposição da lei é concedida a isenção do imposto do sêllo;

3.º Pela certidão de qualquer assento, até dez annos, 4 tangas, e excedendo este prazo, 8 tangas, salvo quando o interessado designar a data precisa (anno, mês e dia) em que se lavrou o registo, caso em que pagará apenas 4 tangas.

Art. 52.º Em cada regedoria haverá um livro talonado, para o registo dos emolumentos cobrados pelo official do registo, o qual os deverá declarar no respectivo assento ou certidão.

§ unico. Nos assentos a que se refere a segunda parte do § unico do artigo antecedente deverá declarar-se o motivo por que se não receberam os emolumentos.

## TITULO XII

### Disposições penaes

Art. 53.º O official do registo que, por qualquer modo, transgredir os preceitos estabelecidos nesse regulamento incorrerá na multa de 25 a 250 rupias, sendo tambem responsavel por seus bens á parte interessada pelos damnos e prejuizos que lhe causar.

Art. 54.º As pessoas que, sendo obrigadas a prestar declarações, ou a fazer as participações para o registo, o não fizerem dentro do prazo legal, incorrerão na multa de 6 rupias, acrescida de 1 rupia por cada anno, ou sua fracção, que decorrer sobre a falta de declaração ou participação; e no dobro, respectivamente, no caso de reincidencia.

Art. 55.º As pessoas que, devendo requerer os convenientes averbamentos, deixarem de cumprir esta obrigação, incorrerão igualmente na pena do artigo antecedente.

Art. 56.º O producto das multas será distribuido em tres partes, sendo abonadas a primeira ao denunciante, a segunda ao official do registo, e a terceira ao cofre municipal.

Art. 57.º As multas serão impostas pelo juizo competente.

Art. 58.º Os condemnados em multa, que não tiverem bens sufficientes para o seu pagamento, soffrerão tanto de prisão quanto corresponder á condemnação, calculando-se na conformidade da lei.

## TITULO XIII

### Disposições transitorias

Art. 59.º Enquanto não houver instituição municipal em Satary, os encargos impostos por este regulamento ás municipalidades serão satisfeitos pela Fazenda Publica, e o archivo do commando militar d'aquella provincia considerado archivo municipal.

Art. 60.º E' concedido o prazo de seis meses, a contar da publicação do presente regulamento, para serem registados, observadas as formalidades legais, e sem o pagamento das multas estabelecidas nos artigos 54.º e 55.º, todos os actos do estado civil que até aqui o não tenham sido.

Paço, em 27 de janeiro de 1910. = *João de Azevedo Coutinho.*

(*Diario do Governo*, n.º 30 — Rectificação no n.º 32.)

## MODELO N.º 1

## Registo de nascimento de filhos legítimos

Nesta columna devem indicar-se:

1.º O numero de ordem do registo;

2.º O nome do recém-nascido;

3.º O numero de ordem dos documentos de que se fizer menção.

Em casa de... (*designação da casa onde se lançou o registo*) freguesia ou aldeia ou circunscrição de... às... horas da... (*manhã, tarde ou noite*) do dia... do mês de... do anno de... lavrei o

Assento de nascimento de uma pessoa do sexo... nascida em... (*freguesia, aldeia, bairro e concelho*) às... horas da... do dia... do mês de... do anno de... que se chama ou se ha de chamar F... filho legitimo, segundo ou terceiro de nome (*como for na ordem de filiação, se tiver ou tiver tido um ou mais irmãos do mesmo nome*) de F... e F... (*nomes, appellidos, estado, religião, casta, profissão, naturalidade e residencia dos paes*) neto de F... e F... (*nomes e appellidos dos avós, quando tiverem de ser declarados*). Foram testemunhas F... e F... (*nomes, appellidos, estado, profissão, naturalidade e residencia das testemunhas*) os quaes todos se serem os proprios.

E para constar lavrei em duplicado este assento, que, depois de ser lido e conferido perante F... (*o declarante, designando-se a sua qualidade*) e as testemunhas, foi por todos assinado (*ou não assinou o dito F... por não saber escrever, e assinou, a seu rogo, mais a testemunha F...*)

Era ut supra.

O declarante,

F...

As testemunhas

FF...

O regedor,  
ou chefe da circunscrição,  
F...

## MODELO N.º 2

## Registo de nascimento de filhos ilegítimos

Nesta columna devem indicar-se:

1.º O numero de ordem do registo;

2.º O nome do recém-nascido;

3.º O numero de ordem dos documentos de que se fizer menção;

4.º Qualquer averbamento que tenha de realizar-se.

Em casa de... (*designação da casa onde se lavrou o registo*) na freguesia ou aldeia ou circunscrição de... às... horas da... (*manhã, tarde ou noite*) do dia... do mês de... do anno de... lavrei o

Assento de nascimento de uma pessoa do sexo... nascida em... às... horas da... do dia... do mês de... do anno de... que se chama (*ou se ha de chamar*) F..., filho natural (*não pode declarar-se o nome dos paes sem o seu expresso consentimento*). Foram testemunhas F... e F... (*nomes, appellidos, estado, profissão, naturalidade e residência das testemunhas*) os quaes todos sei serem os proprios.

E para constar lavrei em duplicado este assento, que, depois de ser lido e conferido perante F... (*o declarante designando-se a sua qualidade*) e as testemunhas, foi por todos assinados (*ou não assinou o dito F..., por não saber escrever, e assinou a seu rogo, mais a testemunha F...*)

Era ut supra.

O declarante,

F...

As testemunhas...

FF...

O regedor,

ou chefe de circunscrição,

F...



# MODELO N.º 3

## Registo de casamento

Nesta columna devem indicar-se:

1.º O numero de ordem do registo;

2.º Os nomes dos contrahentes;

3.º O numero de ordem dos documentos de que se fizer menção.

Em casa de... (*designação da casa onde se lavrou o registo*) na freguesia ou aldeia ou circunscrição de... às... horas da... (*manhã ou tarde*) do dia... do mês de... do anno de... compareceram na minha presença FF... (*nomes e appellidos dos contrahentes FF... ou seus paes ou o ministro do culto respectivo*) e declararam ter contrahido em (data), na freguesia de... concelho de... casamento segundo o seu rito religioso, sendo F... (*idade, religião, casta, profissão, estado, naturalidade e residencia do contrahente; sendo menor deve a declaração ser feita e o registo assinado tambem pelo seu superior legitimo*) filho legitimo de F... e F... (*nomes, appellidos, e naturalidade dos paes, se não é filho illegitimo ou exposto, porque em qualquer d'estes casos dir-se-ha somente filho natural ou exposto*) e neto de F... e F... (*nomes, appellidos e naturalidade dos avós, sendo conhecidos*) e F... (*idade, religião, casta, profissão, estado, naturalidade e residencia da contrahente; sendo menor far-se-hão as declarações acima indicadas*), filha legitima de F... e F... (*nomes, appellidos, e naturalidade dos paes, se não é filha illegitima ou exposta, porque em qualquer d'estes casos dir-se-ha somente filha natural ou exposta*) e neta de F... e F... (*nomes, appellidos e naturalidade dos avós, sendo conhecidos*).

No casamento de viuvos ou por polygamia deverá attender-se ao disposto, respectivamente, no n.º 3.º, 2.ª parte, e no § unico do artigo 25.º do regulamento.

Foram testemunhas F... e F... (*nomes, appellidos, estado, profissão, naturalidade e residencia das testemunhas*) que sei serem os proprios.

E para constar lavrei em duplicado este registo que, depois de ser lido e conferido perante os conjugues ou declarantes, e testemunhas, foi por todos assinado (*ou não assinou o dito F... por não saber escrever, e assinou a seu rogo mais a testemunha F...*).

Era ut supra.

Os conjugues e outro declarante, pae  
ou ministro do culto, havendo-o.

F...

As testemunhas,

FF...

O regedor,  
ou chefe da circunscrição,  
F...

## MODELO N.º 4

## Registo do obito

Nesta columna devem declarar-se:

1.º O numero de ordem do registo;

2.º O nome do fallecido;

3.º O numero de ordem dos documentos de que se fizer menção.

Em casa de... (*designação da casa onde se lavrou o registo*) na freguesia (*ou aldeia ou circunscrição*) de... às... do dia... do mês de... do anno do... lavrei o

Assento do obito de F... (*sexo, idade, religião, casta, profissão, estado, declarando-se o nome do outro conjuge, se for casado ou viuvo, naturalidade e residencia do fallecido; não sendo conhecido o nome deve declarar-se o sexo, idade, presumivel, estatura, feições, vestuario e quaesquer outros sinais e indícios que possam concorrer para se descobrir a verdade*) filho legitimo de F... e F... (*nomes, appellidos, profissão e naturalidade dos paes, se não é filho natural ou exposto*) que falleceu em... (*designação do logar*) de... (*designação da molestia ou causa da morte*) às... horas... da... (*manhã, tarde ou noite*) do dia... do mês de... do anno de... com (*ou sem*) testamento, deixando... filhos (*sendo casado ou viuvo com filhos, ou sem successão*) e ha de ser (*ou foi*) sepultado ou incinerado em... (*logar*).

E para constar lavrei em duplicado este registo, que, depois de ser lido e conferido perante F... (*o declarante, designando-se a sua qualidade, perante duas testemunhas F... e F..., na falta ou impedimento do declarante*) foi por elle (*ou elles*) assinado.

O declarante,

ou as testemunhas,

FF...

O regedor,

ou chefe da circunscrição,

F...

# MODELO N.º 5

## Registo de perfilhação ou adoção por escritura ou qualquer auto publico

Nesta columna devem indicar-se:

- 1.º O numero de ordem do registo;
- 2.º O nome do perfilhado ou adoptado;
- 3.º O numero de ordem dos documentos de que se fizer menção.

Em casa de... (*designação da casa onde se lavrou o registo*) ás... horas da... (*manhã ou tarde*) do dia... do anno de... compareceu F... ou F... e F... (*nomes, appellidos, religião, casta, estado, naturalidade e residencia do perfilhador ou perfilhadores, ou adoptante*) que declarou ter perfilhado seu filho F... ou adoptado por filho a F... (*nome, appellido, religião, casta, estado, naturalidade e residencia do perfilhado ou adoptado*) nascido no dia... do mês de... do anno de... tendo sido a dita perfilhação ou adoção feita por escritura publica nas notas do tabelião F... (*se a perfilhação for feita por qualquer outro auto publico, designar-se-ha o tribunal ou repartição publica onde for exarado*). Foram testemunhas presentes F... e F... (*nomes, appellidos, estado, profissão, naturalidade e residencia das testemunhas*) que sei serem os proprios.

E para constar lavrei em duplicado este assento, que, depois de ser lido e conferido perante o perfilhador ou perfilhadores, ou adoptante e testemunhas, foi por mim e por todos os presentes assinado.

Quando algum perfilhador ou adoptante não souber assinar, assinará a seu rogo, mais uma testemunha.

O perfilhador ou adoptante,

*FF...*

As testemunhas,

*FF...*

O regedor,  
ou chefe da circunscrição,

*F...*

*N. B.* Esta declaração póde ser tambem feita pelo proprio adoptado, assinando-se.

## MODELO N.º 6

## Registo de legitimação por subsequente casamento

Nesta columna devem indicar-se:

1.º O numero de ordem do registo;

2.º O nome do legitimo;

3.º O numero de ordem dos documentos de que se fizer menção.

Em casa de... (*designação da casa onde se lavrou o registo*) ás... horas da... (*manhã ou tarde*) do dia... do mês de... do anno de... compareceram FF... (*nomes, appellidos, religião, casta, estado, naturalidade e residencia dos legitimadores*), que declararam legitimar por subsequente casamento F... (*nome, appellido, religião, casta, estado, naturalidade e residencia do legitimo*) nascido no dia... do mês de... do anno de... achando-se o assento d'este casamento no livro do registo do dia... do mês de... do anno de... com o numero de ordem... (*Se o assento do casamento estiver em outra freguesia ou aldeia, ou em registo anterior a este, será o dito registo designado, e far-se-hão as declarações á vista da respectiva certidão*). Foram testemunhas presentes FF... (*nomes, appellidos, estado, profissão, naturalidade e residencia das testemunhas*) que sei serem os proprios.

E para constar lavrei, em duplicado, este assento, que, depois de ser lido e conferido perante os legitimadores e testemunhas, foi por mim e por todos os presentes assinado.

Quando algum dos legitimadores não souber assinar, assinará a seu rogo mais uma testemunha.

Os legitimadores,

FF...

As testemunhas,

FF...

O regedor

ou chefe da circunscrição,

F...

## MODELO N.º 7

### Registo de perfilhação por testamento

Nesta columna devem indicar-se:

1.º O numero de ordem do registo;

2.º O nome do perfilhado;

3.º O numero de ordem dos documentos de que se fez menção.

Em casa de... (*designação da casa onde se lavrou o registo*), às... horas da... (*manhã ou tarde*) do dia... do mês de... do anno de... compareceu F... (*nomes, appellidos, religião, casta, estado, naturalidade e residencia do perfilhado, ou se este é menor, F... como tutor de F...*) o qual declarou que no testamento que está registado... (*designação do logar onde está o registo*), o fallecido F... (*nome, appellido, religião, casta, estado, naturalidade e ultima residencia do testado*) o reconheceu como seu filho (*ou reconheceu como filho o seu tutelado F...*). Foram testemunhas presentes FF... (*nomes, appellidos, estado, profissão, naturalidade e residencia das testemunhas*).

E para constar lavrei, em duplicado, este assento, que, depois de ser lido e conferido perante o perfilhado e as testemunhas, foi por mim e por todos os presentes assinado.

O perfilhado ou tutor,

F...

As testemunhas,

FF...

O regedor

ou chefe da circunscrição,

F...

Processo de recurso n.º 472 de 1908, sobre contribuição industrial, em que é recorrente José de Sousa Pinto de Magalhães e recorrido o conselho de provincia de Angola, relator o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conselheiro João José da Silva.

Sendo-me presente a consulta da Junta Consultiva do Ultramar, como tribunal contencioso, sobre o recurso n.º 472, de 1908, em que é recorrente José de Sousa Pinto de Magalhães e recorrida a Fazenda Nacional:

Mostra-se que o recorrente José de Sousa Pinto de Magalhães foi collectado nos dois primeiros trimestres do anno economico de 1905-1906, como gerente da filial do Banco Nacional Ultramarino em Loanda, nas quantias de 105\$000 réis, importancia de contribuição industrial em cada trimestre, correspondente a 10 por cento de seus vencimentos, que é a taxa inscrita em a verba n.º 65 da tabella geral das industrias annexa ao regulamento da contribuição industrial, approvada por portaria provincial de 28 de maio de 1904;

Mostra-se que o mesmo recorrente pretendia ser collectado, não como gerente, mas sim como agente do Banco na referida filial, e como tal comprehendido na designação da verba n.º 13 da citada tabella, com a collecta annual de 80\$000 réis, visto que, segundo os estatutos do mesmo Banco, approvados por decreto de 27 de fevereiro de 1902, lhe pertence a qualificação de agente, ou empregado da filial, e não a de gerente, que é privativa dos directores do estabelecimento principal, com séde em Lisboa;

Mostra-se que o conselho de provincia, attendendo a que são multiplas e variadas as operações commerciaes que estão a cargo dos administradores das filiaes do Banco Nacional Ultramarino, ao passo que é muito restricta a esfera de acção das agencias, classificou o recorrente como gerente da filial do Banco em Loanda, para o effeito de se lhe applicar a taxa de 10 por cento de contribuição industrial, e desattendeu assim a sua pretensão; e

Considerando que a lei em vigor nas provincias ultramarinas de Africa sobre contribuição industrial é o decreto com força de lei de 20 de outubro de 1880, confirmado e esclarecido pelo decreto de 28 de maio de 1884, o qual no seu artigo 3.º fixou em 10 por cento a taxa de contribuição industrial que devem pagar todas as pessoas que exercem qualquer industria, profissão, arte ou officio no concelho de Loanda, onde tem a sua séde a filial do Banco Nacional Ultramarino, taxa esta que foi repetida nos regulamentos provinciaes de 30 de novembro de 1881 e 5 de novembro de 1885, approvados aquelle por portaria regia de 1 de fevereiro de 1882 e este por decreto de 26 de agosto de 1886;

Considerando que, em conformidade com os citados decretos e regulamentos, está fixada em 10 por cento, na verba n.º 65 da tabella annexa ao regulamento provincial de 28 de maio de 1904, a taxa de contribuição industrial que serviu de base á collecta do recorrente;

Considerando que, admittindo-se a classificação das industrias, profissões, artes e officios da tabella citada, ainda assim carece de fundamento o recurso; pois que,

Considerando que os bancos são estabelecimentos commerciaes, cuja criação, organização e funcionamento são regulados por leis especiaes (Codigo Commercial, artigos 362.º e 364.º);

Considerando que o Banco Nacional Ultramarino tem filiaes e agencias no ultramar, fazendo-se distincção entre umas e outras na lei de 27 de abril de 1901 artigos 5.º, 21.º § unico, 26.º § 2.º e 6.º, 32.º n.º 1.º e outros, no contrato de 30 de novembro de 1901, condições 9.ª, 14.ª, 63.ª e outras, e nos estatutos approvados por decreto de 27 de fevereiro de 1902, artigo 1.º § 2.º e outros, e portanto não pode deixar de haver differença, quanto á categoria, faculdades e attribuições entre os funcionarios a quem é commettida a administração das filiaes, e aquelles que são encarregados das agencias;

Considerando que, na accepção da lei, são gerentes de commercio os individuos que, sob qualquer denominação, consoante os usos commerciaes, se acham propostos para tratar do commercio de outrem, no lugar onde este o exerce, ou em outro qualquer munidos de procuração geral para, em nome do proponente, praticarem todos os actos pertencentes e necessarios ao exercicio do commercio

para que houver sido dada (Codigo Commercial artigos 248.º, 249.º e 250.º), ao passo que os agentes são mandatarios especiaes encarregados de algum ou alguns dos ramos do trafico a que se dedicam os mandantes (citado codigo artigos 256.º, 257.º e 258.º);

Considerando que, sendo o Banco Nacional Ultramarino deliberadamente fundado, com privilegios e insenções, para beneficiar as colonias, nas suas filiaes se realizam todas as operações bancarias mencionadas no artigo 17.º da lei de 27 de abril de 1901, na condição 17.ª do seu contrato com o Governo e no artigo 7.º de seus estatutos, e por consequencia não podem deixar de considerar-se como gerentes os individuos propostos á administração das mesmas filiaes;

Considerando que o proprio recorrente se intitula gerente da filial de Loanda:

Hei por bem, conformando-me com a mencionada consulta, negar provimento ao recurso.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 27 de janeiro de 1910. = REI. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(*Diario do Governo*, n.º 30.)

Sua Magestade El-Rei ha por bem auctorisar Manuel Avelino Antunes a trasferir para Albino Ayres dos Santos a concessão de 2:000 metros quadrados de terreno baldio, situado em Malange, districto da Lunda, provincia de Angola, que lhe foi feita por portaria do governo geral d'esta provincia n.º 193 de 8 de abril de 1908, devendo o referido Albino Ayres dos Santos ficar sujeito ao cumprimento das obrigações da citada portaria provincial.

O que pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar se communica ao governador geral da referida provincia para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 27 de janeiro de 1910. — *João de Azevedo Coutinho.*

(*Boletim official d'Angola*, n.º 10.)

Sua Magestade El-Rei ha por bem pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar auctorisar nos termos da alinea a) do artigo 44.º da carta de lei de 9 de maio de 1901, que Isaac das Dôres Tello da Fonseca entre numa sociedade destinada a exploração agricola com as concessões de 800 e 200 hectares de terreno, situadas nos valles e montanhas de Gombe, Noquissa, Gumba e Manga, na região do Amboim, concelho de Novo Redondo, districto de Loanda, provincia de Angola, feitas por portarias provinciaes n.ºs 610 e 681 de 21 de novembro e 30 de dezembro de 1907, com a condição da referida sociedade ser portuguesa, constituída nos termos das leis portuguesas e como tal se sujeita ás leis e tribunaes portugueses e sem que nunca possa deixar de ser portuguesa e bem assim de as propriedades englobadas quando na posse da sociedade, não poderem ser por qualquer fórma alienadas temporaria ou perpetuamente, no todo ou em parte para individuo ou sociedade, sem prévia e expressa licença do governo português.

O que pela secretaria de Estado referida se communica ao governador geral da mencionada provincia para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço em 27 de janeiro de 1910. — *João de Azevedo Coutinho.*

(*Boletim official d'Angola*, n.º 10)

## FEVEREIRO

Nos termos do § 2.º do artigo 7.º do decreto organico de 17 de maio de 1897, tendo cuvido a Junta Consultiva do Ultramar: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' approvedo o regulamento para o serviço interno de permutação de fundos nos territorios de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique, que baixa assinado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O mesmo Ministro e Secretario de Estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 4 de fevereiro de 1910. = REI. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

---

### **Regulamento para o serviço interno de permutação de fundos nos territorios de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique**

#### TITULO I

##### Vales territoriaes

#### CAPITULO I

##### Classificações e disposições geraes

Artigo 1.º O serviço de permutação de fundos no territorio sob a administração da Companhia de Moçambique effectua-se no correio por meio de vales e ordens postaes, e os vales são:

- a) Do correio;
- b) Telegraphicos.

Art. 2.º Os vales do correio são expedidos por intermedio das estações postaes, e podem ser:

- a) De serviço;
- b) Nominaes;
- c) Ao portador.

Art. 3.º Denominam-se:

a) De serviço, quando emittidos pelas repartições da companhia para pagamento de vencimentos ou quaesquer outros encargos, ou para transferencia de fundos, por meio de vales;

b) Nominaes, os emittidos a favor de determinado individuo, corporação, sociedade ou estabelecimento;

c) Ao portador, os que não indicam a quem devem ser pagos e são pagos aos representantes.



Art. 4.º Os vales telegraphicos são transmittidos pelo telegrapho e são sempre nominaes e applicaveis á Beira, Villa Machado, Mandigos, Macequece ou qualquer outra estação da localidade que de futuro venha a ter estação telegraphica.

Art. 5.º Os vales não podem representar fracção de 10 réis.

Art. 6.º O valor maximo é fixado:

1.º Para os vales nominaes:

a) Em 90\$000 réis, quando pagos na séde das circunscripções;

b) Em 45\$000 réis, quando pagos na séde das sub-circunscripções.

2.º Para os vales ao portador em 22\$500 réis, qualquer que seja a localidade em que tenham de ser pagos.

Art. 7.º E' permittido que o mesmo individuo possa tomar mais de um vale pagavel a um mesmo destinatario.

Art. 8.º Os vales podem ser emittidos em ouro ou prata:

1.º Os emittidos em ouro serão pagos em libras ou meias libras completas, e quantias inferiores a meia libra em prata ou em cobre, e nesta especie recebidas do remettente;

2.º Não será acceite nem paga em cobre quantia superior a 100 réis.

Art. 9.º Nesta data ficam auctorizadas a emittir vales em ouro as seguintes estações:

Beira, Villa Machado, Mandigos, Macequece, Villa Paiva de Andrade e Gouvuro.

§ unico. Quando as necessidades do serviço o aconselharem, o governador do territorio, sob proposta da direcção dos correios, poderá autorizar, por ordem publicada no Boletim da Companhia de Moçambique, que se emittam e paguem vales em ouro nas estações postaes que com isso sejam beneficiadas.

Art. 10.º Os tomadores de vales devem pagar:

1.º Pelos vales do correio:

Até 5\$000 réis, 75 réis.

De 5\$000 réis até 10\$000 réis, 150 réis.

De 10\$000 réis até 15\$000 réis, 225 réis.

De 15\$000 réis até 20\$000 réis, 300 réis.

De 20\$000 réis até 25\$000 réis, 375 réis.

E assim successivamente, acrescentando 75 réis por cada 5\$000 réis ou fracção d'esta quantia até a importancia de 90\$000 réis.

2.º Pelos vales telegraphicos:

a) Percentagem e sêllo de igual quantia como se fossem do correio;

b) A taxa de transmissão do telegramma;

c) Pelo certificado de recepção pagando uma taxa suplementar de doze pa-lavras.

Art. 11.º Os vales ficam sujeitos ao pagamento de imposto de sêllo:

De 5\$000 até 10\$000 réis, 10 réis.

De 10\$000 até 25\$000 réis, 20 réis.

De 25\$000 até 45\$000 réis, 30 réis.

De 45\$000 até 90\$000 réis, 50 réis.

Art. 12.º Os vales de serviço são isentos de qualquer taxa ou imposto.

Art. 13.º As estampilhas do imposto do sêllo affixadas nos vales e bem assim as da requisição do aviso de pagamento serão inutilisadas com a marca do dia da estação que emittir os vales.

Art. 14.º Os vales que não forem pagos aos destinatarios pertencem aos tomadores, e estes teem direito de pedir a substituição do endereço, reembolso ou revalidação.

Art. 15.º Os vales são validos por seis mezes, ficando prescriptos no fim do anno:

a) Terminado o prazo de seis mezes só podem ser pagos depois de revalidados:

b) A revalidação pode ser effectuada a pedido do tomador ou do destinatario, devendo ser formulado o pedido no modelo n.º 52, affixando um sêllo de 50 réis, ao qual será junto o vale.

**Exceptuam-se** para a contagem do prazo de que trata este artigo os vales sobre os quaes haja algum processo pendente nos tribunaes ou da Direcção dos Correios, contando-se para estes o prazo de um anno da data da conclusão do processo.

Art. 16.º A revalidação do vale dá ao vale um novo periodo de validade igual ao primitivo, o qual poderá sempre ser renovado successivamente, não estando prescrito.

Art. 17.º Os vales que não forem pagos revertem a favor da Companhia de Moçambique findo o prazo da prescrição, que é contado desde a data da emissão ou da conclusão do processo a que tiver dado origem, nos termos do artigo 15.º

Art. 18.º O governador da companhia poderá:

- a) Suspender temporariamente a emissão dos vales em todo o territorio;
- b) Reduzir temporariamente o valor maximo ou o premio de transferencia;
- c) Suspender temporariamente ou mandar cessar completamente a emissão em qualquer estação postal.

Art. 19.º Aos encarregados da emissão e do pagamento será dada uma gratificação ou percentagem que for fixada annualmente no orçamento, segundo o movimento da emissão.

Art. 20.º Pela emissão e pagamento de vales de serviço nenhuma porcentagem será abonada aos empregados encarregados d'esse serviço.

Art. 21.º Todas as disposições do regulamento interno da provincia, que não estejam expressamente modificadas ou alteradas neste regulamento, serão applicaveis a este serviço.

Art. 22.º Para todos os effeitos d'este regulamento é considerada repartição superior dos correios do territorio da Companhia de Moçambique a direcção dos Correios na Beira.

## CAPITULO II

### Emissão

Art. 23.º A emissão de vales effectua-se em todas as estações postaes do territorio actualmente abertas ao publico; mas aquellas que de futuro sejam criadas só poderão emittir vales depois de autorizadas pelo governador do territorio sob a indicação da Direcção dos Correios.

Art. 24.º São encarregados da emissão:

- a) Na Beira, o empregado nomeado pelo director dos correios do territorio;
- b) Em Manica, o chefe da estação postal;
- c) Nas circunscrições postaes e sub-circunscrições, os encarregados do serviço postal.

Art. 25.º Para se emittir um vale, o tomador deverá apresentar uma requisição feita em impresso n.º 53, affixando um sêllo de 10 réis.

Art. 26.º O encarregado da emissão preencherá o modelo n.º 54 e tendo-lhe affixado sêllos de imposto serão estes inutilizados com a marca do dia.

Art. 27.º As requisições para vales de serviço são isentas da taxa, premio e de sêllos, e devem ser assinadas pela autoridade remettente, declarando o fim a que se destinam.

Art. 28.º Para os vales telegraphicos proceder-se-ha do modo seguinte:

1.º O tomador apresentará uma requisição em conformidade com o artigo 21.º;

2.º O encarregado da emissão emitti-lo-ha como se fôra do correio, no impresso modelo n.º 54, escrevendo transversalmente e a tinta vermelha no alto do vale a palavra «telegraphico» e preencherá o modelo n.º 61, que substituirá o aviso da emissão;

3.º A estação destinataria logo que receba o telegramma preencherá o modelo n.º 64, que enviará ao destinatario, e o modelo n.º 62, que remetterá ao encarregado de pagamento;

4.º O vale telegraphico será enviado á estação do destino pela primeira mala, com as formalidades do registo.

Art. 29.º Qualquer informação com respeito ao destino ou pagamento dos vales será pedida segundo se acha determinado nos regulamentos em vigor para a correspondencia geral.

Art. 30.º Nos vales não são permittidas rasuras e entrelinhas ou quaesquer outras emendas.

Art. 31.º No caso de qualquer engano no acto da emissão do vale, ficará inutilizado o mesmo, devendo por isso o encarregado escrever com a letra bem legivel, tanto nelle como no recibo, aviso de pagamento e talão, a palavra «inutilizado».

Art. 32.º A entrega do producto da emissão deve ser feita diariamente na Fazenda.

§ unico. A importancia da emissão será descrita em guia modelo 55, em duplicado, que sendo conferida com as cadernetas de vales, pelo empregado de Fazenda, porá o seu visto, guardando uma e entregando outra ao encarregado da emissão.

Art. 33.º Nos talões dos vales o empregado da Fazenda porá a nota de conferido, rubricando e datando.

Art. 34.º A entrega do producto da emissão será feita na mesma especie recebida dos tomadores.

Art. 35.º Ainda que em qualquer estação não tenha havido emissão, os empregados encarregados do serviço apresentarão na Fazenda o livro de vales para ser lançada a nota de conferido.

### CAPITULO III

#### Distribuição

Art. 36.º Os vales nominaes e de serviço serão distribuidos com as formalidades da correspondencia registada.

Art. 37.º Os vales que não puderem ser distribuidos, por ausencia do destinatário, serão devolvidos á procedencia, para serem entregues aos remittentes.

Art. 38.º Os vales devolvidos á procedencia e que não puderem ser entregues aos tomadores serão enviados á Direcção dos Correios.

Art. 39.º Os vales devolvidos deverão ser sempre acompanhados de uma nota indicativa da causa da devolução.

### CAPITULO IV

#### Transmissão

Art. 40.º Os vales nominaes serão enviados directamente das estações emissoras ás estações destinatarias com as formalidades do registo, salvo se os tomadores pedirem que lhes sejam entregues. Os avisos dos vales serão sempre enviados ao encarregado de pagamento.

Art. 41.º Os vales ao portador serão entregues aos tomadores.

Art. 42.º Os vales telegraphicos que não tenham nota de urgente serão expedidos pela ordem de entrada.

Art. 43.º Os vales de serviço serão expedidos com os vales nominaes.

## CAPÍTULO V

## Reembolso e substituição

Art. 44.º Para se effectuar o reembolso das quantias representadas pelos vales, o pedido será formulado no impresso modelo n.º 52, dirigido á Direcção dos Correios, ao qual se deverá juntar o proprio vale, ou recibo respectivo, e não falta, a declaração do encarregado da emissão da estação em que foi passado o vale (Modelo n.º 59).

Art. 45.º Os vales podem ser substituidos dentro do periodo da prescrição:

- a) Os perdidos, passado o periodo de validade;
- b) Os deteriorados, logo que sejam apresentados.

Art. 46.º A substituição pode ser pedida pelo tomador ou destinatario por intermedio de qualquer estação.

Art. 47.º A substituição deve ser pedida em impresso, modelo n.º 56, e antes de findar o prazo da prescrição.

Art. 48.º Verificando-se que o pagamento do vale não foi realizado, será feita uma autorização de pagamento em modelo n.º 56, que será entregue ao destinatario.

Art. 49.º A autorização de que trata o artigo antecedente deve ser assinada pelo director dos correios.

## CAPÍTULO VI

## Alteração e substituição do endereço

Art. 50.º Para a rectificação do endereço, ou para que o pagamento se effectue a individuo diverso ou em outra localidade, o pedido será feito em impresso, modelo n.º 52, no qual será affixado um sello de 50 réis, juntando-se o recibo do vale.

Art. 51.º Verificando-se que o vale não foi pago, far-se-ha uma declaração no proprio vale e aviso de remessa.

## CAPÍTULO VII

## Endosso

Art. 52.º Os vales nominaes podem ser endossados, e depois de endossados não poderão ser pagos aos primitivos destinatarios sem que de novo sejam endossados.

Art. 53.º O encarregado do pagamento deverá exigir que as assinaturas sejam autenticadas por qualquer dos modos indicados no regulamento em vigor com respeito ás correspondencias registadas.

## CAPÍTULO VIII

## Pagamento

Art. 54.º Os vales do correio e telegraphicos serão pagos mediante recibo passado pelos proprios ou por pessoa devidamente autorizada.

Art. 55.º Os vales ao portador serão pagos mediante recibos passados pelos apresentantes.

Art. 56.º Quando o destinatário não souber ou não puder escrever o recibo será assinado a seu rogo por duas pessoas conhecidas do encarregado do pagamento.

Art. 57.º Os vales serão pagos:

- a) Na Beira, na thesouraria geral;
- b) Nas circunscrições e sub-circunscrições, na séde dos commandos, pelos encarregados de Fazenda.

Art. 58.º Quando um vale não puder ser pago por qualquer engano ou irregularidade, será passado ao destinatário um recibo no impresso n.º 57, e o vale enviado á Direcção dos Correios, indicando as causas que motivaram o não ser effectuado o pagamento.

Art. 59.º O vale de que trata o artigo antecedente, depois de legalizado, será entregue ao destinatário, o qual devolverá o recibo.

Art. 60.º Os encarregados de pagamentos enviarão semanalmente á Direcção dos Correios uma relação, modelo n.º 58, mencionando o numero, importancia e localidade da emissão dos vales que tiverem pago, juntamente com os avisos dos vales.

Art. 61.º As relações de que trata o artigo antecedente serão enviadas com as formalidades das correspondencias registadas.

## CAPITULO IX

### Fiscalisação

Art. 62.º A fiscalização da emissão e pagamento pertence á Direcção dos Correios do territorio

Art. 63.º A Repartição de Fazenda dará as convenientes instrucções ás suas delegações, tanto para a fiscalização como para a escrituração d'este serviço, na parte respeitante ás referidas delegações.

## CAPITULO X

### Fornecimento de cadernetas

Art. 64.º O deposito de cadernetas de vales será na Repartição de Fazenda, na Beira.

1.º A Repartição de Fazenda mandará imprimir e organizar as cadernetas de vales, segundo a indicação da Direcção dos Correios;

2.º A Repartição de Fazenda enviará aos encarregados de Fazenda nas circunscrições ou sub-circunscrições as cadernetas calculadas necessarias para o consumo de tres a seis meses de cada estação, segundo a distancia em que se encontrarem da Beira;

3.º As estações postaes requisitarão com a antecedencia precisa as cadernetas que necessitem.

Art. 65.º Os empregados a quem tiverem sido fornecidas cadernetas de vales serão responsaveis para com a Fazenda pela importancia maxima por que possa ser emitido cada vale que perderem ou extraviarem.

1.º As cadernetas fornecidas representarão debito do empregado, e os talões devolvidos o seu credito;

2.º As estações postaes devolverão á Fazenda ou ás delegações de Fazenda os talões das cadernetas, logo que estejam emitidos todos os vales que cada uma comprehende.

Art. 66.º As cadernetas constarão de 50 vales, e cada vinte cadernetas formarão uma serie, numeradas de 1 a 1000 para cada estação, tendo todas o sello branco da Repartição de Fazenda.

## TITULO II

## Ordens postaes

## CAPITULO I

## Disposições geraes

Art. 67.º A transferencia de quantias não superiores a 4\$500 réis poderá ser effectuada por meio de ordens postaes.

Art. 68.º Todas as estações postaes que emittem vales ficam autorizadas a vender ordens postaes.

Art. 69.º As ordens postaes representarão os seguintes valores: 500, 1\$000, 2\$000, 2\$500, 3\$000, 4\$000 e 4\$500 réis.

1.º As ordens postaes do valor de 500, 1\$000, 2\$000, 3\$000 e 4\$000 réis representarão sempre especie em prata e as de 2\$250 e 4\$500 réis, ouro;

2.º E' permittido aumentar o valor da ordem por meio de sellos do correio, que serão collados na face da mesma ordem pelo encarregado da emissão e por elle inutilizados com o carimbo de data, não podendo, comtudo, tal aumento ser superior a 490 réis;

3.º As ordens postaes serão emittidas segundo o modelo n.º 63 e cada taxa será representada por uma côr differente.

Art. 70.º Os tomadores pagarão as seguintes taxas:

Por 500 réis	25 réis.
Por 1\$000 réis	
Por 2\$000 réis	50 réis.
Por 2\$250 réis	
Por 3\$000 réis	75 réis.
Por 4\$000 réis	
Por 4\$500 réis	

Art. 71.º Com respeito ao pagamento observar-se-ha o preceituado nos artigos 54, 56 e 67 do titulo I d'este regulamento.

Art. 72.º Em casos omissos serão applicadas as disposições do regulamento em vigor para a permutação com a provincia e colonias sul-africanas.

## CAPITULO II

## Emissão

Art. 73.º Serão vendidas ordens postaes em todas as estações autorizadas a permutar vales.

Art. 74.º As ordens postaes serão vendidas independentemente de qual quer requisição.

Art. 75.º O encarregado da venda preencherá diariamente o modelo n.º 65 e no fim de cada mês enviará este impresso á Direcção dos Correios.

### CAPITULO III

#### Transmissão

Art. 76.º As ordens postaes serão enviadas pelos compradores aos destinatarios sem interferencia alguma, nem rêsponsabilidades do encarregado da venda.

### CAPITULO IV

#### Reembolso ou substituição

Art. 77.º Para se effectuar o reembolso ou substituição de uma ordem o pedido será formulado em impresso modelo n.º 52, dirigido á Direcção dos Correios.

Art. 78.º No caso de extravio de uma ordem postal poderá ser autorizado o seu pagamento passados tres meses da data da emissão, providenciando-se de modo que a primitiva ordem não seja paga.

§ unico. A taxa a cobrar será o dobro da fixada para a ordem primitiva, paga por meio de sellos affixados na autorização de pagamento.

Art. 79.º No caso da inutilização parcial da ordem postal, poderá ser passada uma nova ordem mediante o pagamento da taxa prevista do § unico do artigo antecedente.

### CAPITULO V

#### Endosso

Art. 80.º As ordens postaes podem ser endossadas, e depois de endossadas não poderão ser pagas aos primitivos destinatarios sem que de novo sejam endossadas.

Art. 81.º O encarregado de pagamento deverá exigir que as assinaturas dos destinatarios sejam autenticadas por qualquer dos modos indicados no regulamento em vigor com respeito a correspondencia registada.

### CAPITULO VI

#### Alteração ou substituição do endereço

Art. 82.º Para rectificação do endereço ou para que o pagamento se effectue a individuo diverso ou em outra localidade, o pedido será feito em impresso modelo n.º 52 affixando-se no verso da ordem sêllos correspondentes á taxa normal das ordens postaes.

### CAPITULO VII

#### Pagamento

Art. 83.º As importancias das ordens postaes só poderão ser pagas na localidade indicada nas mesmas.

Art. 84.º As ordens postaes serão pagas mediante recibo passado pelos proprios destinatarios ou por pessoa devidamente autorizada na parte da ordem para esse fim reservada.

Art. 85.º O pagamento será effectuado pelo encarregado de pagamento de vales, ou nas estações postaes, quando autorizadas pela direcção dos correios.

Art. 86.º As ordens postaes, que forem pagas nas estações postaes, serão enviadas á Fazenda descritas no modelo n.º 52, mencionando-se sob o titulo «Ordens postaes» e procedendo-se em harmonia com os artigos 32.º, 33.º e seu paragrapho.

Paço, em 4 de fevereiro de 1910. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Frago de Siqueira.*

(*Diario do Governo*, n.º 33.)

MODELO N.º 52

## COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

Governo do territorio de Manica e Sofala

Serviço de permutação de fundos

Estação postal de ...

O abaixo assinado, (a)... do vale (b)... n.º ... da quantia de ..., emittido na estação de ... em ... de ... de 19..., para ser pago em ... a ..., residente em ..., declara que, tendo (c)... o mesmo vale, pretende que elle seja (d)... a favor de ..., residente em ..., e pagavel em...

Sello

O (a)...

F...

Conforme a requisição.

O Encarregado da emissão dos vales,

F...

(a) Tomador ou destinatario.

(b) Classificação do vale.

(c) Perdido, deteriorado, de rectificar o endereço ou expirando a validade.

(d) Substituido reembolsado, rectificado o endereço ou revalidado.

MODELO N.º 53

## COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

Governo do territorio de Manica e Sofala

Serviço de permutação de fundos

Requisição do vale (a)... n.º ...

Vale na importancia de réis...

Importancia por extenso ...

Pagavel em (b)...

A quem deve ser pago ...

Nome do remittente ...

Residencia do remittente ...

..., em ... de 19...

Assinatura do remittente,

F...

(a) Classificação de vale.

(b) Localidade, circumscrição ou sub-circumscrição.



TALÃO DO VALE

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

AVISO DE EMISSÃO

MODELO N.º 54

(Verso do modelo n.º 54)

VALE

DO VALE...

ENDOSSO

RECIBO N.º ...

(a) ...

Serie ... N.º ...

Estação d....

Serie ... N.º ...

Recebi a quantia de

Da quantia de (b) ...

Serie ... N.º ...

Da quantia de (j) ...

... réis, para emissão

(c) ... para ser pago

Da quantia de (f) ...

(k) ... para ser pago

de um vale ..., paga-

em (d) ...

réis, (g) ..., pagavel em

em (l) ...

vel em ...

Estação de ... em ...

(h) ...

Nome e appellidos do

Estação d...., em ...

de ... de 19...

Nome e residencia do

destinatario...

de ... de 19...

Rubrica de quem emite

destinatario ...

Estação d...., em ...

Pagou:

o vale ...

Nome do remetente ...

de ... de 19...

De premio e

Em ... de ... de

de ... de 19...

sélo.....

190...

O Encarregado da emissão,

De aviso de

O encarregado da emissão,

F...

pago...

De taxas tele-

graphicar...

Total...

O encarregado da emissão,

Pagou o premio.

F...

(a) Designação do vale.

(e) Designação do vale.

(i) Designação do vale.

(b) Quantia em algarismos.

(f) Quantia em algarismos.

(j) Quantia em algarismo.

(c) Quantia por extenso.

(g) Quantia por extenso.

(k) Quantia por extenso.

(d) Localidade onde deve ef-

(h) Localidade onde deve ef-

(l) Localidade onde deve ef-

fectuar-se o pagamento.

fectuar-se o pagamento.

fectuar-se o pagamento.

**COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE**

Governo do território de Manica e Sofala

Guia da Importancia dos vales

N.º...

Qualidade dos vales

Vae entregar na ... a quantia de ... proveniente dos vales passados desde ... até o dia ...

Numero do vale ou recibo	Data	Quantias	Onde deve ser pago	Observações

..., em ... de ... de 19...

Confere

F...

O Encarregado da emissão,

F...

Recebi a importancia supra, em ... de ... de 19...

# TALÃO DE AUTORIZAÇÃO

De pagamento para reembolso  
ou substituição do vale (a) ...

Numero do vale ...  
Numero da serie ...  
Importancia do vale — Réis ...  
Estação onde foi emitido ...  
Data da emissão ...  
Numero do vale substituido ...  
Remettente do vale ...  
Destinatario do vale ...  
Destino ...  
Individuo a favor de quem se emittiu a auto-  
rização ...  
Localidade onde deve ser pago ...  
Direcção dos Correios na Beira, em ... de ...  
de 19...

O...  
F...

(a) Classificação do vale.

# AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

Para reembolso  
ou substituição do vale (a)...

Réis...

Numero do vale ...  
Numero da serie ...  
Tendo-se (b) ... o vale n.º ... da quantia  
de ... réis, tomado pelo sr. ..., em ...  
de ... de 19..., para ser pago ao sr. ...,  
em ..., é o referido vale substituido para  
todos os effeitos por esta autorização de  
pagamento a favor do Sr. ..., residente  
em ...  
Ao encarregado do pagamento de vales  
em ...  
Direcção dos Correios da Beira, em ... de ...  
de 19...

O...  
F...

(b) Extraviado ou inutilizado.

# MODELO N.º 56

## AVISO DE EMISSÃO

De uma autorização de pagamento  
para reembolso ou substituição do vale (a)...

Réis...

Numero do vale ...  
Numero da serie ...  
Quantia de (c) ...  
Estação onde foi emitido ...  
Data da emissão ...  
Numero do vale substituido ...  
Remettente ...  
Individuo a favor de quem se emittiu a auto-  
rização ...  
Ao encarregado do pagamento de vales  
em ...  
Direcção dos Correios da Beira, em ... de ...  
de 19...

O...  
F...

(c) Por extenso.

MODELO N.º 57

**COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE**

Governo do território de Manica e Sofala

## Permutação de fundos

Recebi o vale (a) ... n.º ... da quantia ... de ... emitido da estação de ... em ... de ... de 19..., a fim de ser devidamente legalizado.

Estação de..., em ... de ... de 19...

Marca do dia

O Empregado,

F...

(a) Classificação do vale.

MODELO N.º 58

**COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE**

Governo do território de Manica e Sofala

## Permutação de fundos

Relação dos vales (a) ... pagos em ... desde o dia ... de ... de 19... até o dia ... de 19..., que é remetida (b) ...

Data do pagamento		Localidade das emissões	Numero dos vales	Importancias	Observações
Mês	Dia				

(a) Classificação dos vales. (b) Repartição para onde é enviada.

MODELO N.º 59

**COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE**

Governo do território de Manica e Sofala

## Declaração para substituir o recibo do vale extraviado

Declaro que (a) ... entregou nesta estação, em ... de ... de 19..., a importância de réis ... para a emissão de um vale (b) ..., n.º ... a favor de (c) ..., residente em ...

Marca do dia da estação

O Encarregado da emissão do vale,

F...

(a) Nome do remetente. (b) Classificação do vale. (c) Nome do destinatário.

## COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

Governo do território de Manica e Sofala

## Serviço de permutação de fundos

Requisição de aviso de pagamento.

Um vale (a) ... da quantia de ... emitido em ... aos de ... de 19...  
com o n.º ..., para ser pago em ..., foi apresentado para pagamento, não se po-  
dendo este effectuar por não se ter sido recebido o respectivo aviso de emissão.  
..., em ... de ... de 19...

Marca do dia  
do correio  
reexpedidor  
d'este  
impresso

O Encarregado do pagamento,

F...

(a) Classificação do vale.

(Verso do modelo n.º 60)

O abaixo assinado declara que o vale ... a que se refere o pedido de aviso de  
emissão, foi emitido sob o n.º ... em ... de ... de 19... pela quantia de ...

## Indicações relativas ao destinatário

Nome ...

Morada ...

Localidade do pagamento ...

Nome do tomador ...

Estação postal d... em ... de ... de 19...

Marca do dia  
da  
estação postal  
onde  
o encarregado  
do pagamento  
entregou  
este impresso

O Encarregado da emissão,

F...

Marca do dia  
da estação  
onde o vale  
foi emitido

## CORREIOS DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

## Aviso-telegramma de vale n.º ...

Estação de origem e instruções de ser- viço ...	Classe ...	Numero do telegramma ...				Marca do dia
	Palavras taxa	Enviado ás ... m. Para ... Por ...	Telegramma ..... Repetição ..... Resposta ..... Porto..... Total...			
De	Director do Correio		Para		Director do Correio	
Numero (a)						
Pague (b)						
Réis (a)						
De (b)						

Marca do dia  
do correio

Certifico que a quantia supra foi entregue neste correio.

F...

Encarregado da emissão de vales,

Data ...

- (a) Os numeros e importancias a inscrever no vale devem ser escritos por extenso e não em algarismos.  
(b) Nomes e appellidos.

...@...

Este aviso telegraphico nunca deverá ser confiado a um extranho e deve ser entregue no telegrapho por pessoa que seja empregada no correio.

\*\*\*\*\*

(Recibo para ser entregue ao correio).

Recebi o aviso-telegramma n.º ... da importancia de ... réis pagavel a ... em ...  
Estação telegraphica de ... em ... de ... de 19...

Marca do dia

O Chefe da estação,

F...

# VALE TELEGRAPHICO

Estação de...

Talão n.º....

...Serie

Data da emissão...

N.º do vale original...

Emitido em...

Quantia depositada — Rs. ....

Quantia a pagar £... e réis...

F...

(Assignatura do encarregado da emissão)

Marca do dia  
da estação  
destinatária

Nota. — O aviso-telegramma recebido pelo encarregado da emissão deve ficar junto a este talão.

Recibo passado pelo destinatario de um vale telegraphico.

Estação de...

...Serie

N.º de ordem...

N.º do vale original

Data da emissão...

Estação de origem... por... segundo o telegramma Rs. ....  
junto ao talão.

Recebi do encarregado de pagamento de vales em... a importância de... réis que me foi enviada por... morador em...

F...

(Assignatura do destinatario).

F...

(Assignatura do encarregado da emissão).

Marca do dia  
da estação  
destinatária

MODELO N.º 63

TALÃO DA ORDEM POSTAL

Marca do dia

...Serie

N.º...

Dois mil duzentos e cinquenta réis (ouro)

Taxa 50 réis

Pagavel em...

Leva... réis de sellos addicionaes.

Visto em... de 19...

O Encarregado da emissão,

F...

O Thesoureiro,

F...

MODELO N.º 63

CORREIOS DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

Ordem postal

Taxa  
e marca do dia  
da estação  
emissoria

Dois mil duzentos e cinquenta réis (ouro)

2\$250 réis

Data da emissão... 19...

N.º... Serie...

O encarregado de pagamento de vales em... pagará a... dentro de tres meses, contados do ultimo dia do mês da emissão, a quantia de dois mil duzentos e cinquenta réis (ouro), por conta do correio.

O Encarregado da emissão,

F...

Recebi a quantia acima mencionada.

(Assignatura do destinatario).

- 1 Uma vez paga esta ordem, cessa a responsabilidade do correio.
- 2 Se qualquer rasura ou alteração for feita, ou se esta ordem for cortada ou mutilada, poderá o seu pagamento ser recusado.
- 3 Depois de expirado o prazo de tres meses, contados do ultimo dia do mês da emissão, esta ordem só é pagavel recebendo-se do destinatario uma commissão igual á taxa original, com addição (se tiver passado mais de tres meses depois do prazo expirado) da taxa original por cada tres meses que forem passados, e por cada fracção, de tres meses até um anno completo da data da emissão. A taxa neste caso é cobrada em sellos postaes, collados no verso da ordem.

Carimbo  
da estação  
pagadora  
Para cancelar  
a ordem



# TALÃO DO VALE TERRITORIAL

COM

(1)...

Serie... a...

N.º...

Da quantia de... para ser pago em...

Nome do remetente...

Localidade do depósito...

Data do depósito... de... de 19...

Este vale foi emitido em virtude do depósito  
descrito sob o n.º... na lista n.º...

de... de... de 19...

Estação de... em... de... de 19...

Marca do dia  
da estação  
emissora

O Encarregado da emissão,

F...

(1) Localidade onde se realizou o depósito.

# VALE TERRITORIAL

COM

(1)...

Serie... a...

N.º...

Da quantia... (Repetição da quantia por ex-  
tenso).

Pagavel a...

Residencia do destinatario...

Localidade do pagamento...

Data da requisição:... de... de 19...

Data da emissão:... de... de 19...

Estação emissora... de... de 19...

Marca do dia

O Encarregado da emissão,

F...

(1) Localidade onde se realizou o depósito.

...valor recebido em dinheiro.

...em... de... de 19...

(Assignatura do endossante)

Recebi a quantia retro mencionada.

em... de... de 19...

(Assignatura da pessoa a quem é  
pago o vale).

Pago em... de... de 19...  
O Encarregado do pagamento,  
F...

## COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

Governo do territorio de Manica e Sofala

Ordens postaes emitidas na estação de... durante o mês de... de 19...

Data	Preços e quantidades das ordens emitidas								Somma		Observações
	500	1,000	2,000	2,5250	3,000	4,000	4,500		Ouro	Réis	
Primeiro n.º											
1 .....											
2 .....											
3 .....											
4 .....											
5 .....											
6 .....											
7 .....											
8 .....											
9 .....											
10 .....											
11 .....											
12 .....											
13 .....											
14 .....											
15 .....											
16 .....											
17 .....											
18 .....											
19 .....											
20 .....											
21 .....											
22 .....											
23 .....											
24 .....											
25 .....											
26 .....											
27 .....											
28 .....											
29 .....											
30 .....											
31 .....											
Ultimo n.º.											
Sommas ...											

O encarregado da emissão de vales,

F...

(Verso do modelo n.º 65)

As ordens postaes descritas na face d'este impresso foram emittidas do modo seguinte:

Destinos	Preços e quantidades das ordens emittidas									Somma		Sêllos affixados nos termos do artigo 122.º	Observações
	500	1\$000	2\$000	2\$250	3\$000	4\$000	4\$500			Ouro	Réis		
Beira . . . . .													
Macequece.													
N. F. Villa.													
Mandigos ..													
Sena . . . . .													
Somma . . . .													

O encarregado da emissão de vales,

F...

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario dos negocios da marinha e ultramar de confirmar o seguinte telegramma, que em 3 do corrente mez dirigiu a v. ex.<sup>a</sup>: «Auctoriso transferencia verbas pedidas telegramma v. ex.<sup>a</sup> 31 janeiro.» = (a) *Ministro*.

Deus guarde v. ex.<sup>a</sup> — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 5 de fevereiro de 1910. = Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro governador geral da provincia de Angola. = O inspector geral, *José Navarro de Andrade* (1).

(Boletim Official de Angola, n.º 41.)

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup> n.º 246/5:407, de 23 de dezembro ultimo, acêrca da pergunta feita se a portaria regia de 9 de novembro de 1907 é extensiva aos governadores dos districtos, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup> que, por despacho de 14 de dezembro ultimo, exarado no officio do inspector de Fazenda da provincia de Angola, no qual se suscitam iguaes duvidas, ficou resolvido que o disposto na referida portaria não pode ser applicado quanto aos vencimentos dos governadores dos districtos e secretarios dos Governos, quando aquelles estejam em visita fóra da séde, mas dentro do districto, mas sim o § unico do artigo 20.º do decreto de 18 de abril de 1895.

Quando os governadores dos districtos sejam chamados á séde da Provincia, receberão todos os seus vencimentos, percebendo o secretario do Governo, durante a ausencia do governador, metade da verba de representação consignada no orçamento, sendo este abono feito pela verba de duplicação de vencimentos.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Inspector Geral de Fazenda do Ultramar, em 5 de fevereiro de 1910. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro governador geral da provincia de Moçambique. = O inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim Official de Moçambique, n.º 41.)

Sua Majestade El-Rei, tendo em attenção as cauções estipuladas para o thesoureiro da alfandega e recebedor de concelho de Lourenço Marques, e a informação da Inspeção geral de fazendas do ultramar; ha por bem determinar que a caução a prestar pelo thesoureiro da Direcção dos caminhos de ferro e porto de Lourenço Marques, seja de 5:000\$000 de réis, não podendo este funcionario ter em seu poder valor superior á caução, e arrecadando os valores que o excedam em um cofre de tres chaves, de que serão clavicularios o director, o chefe da contabilidade e o referido thesoureiro.

O que o mesmo Augusto Senhor manda communicar ao governador geral da provincia de Moçambique para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 10 de fevereiro de 1910. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira*.

(Diario do Governo, n.º 33.)

(1) O reforço é para o capitulo 1.º artigo 24.º secção 5.ª, na importancia de 3:400\$000 réis, deduzindo-se do artigo 19.º, secção 1.ª, 2:400\$000 réis e do artigo 23.º 1:000\$000 de réis.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. — Em referencia aos officios de V. Ex.<sup>a</sup> n.<sup>os</sup> 248 (Secretaria Geral) e 169 (Quartel General), ambos de 24 de julho de 1909, encarrega-me Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, de lhe dizer que foi approved o projecto do edificio principal do hospital da Praia e que fica V. Ex.<sup>a</sup> auctorisado a empregar na construcção todas as sobras do actual orçamento.

Caso a obra não fique concluida dentro do actual anno economico, deverá inscrever-se para o mesmo fim a verba de 10:000\$000 de réis no orçamento de cada um dos annos futuros até conclusão dos trabalhos.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 10 de fevereiro de 1910. — Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — Pelo Director Geral, *João Thaumaturgo Junqueira*.

(Boletim Official de Cabo Verde, n.º 10.)

Attendendo ao que me representou o governador do districto de Tete; e Usando da faculdade que me concede o § 1.º do artigo 9.º do Regulamento para o exercicio da caça na provincia de Moçambique, approved por decreto de 2 de junho de 1909:

Hei por conveniente determinar que a região do Barué e o Prazo Massanga d'aquelle districto sejam considerados coutadas do Estado.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do Governo, em Lourenço Marques, 10 de fevereiro de 1910. — O governador geral, *A. Freire de Andrade*.

(Boletim Official de Moçambique, n.º 8.)

Sua Majestade El-Rei, considerando que os seminarios são institutos publicos de ensino especial, destinados á instrucção ecclesiastica, e subordinados á superintendencia e fiscalização da auctoridade temporal;

Considerando que são mantidos pelos bens que as leis civis lhes applicam;

Considerando que os planos de seus estudos teem sido ordenados ou approved pelo Governo;

Considerando que os diplomas de seus exames teem validade legalmente reconhecida para o fim a que habilitam;

Considerando os preceitos da lei de 28 de abril de 1845;

Manda declarar o seguinte:

1.º A nomeação do pessoal administrativo dos seminarios pertence aos prelados diocesanos, mas está sujeita a approvação regia, sem a qual não podem os nomeados entrar em exercicio;

2.º A demissão do mesmo pessoal está igualmente sujeita a approvação regia;

3.º A nomeação dos professores pertence ao Governo, mediante proposta dos prelados diocesanos;

4.º Ao Governo pertence tambem a demissão dos professores, precedendo audiencia dos mesmos prelados;

5.º As clausulas mencionadas applicam-se do mesmo modo no caso de interinidade;

6.º A escolha dos compendios para o ensino, e o numero e distribuição das cadeiras, estão dependentes da approvação do Governo.

E ponderando ainda o cuidado que aos poderes publicos sempre tem merecido e deve merecer a preparação conveniente dos alumnos que se destinam á vida ecclesiastica;

Ponderando que em favor da adequada organização das respectivas escolas, se muito se tem feito, muito ha que aperfeiçoar, sobretudo na determinação do quadro dos estudos, que não deve estar sujeito á variedade actual, nem afastar-se, como se afasta, das regras já assentes noutros ramos do ensino official;

Ponderando que antes de resolver em assunto tão importante convem ouvir o douto parecer dos bispos, como reitores dos seminarios, e da faculdade de theologia, como idonea corporação docente do mais graduado estabelecimento de instrucção superior:

O mesmo Augusto Senhor manda chamar para estas considerações a especial attenção dos reverendos prelados diocesanos e do reitor da Universidade de Coimbra, a fim de consultarem, conforme o seu reconhecido zelo lhes suggerir, sobre as providencias a adoptar para o aperfeiçoamento do ensino nos seminarios.

Paço, em 12 de fevereiro de 1910. = *Arthur Pinto de Miranda Montenegro.*

(*Diario do Governo*, n.º 33.)

Attendendo ao que me requereu a Companhia da Zambesia pedindo a remodelação dos seus contratos com o Estado, vistas as informações do governador geral da provincia de Moçambique;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e Conselho de Ministros; e

Usando da autorização concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto Additional á Carta Constitucional da Monarchia, de 5 de julho de 1852:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Cessam para todos os effeitos as concessões que á Companhia da Zambesia foram garantidas pelo decreto de 24 de setembro de 1892.

§ 1.º São, porem, mantidos á Companhia da Zambesia, nos termos geraes dos do arrendamento da cobrança do mussôco nos prazos da Corôa (decreto de 18 de novembro de 1890) e com as modificações constantes d'este decreto, todos os actuaes arrendamentos dos prazos, cuja administração lhe tem sido confiada pelos decretos de 24 de setembro de 1892, 19 de abril de 1894 e 26 de novembro de 1903, portarias regias de 27 de setembro de 1894 e 11 de maio de 1897 e portarias provinciaes de 8 de março de 1893, 3 de janeiro de 1900 e outros mais quaesquer diplomas vigentes.

§ 2.º Os arrendamentos de que trata o § 1.º ficam, nas condições do decreto de 21 de outubro de 1907, desde já prorogados até 1930, sendo as rendas annuaes a pagar por aquelles prazos, durante todo o periodo de arrendamento sem alteração alguma, aquellas que a Companhia da Zambesia actualmente por elles paga ao Estado, com excepção da renda dos prazos Andona e Anguaze, que, de accordo com o disposto na alinea b) do artigo 4.º do decreto de 18 de novembro de 1890, ficam fixadas na quantia certa e invariavel de 16:500\$000 réis por anno até o fim do arrendamento, da dos prazos de Angonia e Macanga que é elevada á quantia certa e invariavel de 8:000\$000 réis, e da região entre Massingire e Namuli, que é elevada á renda certa e invariavel de 8:000\$000 réis até o fim dos arrendamentos.

Art. 2.º Cessam para todos os effeitos os privilegios e concessões que á Companhia da Zambesia foram garantidos pelo decreto de 19 de abril de 1894, salvo as excepções consignadas no seguinte parographo.

§ unico. São mantidos os direitos que para a Companhia da Zambesia derivam em virtude do § 2.º do artigo 3.º do decreto de 19 de abril de 1894, bem como os direitos que resultam da operação realizada em virtude do disposto no artigo 5.º, n.º 4.º do artigo 9.º do mesmo decreto.

Art. 3.º O prazo fixado no decreto com força de lei de 28 de abril de 1892 é prorogado até 1940, sem dependencia do preceituado no artigo 3.º do citado decreto, sendo mantidos em tudo que respeitar á exploração mineira na area de que trata o § 1.º os direitos anteriormente conferidos á Companhia da Zambesia.

§ 1.º A area da concessão a que se refere o decreto citado comprehende apenas os territorios do districto de Tete a oeste dos rios Chire e Luenha.

§ 2.º A Companhia da Zambesia terá o direito exclusivo de pesquisa, lavra e exploração mineira, na area fixada no § antecedente.

Art. 4.º A Companhia é permittido manter os actuaes subarrendamentos dos prazos pelo tempo da duração do arrendamento da mussôco que por este decreto lhe é concedido.

Art. 5.º A Companhia da Zambesia poderá elaborar regulamentos para o exercicio dos seus direitos mineiros, os quaes deverão ser submittidos á approvação do governador geral da provincia.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 12 de fevereiro de 1910. = REI. = *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(*Diario do Governo*, n.º 43.)

Preceituando a disposição 6.ª da portaria n.º 887 de 25 de setembro do anno proximo passado, que o alcool existente em 30 de junho do mesmo anno e que fosse arrolado, devia entrar no gremio creado pela referida portaria, isento de quaesquer impostos ou direitos;

Considerando que do arrolamento feito pelas estações competentes, a quantidade de aguardente sujeita áquelle beneficio, foi de 2.359.488,5 litros, da qual muita tem transitado pelos depositos do gremio;

Considerando que até á presente data, o rendimento do alcool consumido no corrente anno economico attingiu proporções minimas como se verifica das estatisticas da repartição de fazenda o que comprova ter a venda para consumo incidido quasi toda sobre aquelle alcool arrolado;

Considerando por isso mesmo, que nesta data, o numero de litros accusados no saldo existente do mencionado alcool arrolado até 30 de junho, deve ser sensivelmente reduzido;

Convindo portanto definir a situação e salvaguardar os direitos do Estado quando os interesses dos productores e vendedores já o foram com a referida disposição 6.ª da portaria n.º 887:

Hei por bem conveniente determinar o seguinte:

a) De todo o alcool arrolado em 30 de junho, a porção que porventura exista ainda, dará entrada até 31 de março proximo futuro, nos depositos do gremio em Loanda e outros concelhos, e nas condições da mencionada disposição 6.ª;

b) O alcool a que se refere a alinea anterior será o primeiro a ser vendido pelo gremio de conta dos respectivos donos com quem o mesmo gremio liquidará as respectivas contas á medida que se forem realisando as vendas;

c) Mensalmente serão publicados no *Boletim Official* da provincia os mapas a que se refere o artigo 25.º das instrucções annexas á portaria n.º 887;

d) As sédes das delegações dos gremios, por intermedio das quaes se devem effectuar as vendas, consideram-se estabelecidas nas localidades indicadas na relação n.º 1 que abaixo se segue, com a constituição nella indicada, e os depo-

sitos nos pontos constantes da relação n.º 2, a cargo dos individuos ou firmas na mesma mencionadas;

e) O governador do districto e as auctoridades fiscaes e administrativas da provincia prestarão aos delegados e fiscaes do gremio o auxilio que lhes fôr requisitado, como aliás preceitua o n.º 6.º do art. 3.º das instrucções;

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 12 de fevereiro de 1910. = *Jose Augusto Alves Roçadas*, governador geral.

## RELAÇÃO N.º 1

### Districto de Loanda

*Ambaca* — José Coelho de Mattos & Irmão.

*Alto Dande* — Companhia Agricola do Dande.

*Ambriz* — Nicolau Nunes Ferreira.

*Calunga (Golungo Alto)* — Neves Furtado & C.<sup>a</sup>

*Cambondo (Golungo Alto)* — Nunes & Costa.

*Golungo Alto* — Joaquim Maria da Costa.

*Dondo* — Cyriaco, Fernandes & C.<sup>a</sup> e Joaquim Ferreira de Sousa.

*Pungo Andongo* — Carlos Eduardo Giovetti.

*Novo Redondo* — Araujo, Albuquerque, Cruz & C.<sup>a</sup> e Casal de Francisco Nicolau da Silva.

### Districto de Benguella

*Benguella* — Companhia do Dombe Grande, Conceição & Coutinho e Francisco Bacellar & C.<sup>a</sup>.

*Egito* — D. Claudina Horta Machado.

### Districto de Mossamedes

*Mossamedes* — Viuva Bastos & Filhos.

### Districto da Lunda

*Malange* — João Pinto da Cunha e Francisco José Esteves.

*Quissol* — Antonio da Conceição Pinto.

*Duque de Bragança* — Cerqueira Mattos & C.<sup>a</sup>

## RELAÇÃO N.º 2

### Districto de Loanda

*Caxito* — José Pereira de Sousa.

*Sassa* — Alfredo Barbedo Pinto.

*Calumbo* — Companhia Agricola de Cazengo.

*Golungo Alto* — Santos & Costa.

*Cambondo* — Adelino Martins Contreiras.

*Calunga* — Ferreira, Oliveira & C.<sup>a</sup>



*Pungo Andongo* — Pina, Fonseca & Brito.

*Dondo* — Fialho Gabriel & C.<sup>a</sup>

*Ambriç* — Pedro de Andrade & Irmão.

*Novo Redondo* — Oliveiras & C.<sup>a</sup>

#### **Districto de Benguella**

*Benguella* — Ignacio da Fonseca Costa.

*Catumbella* — João da Silva Contreiras & C.<sup>a</sup>

*Egito* — Francisco Bacellar & C.<sup>a</sup>

#### **Districto de Mossamedes**

*Mossamedes* — Alfredo Luso & Ct.<sup>a</sup>

#### **Districto da Lunda**

*Malange* — Santos, Rosa & Oliveira.

*Quissol* — Bayão Guerra & C.<sup>a</sup>

*Lucalla* — Diogo & C.<sup>a</sup>

(*Boletim Official d'Angola*, n.º 7.)

Tendo estabelecido o regulamento geral de informações do exercito do reino, approved por decreto de 16 de setembro do anno findo, que nas informações dos officiaes, aspirantes a officiaes, sargentos ajudantes e primeiros sargentos do referido exercito não haja parte alguma confidencial: Hei por bem decretar, que nas informações dos officiaes, sargentos ajudantes e primeiros sargentos dos quadros do ultramar deixe de ser privativo o juizo do chefe, o qual será considerado ampliativo das respostas aos quesitos; devendo os informados, ao assignar as suas informações, tomar conhecimento d'ellas e declararem, se se conformam, ou não, com as mencionadas informações.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 12 de fevereiro de 1910. = REI.  
= *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.*

(*Diario do Governo*, n.º 72.)

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — A fim de satisfazer um pedido formulado pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros, encarrega-me sua ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar de comunicar a v. ex.<sup>a</sup>, para os devidos effeitos, que autorizou v. ex.<sup>a</sup> a poder rubricar os livros do consulado geral de Portugal no Cabo da Boa Esperança, nos termos do § 1.º do artigo 297.º do regulamento consular.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria do Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 13 de fevereiro de 1910. = Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro governador geral da provincia de Moçambique. = Pelo director geral, *João Thaumaturgo Junqueira.*

(*Boletim Official de Moçambique*, n.º 15.)

Em harmonia com instruções superiores e devendo entrar em execução nesta data as portarias n.<sup>os</sup> 226, 227, 228 e 229 de 22 de junho de 1908, publicadas no *Boletim Official* de 23 do mesmo mez e anno, relativas á remodelação dos serviços da administração e organização agraria de Nagar-Avely;

Hei por conveniente determinar:

1.<sup>o</sup> Na concessão de titulos de parcelas de exploração agricola, a que se refere o artigo 76.<sup>o</sup> e seus §§ da portaria n.<sup>o</sup> 228, serão escrupulosamente resalvados todos os direitos legitimamente adquiridos.

§ unico. Para este effeito deverão os interessados fazer valer os seus direitos por meio de requerimentos, devidamente documentados e dirigidos ao governador geral, o qual resolverá depois de ouvir as estações competentes.

2.<sup>o</sup> As rendas das terras poderão ser pagas parte em genero, parte em dinheiro, segundo quotas annualmente arbitradas e publicadas com a necessaria antecipação em relação á epoca das colheitas.

3.<sup>o</sup> Mensalmente o commandante militar e administrador civil de Nagar-Avely enviará á Secretaria Geral um relatorio com todos os documentos e mapas elucidativos, por onde se mostre como foram exercidas no mez anterior as funcções do seu cargo nas suas relações com os colonos com menção das concessões feitas, e da protecção dispensada.

4.<sup>o</sup> Depois de dois annos de execução das referidas portarias, o governador geral remetterá ao governo da metropole um relatorio geral ácerca dos resultados obtidos, onde justifique e proponha quaesquer modificações que a experiencia tiver aconselhado necessarias a introduzir naquelles diplomas, a fim de habilitar o mesmo governo a apreciar devidamente o assumpto.

5.<sup>o</sup> Em harmonia com o determinado nos n.<sup>os</sup> 23.<sup>o</sup> e 15.<sup>o</sup>, respectivamente, das portarias n.<sup>os</sup> 226 e 227, opportunamente serão publicados os regulamentos do commando militar e administração civil e do corpo da policia especial de Nagar-Avely.

As autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo geral, em Nova Gôa, 14 de fevereiro de 1910. = O governador geral, *José M. de S. Horta e Costa*.

(*Boletim Official da India*, n.<sup>o</sup> 12.)

Tendo de proceder-se, no corrente anno, ao recenseamento geral da população d'esta provincia, em cumprimento do disposto na carta de lei de 17 de agosto de 1899: hei por conveniente determinar que na execução d'este serviço se observem as instruções que abaixo se seguem, approvadas por sua ex.<sup>a</sup> o ministro da marinha e ultramar, conforme foi communicado em officio n.<sup>o</sup> 514, de 26 d'agosto de 1908.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 18 de fevereiro de 1910. = *José Augusto Alves Roçadas*, governador geral.

## Instruções para a execução do recenseamento de 1910

Artigo 1.º No segundo semestre de 1910 far-se-ha o recenseamento geral da população de Angola.

Art. 2.º Para execução d'este recenseamento será o territorio da provincia classificado nos termos seguintes:

- a) Areas assimiladas;
- b) Areas indigenas de occupação consolidada;
- c) Areas indigenas de occupação iniciada.

§ 1.º Entende-se por areas assimiladas as sêdes de divisões administrativas (concelhos e equivalentes), de subdivisões administrativas (delegações e equivalentes), missões, colonias, fazendas, feitorias e pescarias.

Entende-se por areas indigenas de occupação consolidada aquellas onde se pague imposto de cubata por arrolamento regular.

Entende-se por areas indigenas de occupação iniciada aquellas onde se não paguem impostos ou se paguem por tributação global.

§ 2.º A classificação do territorio dentro dos referidos grupos será feita pelos governadores de districto, sujeita á approvação do governo geral.

Art. 3.º Nas areas a) o recenseamento será nominal e realizado no mez de dezembro;

Nas areas b) por povoações e cubatas e realizado durante o segundo semestre de 1910;

Nas areas c) por estimativa e realizado igualmente no segundo semestre do dito anno.

Art. 4.º O recenseamento nominal será feito por meio de listas de familia conforme o modelo B das «Instruções» de 23 de abril de 1900 (*Boletim* n.º 28 de 14 de julho).

Art. 5.º O recenseamento por povoações e cubatas será registado em boletins designando ao alto o districto e concelho ou area administrativa, e nas columnas successivas os nomes do sobado, povoação, século, numero de cubatas, numero de pessoas e sexos.

Os referidos boletins serão preenchidos por meios directos de contagem.

Art. 6.º O recenseamento por estimativa será registado em boletins identicos aos do artigo anterior.

Os referidos boletins serão em regra preenchidos por meios indirectos de apreciação.

Art. 7.º Os recenseamentos serão feitos em cada area administrativa sob a acção e responsabilidade immediata do respectivo chefe, coadjuvado por um amanuense e um official de diligencias.

§ 1.º Os chefes receberão a percentagem do n.º 1.º do artigo 8.º do regulamento provisorio para a cobrança do imposto de cubata, e mais o abono extraordinario de transportes que fôr proposto pelos respectivos governadores de districto.

§ 2.º Durante o primeiro semestre de 1910 deverá cada chefe de area administrativa requisitar á secretaria do seu districto o numero de «listas de familia» e de «boletins de recenseamento» que julgue necessarios, de fôrma a tel-os em seu poder antes de 30 de junho.

§ 3.º Todos os funcionarios publicos, dependentes do Estado, e individuos de qualquer ordem, concorrerão para o serviço do recenseamento com os esla-recimentos e auxilios ao seu alcance e que nos termos competentes lhes sejam requeridos.

Art. 8.º Os chefes de familia, ou de estabelecimentos, teem obrigação de preencher a lista que lhe seja distribuida.

§ unico. Quando não saibam escrever, será a lista preenchida pelo agente de recenseamento.

Art. 9.º Cada individuo é recenseado no logar onde pernoita.

Art. 10.º Aos governadores de districto caberá a direcção superior dos trabalhos, e a centralisação dos resultados, que opportunamente enviarão com o

relatorio respectivo para a secretaria do governo geral. Eguualmente lhes cumpre prover a qualquer deficiencia ou difficuldade occorrente durante a execução do serviço nas areas administrativas da sua jurisdicção.

Palacio do governo em Loanda, 18 de fevereiro de 1910. = *José Augusto Alves Roçadas*, governador geral.

(*Boletim Official d'Angola*, n.º 8.)

Auctorisado por despacho de sua ex.<sup>a</sup> o ministro, de 27 de novembro de 1909, communicado em officio n.º 898 de 30 do mesmo mez e anno, da 1.<sup>a</sup> secção da inspecção geral de fazenda do ultramar:

Hei por conveniente, em vista da indicação fornecida pela repartição superior de fazenda, determinar que a verba do capitulo 1.º, art. 16.º, do orçamento respeitante ao anno economico de 1908-1909, seja reforçada com a quantia de 8:250\$000 réis que deverá sair do capitulo 1.º, art. 12.º, secção 2.<sup>a</sup> do mesmo orçamento.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 18 de fevereiro de 1910 = *José Augusto Alves Roçadas*, governador geral.

(*Boletim Official d'Angola*, n.º 8.)

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em referencia ao officio n.º 14/3:959, de 4 de janeiro findo, propondo a promulgação de uma tabella de taxas a pagar pelas certidões passadas pela Repartição Superior dos Correios e Telegraphos d'essa provincia, encarrega-me sua ex.<sup>a</sup> o ministro e secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup> que as certidões de interesse particular, passadas pelas repartições de correios e telegraphos ultramarinos, não sendo d'aquellas que os regulamentos mandam passar officiosamente, estão sujeitas aos emolumentos fixados nas tabellas das respectivas secretarias dos Governos por certidões de igual especie ou natureza, pagando-se tambem o sêllo competente e devendo toda a importancia constituir receita propria do Estado.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, 19 de fevereiro de 1910. — III.<sup>mo</sup> ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro governador geral da provincia de Moçambique. = Pelo director geral, *João Thaumaturgo Junqueira*.

(*Boletim Official de Moçambique*, n.º 14.)

Tendo alguns individuos habilitados com o curso elementar ou complementar da escola normal d'esta cidade, conforme o regimen a que se refere o regulamento de 23 de julho de 1894, solicitando que se lhes passe o competente diploma, nos termos do artigo 66.º e seu § do citado regulamento;

Considerando, porém, que, tendo sido supprimido pelo regulamento de 23 de maio de 1907 o cargo de commissario superior dos Estudos, a quem pelo

mencionado artigo 66.º e § incumbia autorisar a expedição de semelhantes diplomas e assignal-os, necessario se torna providenciar sobre a competencia para esses actos;

Visto o disposto no decreto de 5 de julho de 1905, em vigor no reino, e conformando-me com o parecer do procurador da corôa e fazenda, de 21 do mez proximo findo:

Hei por conveniente determinar que sejam exercidas pelo director da referida escola normal as funcções que, relativamente áquelles diplomas, pertenciam ao commissario superior dos estudos.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo geral, em Nova Goa, 21 de fevereiro de 1910. = O governador geral, *José M. de S. Horta e Costa*.

(Boletim Official da India, n.º 14.)

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em referencia ao officio de v. ex.<sup>a</sup> n.º 249/1:655, de 18 de julho de 1909, incumbe-me sua ex.<sup>a</sup> o ministro da Marinha e Ultramar de dizer a v. ex.<sup>a</sup> que, na conformidade do parecer da ex.<sup>ma</sup> Junta Consultiva do Ultramar, deve contar-se aos typographos da Imprensa Nacional dessa provincia, Hamiltom de Araujo Vasques e Manoel Rodrigues dos Santos, o tempo que serviram como contractados para os effeitos da aposentação.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria do Estado dos Negocios de Marinha e Ultramar, em 23 de fevereiro de 1910. — III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro governador geral da provincia de Moçambique. = Pelo director geral, *João Thaumaturgo Junqueira*.

(Boletim Official de Moçambique, n.º 15.)

Tendo-se accentuado no decorrer dos ultimos tempos a necessidade de mais efficazes medidas para evitar que entre no consumo da colonia opio cosido preparado ou importado, illegalmente, o que prejudica as receitas do Estado e impede uma regular fiscalisação do consumo d'aquella droga;

Sendo tambem necessario, em conformidade com instrucções superiores, adoptar algumas medidas restrictivas do uso do opio;

Com o voto affirmativo da maioria do conselho do governo, que votou a urgencia: hei por conveniente approvar o regulamento para a fiscalisação do commercio, preparação e consumo do opio em Macau e suas dependencias, que faz parte integrante d'esta portaria e baixo assignado pelo secretario geral do governo.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Macau, 23 de fevereiro de 1910. = O governador da provincia, *Eduardo Marques*.

## Regulamento para a fiscalisação do commercio, preparação e consumo do opio, a que se refere a portaria supra

Artigo 1.º A preparação do opio e a venda do opio preparado, em Macau e suas dependencias, constituem um exclusivo, que será concedido por meio de arrematação em hasta publica, com as formalidades legais e sob as condições estabelecidas pelo Governo.

a) Entende-se por opio preparado, para os effeitos d'este regulamento, o opio cosido que se preste a ser fumado.

Art. 2.º Quando não haja concessionario do exclusivo a que se refere o artigo antecedente, pode o Governo resolver a forma de administração temporaria d'este, ou conceder licenças, por contractos, sob condições especiaes, a pessoas competentes para preparar e vender opio preparado, mediante as taxas que se estabelecerem.

Art. 3.º A importação de opio crú, nesta colonia, só pode ser feita pelo concessionario do exclusivo a que se refere o artigo 1.º, pelas pessoas designadas no artigo 2.º e pelos individuos a quem tem sido concedida licença para venda de opio crú a retalho.

a) Entende-se por opio crú, para os effeitos d'este regulamento, qualquer especie de opio que não esteja preparado para ser fumado, mastigado, engulido ou injectado, e inclue as folhas ou involucro em que a bola d'opio está embrulhada.

§ 1.º O opio crú só pode ser importado em caixas inteiras e com as formalidades do presente regulamento.

b) Entende-se por caixa d'opio um pacote cheio de opio crú, todo da mesma especie, com as dimensões e qualidade geralmente usadas pelos negociantes com o fim de importar este opio.

§ 2.º O arrematante do exclusivo a que se refere o artigo 1.º e aquelles a quem se refere o artigo 2.º só podem importar opio crú para vender opio preparado.

§ 3.º Os importadores de opio crú, são obrigados, acto continuo á chegada d'elle ao porto, a participar ao Superintendente o numero de caixas que trazem ou recebem.

§ 4.º O desembarque do opio crú só poderá effectuar-se com auctorisação do funcionario a que se refere o paragrapho anterior, mediante requisição feita pelo importador, em conformidade com o modelo B, devidamente preenchida e assignada. Esta auctorisação terá a norma do modelo C, e servirá de passe para que o opio seja desembarcado e armazenado, mas não poderá usar-se sem que tenha a assignatura e sello do arrematante do exclusivo ou seu agente, quando os haja, e sem a presença de um empregado da Superintendencia, que verificará quantidade, qualidade e marcas das caixas do opio crú a importar, devendo este ser armazenado no armazem do Estado.

§ 5.º Quando os importadores queiram receber ou descarregar o opio fóra das horas do expediente da Superintendencia, assim o participarão a esta Repartição, d'onde será enviado um empregado para exercer a devida fiscalisação.

§ 6.º Os importadores do opio crú são obrigados a ter uma escripturação clara e exacta das quantidades em ser, bem como do movimento e do destino que teve a mercadoria, cumprindo-lhes dar á Superintendencia todas as indicações com exactidão, ainda mesmo por escripto, e pôr as marcas correspondentes á qualidade do opio, sempre que o Superintendente o exigir.

Art. 4.º A nenhum individuo, a não ser o concessionario do exclusivo do opio preparado ou aquelles a quem se refere o artigo 2.º e os licenciados para venda d'opio crú, é permittido ter este opio em seu poder ou á sua guarda.

Art. 5.º O opio crú só pode ser vendido em Macau pelas pessoas licenciadas para a venda d'este opio a retalho, devendo ser exportado no prazo maximo de 24 horas, contado da data da concessão da licença para a exportação, salvo caso de força maior devidamente justificada perante a Superintendencia.

a) Entende-se por opio crú a retalho a quantidade de opio inferior a uma

caixa e superior a uma bola, sendo de Bengala, ou a tres cates, sendo Malwa, Persa ou Turco. A venda, compra ou troca de opio em quantidade inferior ao limite minimo aqui designado não é permittida.

§ 1.º A licença para venda d'opio crú é annual e intransmissivel. E' concedida pela Superintendencia e está sujeita a taxa e sêllo estabelecidos na legislação em vigor.

§ 2.º E' obrigação do individuo que pretenda a licença a que se refere este artigo, prestar perante a Repartição Superior de Fazenda a caução de 5000 patacas em dinheiro, ou por hypotheca sobre propriedades, que garanta, na parte que lhe diz respeito, o cumprimento das condições impostas por este regulamento e que reverterá para o Estado no caso de infracção, independentemente da multa que pela infracção lhe tiver de ser applicada.

§ 3.º O licenciado nos termos d'este artigo não poderá entregar ou expedir qualquer quantidade de opio vendido a retalho ou em caixas inteiras, sem solicitar previamente á Superintendencia, a licença para exportação, segundo o modelo *D*, e sem que ella lhe seja concedida, segundo o modelo *E*; e bem assim, sem um recibo do patrão ou cabeça da embarcação em que o masmo opio tenha de ser exportado. Este recibo será passado no verso da licença e conservado em poder do licenciado, até que o Superintendente lh'o exija. No volume que contiver o opio nestas condições será affixada uma declaração conforme o modelo *A*. A licença modelo *E* deve ser visada pelo concessionario do exclusivo, quando o haja, e está sujeita ao pagamento de armazenagem á razão de dez avos de pataca por bóla, que constitue receita da Fazenda.

§ 4.º Um empregado da Superintendencia deve fiscalisar o embarque do opio, e a policia do mar verificará a saída da embarcação que o conduz.

§ 5.º O licenciado a que se refere este artigo é obrigado a apresentar ao Superintendente ou seu delegado todas as licenças de exportação, sempre que assim lhe seja exigido, e a facultar-lhes, de dia ou de noite, a entrada em qualquer casa de habitação, loja ou outro edificio ou logar por elle usados, facilitando-lhes ali as pesquisas ou buscas.

§ 6.º Quando pelas diligencias a que se refere o paragrapho anterior, se descobrir, que o possuidor da licença para venda d'opio crú commetteu alguma falta de cumprimento das condições impostas por este regulamento, poderá ser-lhe cassada a licença pela Superintendencia, mediante auctorisação do Governo, alem da perda da caução a que allude o § 2.º d'este artigo.

§ 7.º As licenças para exportar opio crú, de Macau para os portos chinezes, depois de expedidas, serão communicadas pela Superintendencia ao Commissario das Alfandegas Imperiaes Maritimas Chinezas na Lappa, por meio de um mappa diario, segundo o modelo *I*.

§ 8.º E' prohibida a exportação do opio crú pela Taipa e Coloane ou para qualquer d'estas ilhas.

Art. 6.º A preparação do opio para consumo sómente é permittida ao concessionario do exclusivo a que se refere o artigo 1.º, ou aos individuos a quem se refere o artigo 2.º

§ 1.º Não será permittido coser annualmente, para consumo em Macau e suas dependencias, mais do que o numero de bolas fixado pelo Governo.

§ 2.º O opio para consumo será sempre de boa qualidade.

§ 3.º E' expressamente prohibida qualquer fraude ou adulteração no coser do opio.

§ 4.º O concessionario do exclusivo, e aquelles a que se refere o artigo 2.º, são obrigados a dar entrada em todos os compartimentos da casa em que fôr cosido e armazenado o opio, ao Superintendente ou a outros funcionarios designados pelo Governo, para inspecção a fórma de preparação, armazenagem, distribuição e venda do opio, podendo qualquer d'esses funcionarios tirar pequenas amostras de opio e de quaesquer materiaes empregados no preparo d'elle, para serem analysados.

Art. 7.º Nenhum individuo que não seja o concessionario do exclusivo, qualquer dos seus licenciados ou algum dos individuos a quem se refere o artigo 2.º, pode vender em Macau e suas dependencias opio preparado.

a) Entende-se por licenciados do concessionario do exclusivo, todos os individuos a que elle pode permittir vendel-o preparado, em lojas, ou em estabelecimentos proprios para nelles se fumar esta droga.

§ 1.º O numero d'estas lojas e estabelecimentos será fixado pelo Governo.

§ 2.º O concessionario do exclusivo enviará á Repartição Superior de Fazenda uma relação com os nomes dos seus licenciados e indicação das lojas auctorisadas a vender opio preparado, bem como das alterações que houverem occorrido.

§ 3.º É prohibida a venda do opio preparado, ás mulheres e a menores de 16 annos de idade, bem como a sua entrada nas casas vulgarmente conhecidas por casas de fumar opio sob pena, para o respectivo dono da casa ou vendedor, de 50 a 200 patacas de multa por cada transgressão, e para as mulheres e menores, de prisão correccional até um mês, no caso de reincidência.

§ 4.º O arrematante do exclusivo, bem como os seus licenciados e os individuos a que se refere o artigo 2.º, são obrigados a fornecer a qualquer comprador d'opio preparado, um certificado da venda effectuada, especificando nelle a data da venda, nome do comprador e a quantidade d'opio vendido. Este certificado é tirado d'um livro impresso, com talões, sendo estes e aquelles devidamente numerados e carimbados com o sello usado pelo vendedor.

Art. 8.º E' prohibido a qualquer pessoa fumar ou ter em seu poder opio preparado, que não seja fornecido pelo concessionario do exclusivo ou seus licenciados, ou por qualquer das pessoas designadas no artigo 2.º, bem como possuir em quantidade superior a tres taeis o residuo do opio fumado (opium dross)

a) Entende-se por residuo d'opio (opium dross) o residuo produzido fumando o opio preparado.

§ unico. Quem tiver residuo d'opio em quantidade superior á indicada neste artigo, é obrigado a vendel-o immediatamente ao concessionario, aos seus licenciados ou a qualquer dos individuos designados no artigo 2.º, por preço nunca inferior ao que tiver o mesmo residuo no mercado de Hong-kong.

Art. 9.º O concessionario do exclusivo e os individuos a que se refere o artigo 2.º, terão uma escripturação clara e exacta, d'onde conste todo o movimento do opio crú importado, preparado para consumo e existente, devendo enviar diariamente á Superintendencia uma declaração por elles assignada, da quantidade d'opio preparado para consumo, e mensalmente uma notá de todo o movimento do opio que tiverem importado.

§ unico. Igual escripturação deverá fazer-se na Superintendencia pelos elementos que esta receber do concessionario e dos individuos a que se refere este artigo.

Art. 10.º O concessionario do exclusivo e os individuos a quem se refere o artigo 2.º, não podem dar á Superintendencia falsas declarações, encobrimdo ou facilitando a pratica de alguma transgressão d'este regulamento, especialmente no que diz respeito á quantidade d'opio preparado para consumo.

Art. 11.º O concessionario do exclusivo deve despachar sem delongas ou subterfugios as pessoas que carecerem dirigir-se-lhe para cumprimento de alguma disposição d'este regulamento.

Art. 12.º E' prohibida na colonia a importação d'opio preparado, salvo o disposto no paragrapho seguinte:

§ 1.º Só ao concessionario do exclusivo e aos licenciados a que se refere o artigo 2.º poderá ser permittido importar este opio para consumo, em circumstancias de força maior, apreciadas pelo Governo ouvida a Repartição Superior de Fazenda.

§ 2.º O pedido para esta importação deverá ser feito por escripto, expondo os motivos que o justifiquem, e deverá conter a indicação da quantidade e qualidade do opio a importar da sua procedencia.

§ 3.º A quantidade d'opio preparado que fôr importada pelo concessionario do exclusivo, para consumo, será abatida da que produzem, depois de cosidas, as bolas d'opio crú que lhe é permittido coser annualmente para consumo, na razão de 25 taeis d'opio preparado, por cada bola d'opio crú.

Art. 13.º E' expressamente prohibido, seja a quem fôr, receber de qualquer



indivíduo opio preparado que tenha sido introduzido na colonia clandestinamente.

Art. 14.º Nenhum capitão de navio, patrão, mestre ou cabeça de embarcação, pode trazer a bordo opio crú ou preparado que não venha comprehendido no respectivo manifesto de carga.

Art. 15.º Nenhum junco ou outra embarcação mercante com apparelho chinês, com excepção das embarcações de pesca, poderá sair de qualquer dos portos de Macau e suas dependencias, desde as 6 horas da tarde até ás 6 horas da manhã seguinte, de outubro a março inclusivè, e desde as 7 horas da tarde ás 5 horas da manhã nos outros mezes, salvo quando se prove que a saída foi forçada por motivo de tufão ou por urgente necessidade de prover á segurança da embarcação, não sobrevivendo essa necessidade por culpa ou negligencia do patrão, cabeça ou encarregado.

Art. 16.º O Superintendente, ou qualquer das auctoridades a quem as leis geraes conferem competencia para buscas e apprehensões, deve proceder a estes actos, quando haja fundadas suspeitas de infracção do presente regulamento, podendo prender os transgressores, deter cousas e pessoas em casos justificados e empregar todas as medidas que julgue necessarias para que o resultado da diligencia não seja frustado, tudo com observancia das formalidades que as leis prescrevem para taes actos.

Art. 17.º Qualquer dos agentes de policia ou fiscaes, podem deter os individuos de que tenham motivo para suspeitar que transportam ou teem na sua posse opio em contravenção d'este regulamento, e conduzi-los ás estações competentes, perante as quaes será feita a verificação das bagagens respectivas.

Art. 18.º Todo o opio, residuo d'opio, utensilios e alfaias proprias ao preparo do opio, que forem encontrados dentro da colonia, em qualquer parte onde existam indevidamente por contravenção d'este regulamento, serão apprehendidos.

§ 1.º Julgada procedente a apprehensão de opio crú, nos termos do presente regulamento, será elle entregue á fazenda, que por sua vez o venderá ao concessionario do exclusivo pelo preço d'esta droga no mercado de Hong-kong. Se o transgressor fôr o proprio concessionario, além do pagamento da multa em que tiver sido condemnado, pagará á fazenda o valor da apprehensão accrescido d'um terço do valor d'esta.

§ 2.º Julgada procedente a apprehensão de opio preparado, residuo d'opio, utensilios e alfaias, nos termos do presente regulamento, será metade do valor de opio e dos objectos apprehendidos, para o concessionario do exclusivo, e a outra metade para a fazenda, não sendo o concessionario o proprio transgressor, porque sendo-o, pagará elle além da multa respectiva, o valor da apprehensão accrescido d'um terço do valor d'esta.

Art. 19.º O fumo do opio em casas particulares só será, em geral, permitido mediante licença individual passada pelas auctoridades administrativas e pagamento de uma taxa annual de \$1.00 que constituirá receita do Estado.

§ 1.º Estas licenças só serão concedidas no primeiro anno da validade do contracto. No segundo anno e subseqüentes não serão passadas novas licenças e apenas poderão ser renovadas as existentes.

§ 2.º As licenças de que trata este artigo não poderão ser concedidas a mulheres e menores.

Art. 20.º A's contravenções do disposto nos artigos 3.º a 15.º inclusivè e seus paragraphos, correspondem penalidades, além da designada no artigo 18.º, pela fórmula seguinte:

A's do artigo 3.º e seus paragraphos 1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º, multa de 100 a 1000 patacas;

A's do artigo 4.º, multa de 10 a 200 patacas;

A's do artigo 5.º e seus paragraphos 3.º, 5.º e 8.º, multa de 100 a 1000 patacas;

A's do artigo 6.º e seus paragraphos, multa de 50 a 1000 patacas;

A's do artigo 7.º e seus paragraphos 2.º e 4.º, multa de 50 a 1000 patacas; ás do § 3.º d'este artigo, os que no proprio paragrapho vão indicados.

A's do artigo 8.º e seu paragrapho unico, multa de 10 a 300 patacas;

A's do artigo 9.º, multa de 100 a 300 patacas;

A's do artigo 10.º, multa de 500 a 2000 patacas;

A's do artigo 11.º, multa de 100 a 300 patacas de cada vez;

A's do artigo 12.º, multa de 10 a 300 patacas, não sendo o transgressor o concessionario do exclusivo ou algum dos individuos a que se refere o artigo 2.º, porque sendo-o, será de 500 a 2000 patacas;

A's do artigo 13.º, multa de 10 a 300 patacas;

A's do artigo 14.º, multa de 10 a 300 patacas ou na falta de pagamento d'esta multa a apprehensão e perda da embarcação;

A's do artigo 15.º, multa até 500 patacas.

Art. 21.º A's infracções previstas neste regulamento para as quaes se não comminou pena especial será applicada a multa de 10 a 300 patacas e perda dos objectos apprehendidos, quando a apprehensão tenha tido logar.

Art. 22.º As penalidades comminadas neste regulamento aos transgressores das suas disposições, salvo a referente á do artigo 15.º serão impostas em processo criminal excepto quando a apprehensão e multa em que elles tiverem incorrido seja, no seu maximo, promptamente paga.

Art. 23.º Os transgressores serão immediatamente presos, e só poderão ser soltos quando o valor da multa fôr pago, depositado ou garantido por fiança idonea, quando se tiver feito penhora sufficiente no caso de condemnação ou finalmente por absolvição.

Art. 24.º As multas, quando não poderem ser cobradas por falta de bens dos condemnados, serão substituidas por prisão por tantos dias quantos forem necessarios para satisfazer a multa imposta, na razão de \$0.50 (cincoenta avos) por dia, não podendo nunca exceder a um anno de prisão.

Art. 25.º Metade da importancia de cada multa que se cobrar por infracção d'este regulamento, na parte que se refere a opio crú, pertencerá á Fazenda, e a outra metade aos denunciantes, apprehensores ou empregados fiscaes ou policiaes, que tenham praticado as diligencias ou feito as denuncias respectivas. Se as multas tiverem sido cobradas, nos termos d'este regulamento, por infracções respeitantes ao opio preparado, metade de cada uma d'estas multas pertencerá á Fazenda, e a outra metade ao concessionario do exclusivo, quando este não fôr o transgressor, devendo, neste caso, a alludida metade pertencer ao denunciante.

Art. 26.º As disposições do presente regulamento não são applicaveis á importação dos preparados de opio destinados aos usos pharmaceuticos.

Secretaria geral do governo em Macau, 23 de fevereiro de 1910. — O secretario geral, *Manuel Teixeira de Sampaio Mansilha*.

(Boletim Official de Macau, n.º 9.)

Sendo necessario estabelecer o regulamento para os encanamentos e consumo de agua na cidade de Lourenço Marques.

Considerando que a companhia concessionaria, cumprindo o disposto na clausula 21.ª do contrato de 24 de agosto de 1895, para o abastecimento de agua na referida cidade, submetteu á approvação da respectiva camara municipal um projecto de regulamento para esse fim, sobre o qual esta emittiu parecer;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Ministros; e

Usando da autorização concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Primeiro Acto Adicional á Carta Constitucional da Monarchia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' approvedo o regulamento para os encanamentos e consumo de agua na cidade de Lourenço Marques, que faz parte integrante d'este decreto e baixa assinado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O mesmo Ministro e Secretario de Estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 24 de fevereiro de 1910, — REI. — *João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira*.

## Regulamento para os encanamentos e consumo de agua da cidade de Lourenço Marques

### CAPITULO I

#### Dos encanamentos

Artigo 1.º Todos os proprietarios de predios com edificios ou casas de habitação, que fiquem proximos das vias publicas onde a companhia tenha estabelecido a sua canalização geral, são obrigados a fazer encanamentos, a começar da toma da agua na canalização geral, para o interior dos seus predios, em condições que se prestem ao fornecimento de agua da companhia para os usos domesticos.

§ 1.º Os encanamentos da agua, tanto para os predios particulares, como para repartições e estabelecimentos ou logares publicos, municipaes ou do Estado, para as bocas de incendio e de rega, chafarizes ou marcos fontenarios, serão feitos a partir dos pontos mais proximos da canalização geral assente nas respectivas ruas, largos ou praças.

§ 2.º Os encanamentos parciaes desde a toma de agua até a entrada ou linha exterior dos predios, repartições e estabelecimentos ou logares publicos, e de ahi para o interior, e os encanamentos para as bocas de incendio e de rega, chafarizes ou marcos fontenarios, poderão ser executados respectivamente pelos proprietarios, pelo Estado ou municipio, ou mediante contrato com a companhia, sujeitando-se sempre ás condições designadas no capitulo III, e em todo o caso sob a fiscalização da mesma companhia.

§ 3.º A companhia será obrigada a estabelecer, á custa do munipio, as bocas de incendios e de rega nos logares que lhe forem indicados pela camara.

Art. 2.º São isentos da obrigação a que se refere o artigo antecedente:

1.º Os proprietarios de casas para habitação cujo valor locativo mensal não exceder a 10\$000 réis, salvo o caso de pertencerem ao mesmo proprietario duas ou mais casas, e ser mais economico construir um só cano com as ramificações precisas, e de ahi não resultem inconvenientes.

2.º Os proprietarios cujos predios já tenham encanamento proprio e em condições de se prestar ao fornecimento da agua da companhia.

Sendo estas condições preenchidas, os proprietarios serão unicamente obrigados a fazer, nos termos dos §§ 1.º e 2.º do mesmo artigo, a junção dos seus encanamentos particulares com a canalização geral.

Art. 3.º A obrigação de encanar interiormente os predios não obriga os habitantes a receber nos seus domicilios agua da companhia, e tanto os particulares como a camara e o Governo podem captar aguas dentro das suas propriedades, mas somente para seu uso exclusivo e consumo proprio, por quaesquer meios que não prejudiquem os abastecimentos da companhia.

### CAPITULO II

**Do processo de obrigar os proprietarios ao encanamento, do prazo em que este deve ser feito e dos casos que a companhia o fará á custa do proprietario**

Art. 4.º A companhia pode, no uso do direito que lhe é conferido no capitulo precedente, fazer intimar individualmente o proprietario ou proprietarios de um só predio, ou fazer intimar geralmente os proprietarios dos predios de uma rua ou de um determinado grupo de ruas canalizadas com as conductas geraes da agua.

Art. 5.º Se a companhia preferir a intimação geral, deverá, antes de começar o processo judicial, convidar, por annuncios, os proprietarios dos predios da rua ou grupo de ruas que quizer demandar por esse modo, a que, sem necessidade de processo, venham, dentro do prazo de trinta dias, reconhecer a obrigação do encanamento, requisitando, por escrito á companhia que lhes trace o encanamento para os seus predios, sob comminação de, não vindo dentro d'aquelle prazo, pagarem as custas do processo judicial em que vierem a ser condemnados.

§ 1.º Os annuncios serão dois, publicados no *Boletim Official* da provincia e em um dos jornaes mais lidos da cidade, mencionando-se os predios pelos numeros de policia do respectivo arruamento, ou identificando-os pela situação e confrontação.

§ 2.º O prazo de trinta dias começará da data do *Boletim Official* em que se publicar o segundo annuncio, e no decurso de esse prazo se publicarão os annuncios do outro jornal.

§ 3.º A companhia deverá, alem d'isso affixar numa das portas de cada domicilio um aviso de que o respectivo predio se acha comprehendido no convite, e comprovar o cumprimento d'essa condição por certidão passada por um dos zeladores municipaes ou por qualquer official de diligencias do juizo de direito.

§ 4.º Findo o prazo d'esses annuncios poderá a companhia demandar judicialmente os proprietarios que não tiverem requisitado o traçado do encanamento.

Art. 6.º No processo judicial a citação pode ser pessoal ou por editos.

§ 1.º A citação pessoal será feita ao proprietario do predio.

§ 2.º A citação por editos será feita por tres editaes, um affixado á porta do edificio da camara municipal, outro á porta do edificio do Governo do districto e o terceiro numa esquina da Praça Mousinho de Albuquerque, e por dois annuncios no *Boletim Official* da provincia e em um dos jornaes mais lidos da cidade, designando-se por seus numeros de policia ou pela situação e confrontações, tanto nos editaes como nos annuncios, os predios a que a citação se refere. A companhia fará, alem d'isso, affixar na porta ou numa das portas de cada domicilio um aviso de que o respectivo predio se acha comprehendido na citação-edital, e o official de diligencias que affixar os editaes examinará se essa obrigação se cumpriu, e do cumprimento passará certidão quando passar a de affixação dos editaes recebendo por ella emolumento igual ao d'esta ultima. Tanto os editaes como os avisos podem ser impressos no todo ou em parte.

§ 3.º São equiparados aos proprietarios dos predios para os effeitos d'este e dos demais artigos do presente regulamento os arrendatarios dos terrenos municipaes ou do Estado, os adquirentes por titulo de posse, o usufruario, o usuario, o adjudicatario e o consignatario dos rendimentos, e bem assim todos os que por cada um d'elles administrarem o predio ou cobrarem os seus rendimentos.

Art. 7.º A citação quer pessoal quer edital será sempre para na primeira audiencia, posterior á citação ou á dilação dos editos, verem os citados assinar uma audiencia dentro da qual deduzam os embargos que tiverem, para serem isentos da obrigação do encanamento, sob pena de se verem condemnados nelle á revelia.

§ 1.º Nos embargos somente poderá allegar-se:

- 1.º A illegitimidade da pessoa citada, tendo a citação sido individual;
- 2.º Falta de previo convite, nos termos do artigo 5.º, se a citação fôr geral;
- 3.º Qualquer dos motivos de isenção a que se refere o artigo 2.º

§ 2.º Deduzindo os embargos, serão appensados ao processo até a primeira audiencia e confessados ou contestados pela companhia até a segunda audiencia seguinte, para o que se lhe continuará vista, formando-se para cada embargante um appenso distincto.

§ 3.º Não se deduzindo embargos alguns ou confessando a companhia todos os que se deduziram, o feito irá logo conclusivo para o juizo de direito, numa só sentença proferida no feito principal, condemnar de preceito os que não embargarem e absolver aquelles cujos embargos foram confessados. Esta sentença será publicada impreterivelmente ou na primeira audiencia seguinte áquella em

que nenhuns embargos se offereçam, ou na primeira seguinte áquella em que a companhia confessou os embargos offerecidos.

§ 4.º Havendo, porem, embargos contestados o feito ficará em prova por mais cinco audiencias.

§ 5.º A prova dos embargos não pode ser senão documental ou de vistoria, excepto quando competentemente se tiver levantado questão sobre a legitimidade da pessoa citada, porque neste caso, e só sobre esta materia, se poderá tambem produzir prova testemunhal.

§ 6.º A vistoria não se pode requerer senão no fim dos articulados. E requerida ella proceder-se-ha á louvação na primeira das audiencias da dilação para a prova, e far-se-ha a vistoria até a quinta audiencia.

§ 7.º Os documentos só poderão juntar-se com os respectivos articulados.

§ 8.º As testemunhas serão dadas em rol, tambem com os articulados, e inquiridas até a quinta audiencia da dilação.

§ 9.º Finda a dilação irá o processo logo concluso com os seus appensos, e o juiz, numa só sentença proferida no feito principal, condemnará de preceito os citados que não embargaram, absolverá aquelles cujos embargos foram confessados, e julgará os embargos contestados como for de direito. Esta sentença será impreterivelmente publicada até á terceira audiencia posterior á da dilação.

§ 10.º Da sentença final competirá agravo de petição, o qual se interporá no appenso respectivo, se se referir a embargos, e interpor-se-ha no feito principal se a nenhuns embargos se referir. Sendo misto o recurso, será interposto no feito principal, mas este subirá com os appensos a que o recurso se referir.

§ 11.º O agravo será interposto dentro de cinco dias da publicação da sentença, e independentemente do despacho do juiz, dentro de cinco dias seguintes juntará o agravante ao feito a sua petição de agravo; dentro de outros cinco dias responderá o agravado, e em seguida apresentará o escrivão o processo no correio, a tempo de ser expedido para a Relação pelo primeiro navio a sair, devendo o feito ali ser levado á distribuição até a segunda sessão seguinte depois da sua chegada.

Com a petição e a resposta poderão as partes juntar respectivamente as certidões que quizerem do feito principal ou dos appensos ou outras.

§ 12.º O recurso será decidido na sessão em que for apresentado ou na seguinte. Decidido elle, o processo baixará immediatamente á 1.ª instancia, appensar-se-ha ao principal e irá concluso para confirmação ou revogação da sentença na parte respectiva.

§ 13.º As custas do processo serão pagas pela companhia na parte relativa aos proprietarios que forem absolvidos; todas as demais serão pagas respectivamente pelos proprietarios que decaírem.

§ 14.º O escrivão dará officiosamente ao processo o andamento que fica designado; faltando a este dever, será reprehendido ou suspenso conforme a falta.

§ 15.º Nestes processos não haverá lançamentos; valerá por lançamentos o simples lapso de tempo. O escrivão juntará officiosamente os articulados ao processo, sendo-lhe apresentados em tempo. Conceder-se-ha vista dos autos sómente para a contestação dos embargos, para o agravo e para a resposta ao agravo mas se os autos não forem dados, dentro do prazo fatal o lapso de tempo equivalerá ao lançamento e o advogado que, intimado em seguida para a entrega dos autos, os não der no acto da intimação, ficará sujeito á pena comminada no artigo 99.º, § 3.º, do Código do Processo Civil e ao demais procedimento determinado nos paragrafos seguintes d'esse artigo. Não haverá avaliação da causa; o valor desta, para regulamento das alçadas e para os demais effeitos, será sempre de 300\$000 réis.

Não haverá intimação de nenhum despacho ou sentença, a publicação valerá por intimação. Até a sentença final nenhum recurso se admittirá senão o de agravo no auto de processo. Feita a citação o feito será distribuido na primeira audiencia seguinte como pertencente á segunda classe.

Art. 8.º Nos oito dias seguintes ao da publicação da sentença que terminar o feito, nos termos do artigo precedente, deverá o proprietario de cada predio a

que a sentença respeitar requisitar da companhia, por escrito, que, conforme o disposto no artigo 11.º e segundo as condições e divisões dos predios por onde a agua deve ser encanada, numero de torneiras, etc., lhe trace o devido encanamento.

§ 1.º Logo que a companhia lh'o tenha traçado, avisará o proprietario de que pode ir examinar o dito traçado, ou a descrição d'elle no escritorio da companhia no prazo de tres dias, e cobrará recibo do aviso.

§ 2.º A descrição do traçado será datada e terá a rubrica do director ou gerente da exploração da companhia.

§ 3.º Não se obtendo recibo do aviso conforme o § 1.º será supprido por certificado passado e assinado pelo empregado da companhia que fizer a entrega e por duas testemunhas que assistirem a ella, e annexar-se-ha em todo caso esse certificado, ou o recibo, á descrição do traçado respectivo. A nomeação do empregado ou empregados que a companhia encarregar d'este serviço será por ella previamente communicada á camara municipal.

§ 4.º O proprietario poderá exigir da companhia copia d'essa descrição, que lhe será dada no prazo de uma semana da exigencia, pagando elle a despesa respectiva, na importancia de 600 réis.

§ 5.º Não se conformando o proprietario com o traçado feito pela companhia, poderá dentro do prazo do § 1.º recorrer para a camara municipal, que, ouvida a companhia verbalmente, proverá como parecer justo. A decisão será por elle enviada á companhia, a qual entregará copia ao proprietario e da entrega cobrará recibo ou fará passar o certificado ordenado no § 3.º do presente artigo.

§ 6.º Não se tendo interposto recurso no prazo legal, haver-se-ha o traçado por approved e concluido como foi feito; havendo recurso, o traçado se haverá por approved e concluido nos termos da decisão d'elle.

§ 7.º Conforme o traçado assim concluido deverá o proprietario fazer executar o encanamento pela companhia precedendo contrato com elle; ou precedendo aviso executá-lo directamente, dentro de quinze dias contados do dia em que findou o prazo do § 1.º não havendo recurso, ou da data do recibo ou certificado a que se refere o § 5.º tendo-o havido.

§ 8.º Sendo o encanamento executado pela companhia, a obra deve ser paga por inteiro, nos seus escritorios, e em conformidade com o disposto no artigo 22.º, podendo tambem sê-lo em prestações, se a companhia nisso convier.

§ 9.º O contrato determinará as clausulas e condições particulares para garantir o pagamento do custo da obra, ou de quaesquer prestações, ainda mesmo das que fiquem por saldar á companhia em caso de cessão, venda ou alienação, e por qualquer outro motivo.

§ 10.º A disposição d'este artigo, excepto o paragrapho inicial, e a dos artigos subsequentes são igualmente applicaveis aos proprietarios que, sem necessidade de processo judicial, reconhecerem a obrigação do encanamento pelo facto de solicitarem da companhia o traçado respectivo.

Art. 9.º Não se requisitando da companhia execução do traçado dentro do prazo fixado no paragrafo inicial do artigo precedente, e não se fazendo o encanamento dentro do prazo fixado no § 7.º do mesmo artigo, se devolverá á companhia o direito de, á custa do proprietario, fazer o dito encanamento ou conclui-lo se já estiver começado.

§ unico. Se o proprietario nem tiver requisitado o traçado, a companhia deverá executá-lo nos termos ordenados pelos artigos do presente regulamento, e conforme o traçado procederá á execução da obra á custa do proprietario

Art. 10.º As condições do encanamento, ou seja construido pela companhia ou por outrem, com ou sem contrato previo, serão as que respectivamente se estabelecem no titulo seguinte, nem será attendido para os effeitos do presente regulamento encanamento algum noutras condições, salvo o disposto no artigo 69.º

## CAPITULO III

## Dos encanamentos, suas condições, materiaes e preços

Art. 11.º Nenhum encanamento poderá fazer-se sem que seja traçado pela companhia, a qual designará não só a directriz d'elle, mas também os materiaes e systema dos encanamentos, obras parciaes e peças especiaes necessarias para o fornecimento de agua.

§ unico. No desempenho d'esta obrigação deve a companhia conformar-se:

1.º Com as prescrições exaradas no presente capitulo;

2.º Com as prescrições da sciencia applicadas ás circumstancias especiaes do encanamento;

3.º Quanto possivel com as indicações declaradas na requisição e desejos do proprietario, quando ahi não resulte prejuizo para as condições geraes da canalização, nem por qualquer forma difficulte os meios de fiscalizar o abastecimento de agua aos particulares.

Art. 12.º Cada predio terá um encanamento especial com a sua competente tomada de agua sobre a canalização geral da companhia, salvo o caso especial referido na ultima parte do n.º 1.º do artigo 2.º, ao qual será applicavel o disposto no § 1.º do artigo seguinte.

Art. 13.º Todo o encanamento particular partirá da tomada de agua sobre a canalização geral, nos termos do artigo 1.º, § 1.º, e irá ao interior dos predios a que respeitar, ou aos andares e casas designadas pelos proprietarios, e comprehenderá tudo o que for preciso para o fornecimento da agua, inclusivê torneiras de serviço e o nicho, caixa, ou os supportes para o contador.

§ 1.º Se o predio tiver mais de uma casa de habitação ou estiver dividido para diferentes familias, o encanamento terá um tronco geral, do qual partirão ramificações com as respectivas torneiras de passagem ou segurança para cada domicilio.

§ 2.º Essas ramificações far-se-hão por forma que a agua possa facilmente cortar-se numa, sem prejuizo das outras.

Art. 14.º Cada encanamento terá na rua uma torneira de passagem, e havendo no predio mais de uma casa de habitação, ou sendo dividido para diferentes moradores, haverá uma torneira de passagem no começo de cada ramificação domiciliar.

§ 1.º As torneiras de tomada ou passagem exterior só poderão ser manobradas pelos empregados da companhia; as torneiras de passagem para o interior dos predios, ou que nellas houver destinadas a diferentes consumidores no mesmo predio, serão selladas com um sêllo, fechadas á chave numa caixa, de maneira a não serem manobradas senão pelos agentes da companhia.

§ 2.º E' prohibido aos consumidores fazer uso de chaves iguaes aos modelos adoptados pela companhia ou mesmo de as conservar em deposito.

Art. 15.º Em geral os tubos para o encanamento alem do contador serão de chumbo ou de ferro á vontade dos consumidores.

Art. 16.º Os tubos terão diametros e espessuras em harmonia com o consumo provavel de cada predio e com a pressão dentro da canalização geral, não podendo nunca os diametros exceder a  $\frac{1}{3}$  dos da canalização geral.

Art. 17.º Terminada a construcção do encanamento, fará a companhia e archivará, depois de devidamente approvada, a descrição fiel d'este.

§ 1.º Tendo sido o encanamento construido no todo ou em parte pela companhia, organizará ella, conforme a descrição e com referencia a esta, a conta respectiva, que entregará ao proprietario do predio ou ao seu representante, nesta cidade, cobrando recibo da entrega, e declarando-lhe na mesma conta que a descrição está patente por tres dias no escritorio da companhia, onde poderá ser examinada durante as horas do escriptorio. Os tres dias contar-se-hão da data da entrega do aviso.

§ 2.º A conta será assinada pelo gerente, secretario ou guarda livros da companhia, e a descrição pelo director da exploração.

§ 3.º Não se obtendo recibo da entrega do aviso, será supprido conforme o § 3.º do artigo 8.º, e a descrição se annexará sempre ou o recibo, se se obtiver, ou o certificado á falta d'elle.

§ 4.º O proprietario do predio poderá exigir da companhia copia da descrição, que lhe será dada em vinte e quatro horas da exigencia, pagando elle a despesa respectiva, a que se refere o § 4.º do artigo 8.º

§ 5.º Os preços dos materiaes fornecidos pela companhia não poderão nunca exceder os preços correntes do mercado local. Os perfuramentos e entalhes das paredes, e levantamento e refeição dos pavimentos e outras obras da mesma natureza, os jornaes dos operarios e a descrição dos traçados serão pagos pelo preço exacto que custarem á companhia.

§ 6.º Não se conformando o proprietario do predio com a descrição feita, com a conta ou com a execução da obra feita pela companhia, poderá, dentro do prazo fixado no § 1.º d'este artigo, recorrer para o director da repartição technica da camara municipal, o qual, ouvida a companhia verbalmente, proverá como for justo.

§ 7.º A decisão será communicada aos interessados pelo modo designado no § 5.º do artigo 8.º, d'ella caberá recurso perante arbitros, devendo cada uma das partes nomear o seu, e o terceiro será o juiz do civil da comarca.

§ 8.º Este recurso é interposto na repartição technica da camara municipal dentro do prazo de tres dias, a contar da communicação a que se refere o § 7.º, por simples declaração no processo, assinada pelo recorrente, e da qual o director d'aquella repartição dará conhecimento ao arbitro de desempate.

§ 9.º Sendo interposto recurso arbitral, se qualquer das partes deixar de nomear o seu arbitro e não outorgar o compromisso nos termos do paragrapho seguinte, ou por qualquer forma contrariar ou embaraçar a decisão arbitral ou os termos d'ella, será punida com a multa de 50\$000 réis.

§ 10.º Dentro de oito dias, a contar da interposição do recurso, será reduzido a escritura publica o respectivo compromisso para d'elle constar os nomes e residencias dos arbitros, se fixar o prazo para ser proferida a decisão, o qual não irá alem de quinze dias, contados da data do compromisso, e bem assim para se designar o arbitro que tem de deferir os termos preparatorios da decisão.

§ 11.º O tribunal ficará assim constituido, só com os tres arbitros, e instalado sem mais formalidades.

§ 12.º O processo é summario nem está rigorosamente adstricto ás formulas judiciais.

§ 13.º A decisão será fundamentada e reduzida a auto escrito pelo terceiro arbitro e assinada por todos.

§ 14.º A decisão será exequivel com as sentenças das justicas ordinarias.

§ 15.º Passado o prazo do § 1.º sem se recorrer, haver-se-hão por approvadas, tanto a obra como a descrição e conta d'ella; interpondo-se recurso, nos termos da decisão d'este, se haverão tambem a obra, a conta e a descrição por approvadas.

Art. 18.º Sendo o encanamento feito por outrem que não a companhia, o proprietario do predio, sem embargo do aviso ordenado no § 7.º do artigo 8.º, deverá, logo que o encanamento esteja findo, e antes de ser coberto, participá-lo á companhia para que esta proceda á descrição e verifique se a obra se fez conforme o traçado, tanto na directriz como nas peças e materiaes empregados.

§ 1.º A companhia terá o direito, quer durante a construcção, quer no acto de fazer a descrição d'ella, de ordenar que se corrija a directriz dada ao encanamento ou se substituam as peças e materiaes empregados nelle, nos pontos em que a execução apartar do traçado, fixando tambem o prazo dentro do qual essas correcções deverão executar-se.

§ 2.º Esta ordem será escrita e entregue ao proprietario do predio, passando-se certificado de entrega, ou cobrando-se recibo, conforme os §§ 1.º e 3.º do artigo 8.º

§ 3.º Não se conformando o proprietario do predio com as correcções ordenadas, ou com o prazo fixado para ellas, poderá recorrer dentro de dois dias do



aviso para a camara municipal, que proverá como for justo e sem mais recurso.

§ 4.º Se as correções ordenadas se não fizerem nem concluirem dentro do prazo fixado, devolver-se-ha á companhia o direito de fazê-las e ser-lhe-ha applicavel o artigo 9.º

§ 5.º Feitas, porem, essas correções, que, se não forem feitas pela companhia, deverá esta ser prevenida para que as faça verificar, ou achando a companhia logo de começo que a execução se conforma com o traçado, apprová-la-ha, e avisará o proprietario do predio de que a descrição respectiva se acha patente por cinco dias, contados da data do aviso, cobrando recibo d'este, e procedendo no demais conforme os §§ 2.º, 3.º, 4.º, 6.º e 7.º do artigo precedente, no que forem applicaveis.

§ 6.º Approvadas a obra e descrição poderá o proprietario do predio fazer cobrir o encanamento.

Art. 19.º Nenhuma alteração ou nova inserção no encanamento feito poderá ter lugar senão a requisição ou com o consentimento escrito do proprietario do predio respectivo, e observando-se o disposto nos artigos 11.º a 17.º

§ 1.º Estas alterações serão depois notadas na descrição primitiva, e a respeito d'ella se observará o ordenado nos dois artigos precedentes.

§ 2.º Nem tão pouco o proprietario poderá mudar a posição dos encanamentos, servindo a sua distribuição de agua, sem ter obtido previamente para isso a autorização da companhia, assim como não poderá estabelecer nenhum cano de ramificação ou tomada de agua no mesmo encanamento, sob pena de restabelecer as cousas no seu estado primitivo.

Art. 20.º Logo que se conheça rotura ou fuga de agua no encanamento interior ou exterior, ou nas torneirás d'elle, dever-se-ha dar parte á companhia, para que esta immediatamente faça ou fiscalize o concerto respectivo.

§ 1.º Esta participação incumbe tanto ao proprietario do predio como ás pessoas que morarem nelle.

§ 2.º As participações serão recebidas no escritorio da companhia.

Art. 21.º Todo o encanamento se considera além d'isso sob a fiscalização da companhia, que poderá inspecioná-lo periodicamente ou em epochas indeterminadas, por virtude de participação a que se refere o artigo precedente, ou mediante aviso feito com vinte e quatro horas de antecedencia pela companhia, indicando nesta acta os concertos que parecerem necessarios e o prazo dentro do qual deverão ser feitos.

§ 1.º O proprietario do predio á custa do qual devem ser feitas as reparações, que se não conformar com a necessidade dos concertos, com a forma d'elles ou com o prazo fixado, poderá recorrer, dentro de quarenta e oito horas de visita da companhia, para a camara municipal, que proverá como for justo e sem mais recurso.

§ 2.º Não se fazendo ou não se concluindo os concertos no prazo fixado, devolver-se-ha á companhia o direito de fazê-los á custa do proprietario, sendo-lhe applicavel o artigo 9.º

§ 3.º Se os concertos forem de tal urgencia que não dêem tempo ás formalidades indicadas nos paragraphos antecedentes, a companhia procederá immediatamente a estes concertos, se o proprietario não se prontificar a fazê-los mediante declaração com a devida urgencia.

§ 4.º Se o proprietario não cumprir no prazo que lhe for determinado a companhia fará os concertos, participando á camara municipal.

Art. 22.º Toda a conta de obras ou concertos feitos pela companhia lhe deverá ser paga pelo proprietario do predio dentro de cinco dias da entrega d'ella, salvo se por contrato se tiverem estipulado.

Art. 23.º A conta de encanamentos, obras ou concertos que não for paga no dia do vencimento vencerá a favor da companhia o juro do contrato ou da lei na falta de estipulação.

Art. 24.º A companhia vigiará que os operarios e agentes sejam diligentes e zelosos no serviço, e advertirá ou despedirá os que faltarem a esse dever, se se portarem mal, ou se desattenderem as pessoas do predio em que trabalharem.

Art. 25.º E' prohibido aos empregados, agentes e operarios da companhia pedir ou receber dos proprietarios ou inquilinos dos predios em que fizerem obras qualquer gratificação, seja qual for o motivo allegado para ella. O que infringir esta prohibição será despedido.

## CAPITULO IV

### Do fornecimento de agua e suas condições

Art. 26.º Durante o periodo da duração do contrato de 24 de agosto de 1895 ninguém, alem da companhia, poderá fornecer agua na area da cidade de Lourenço Marques pelo systema de distribuição de tubagem.

§ unico. A camara reserva-se o direito de approvar e fiscalizar todos os trabalhos a que a companhia tiver de proceder para o abastecimento de aguas, bem como de mandar analysar, sempre que julgue conveniente, a natureza e a qualidade da agua fornecida pela companhia.

Art. 27.º A agua só pode ser fornecida a particulares mediante contrato escrito ou apolice em duplicado.

§ 1.º A apolice indicará o preço da agua, o modo do seu fornecimento e os usos aos quaes a agua é destinada.

§ 2.º As assinaturas serão pelo menos trimestraes e começarão em qualquer dia do anno em que se abrir a agua; mas o consumidor em caso de mudança, e tendo feito o aviso prévio nos termos do artigo 29.º, será unicamente obrigado ao pagamento da agua que tiver consumido até o dia em que tiver abandonado o predio.

§ 3.º A agua será fornecida logo que for satisfeito o pagamento da conta das obras, nos termos dos artigos 8.º, § 8.º e 22, e nunca antes.

§ 4.º A agua será paga mensalmente, em conformidade com o consumo determinado pelo contador, ao preço fixado na apolice por cada metro cubico.

§ 5.º Na occasião da assinatura do contrato ou da apolice o assinante pagará os respectivos sêllos que forem devidos e despesas do contrato.

Art. 28.º As concessões para o consumo da agua serão feitas aos proprietarios ou aos inquilinos.

Art. 29.º O consumidor só pode suspender ou dar por findo o fornecimento, avisando a companhia, por escrito, tres dias antes do termo do contrato. A companhia passará recibo d'este aviso e a falta de recibo mostrará, sem necessidade de outra prova, que o aviso não foi feito.

O consumidor que sem este aviso mudar ou suspender o consumo continuará responsavel pela agua que se consumir no lugar d'elle.

§ 2.º A companhia, tendo recebido o aviso, fará fechar a torneira de passagem respectiva, na data indicada no aviso para a suspensão do fornecimento, e conservá-la-ha fechada até que se faça novo contrato, ou até que a suspensão termine por aviso escrito.

Art. 30.º A companhia terá o direito de exigir de qualquer consumidor que lhe garanta o pagamento da importancia do consumo provavel, por meio de um deposito de 6\$000 réis em dinheiro ou por fiança idonea, obrigando-se o consumidor a reintegrar o deposito sempre que seja diminuido ou absorvido em qualquer caso previsto no regulamento.

Art. 31.º Tendo o consumidor de deixar uma casa deverá prevenir a companhia e saldar as contas em divida preenchendo as formalidades prescriptas no artigo 29.º

Art. 32.º A companhia será obrigada a fornecer gratuitamente ás bocas de incendio estabelecidas nas ruas pelo municipio a agua necessaria para a extinção de incendios.

§ unico. As bocas de incendio terão o diametro interno em conformidade com o adoptado para os locaes das mangueiras em uso no serviço dos incendios,

e serão fechadas por modo que os empregados do referido serviço de incendios as possam abrir em qualquer occasião..

Art. 33.º A companhia poderá conceder aos particulares, se assim o julgar conveniente, fornecimento de agua para bocas de incendio nas seguintes condições:

§ 1.º As bocas de incendio terão o diametro interior determinado pela companhia e serão fechadas com um sêllo especial.

§ 2.º Só serão concedidos ás propriedades ou estabelecimentos particulares que sejam já consumidores proporcionaes ás suas precisões.

§ 3.º Caso o consumidor faça uso do seu apparelho de incendio, fica entendido que utilizará a agua tal qual se encontrar na canalização da companhia no momento de ser empregada, sem que por isso a companhia seja obrigada para com elle no que lhe compete, nem pela quantidade, nem pela pressão, nem mesmo pelo fornecimento da agua na canalização sobre a qual a tomada da agua foi autorizada.

§ 4.º As bocas de incendio não poderão ser abertas senão em caso de incendio, devendo a companhia ser d'isso avisada no prazo de vinte e quatro horas depois do sinistro. Em qualquer outra circumstancia a abertura das ditas bocas sem o conhecimento da companhia importará a applicação da pena fixada no artigo 75.º

§ 5.º Nenhum possuidor particular de bocas de incendio poderá reclamar indemnisação alguma por interrupção de serviço proveniente de concertos nos encanamentos, nos depositos, nas machinas, etc., ou por qualquer impedimento ou caso de força maior.

§ 6.º A concessão de bocas de incendio fará objecto de contratos especiaes.

Art. 34.º A companhia poderá tomar as suas providencias estabelecendo as condições especiaes que julgar convenientes para fornecimento de agua ás fabricas e embarcações.

§ unico. O preço e as condições dos ditos fornecimentos farão objecto de contratos especiaes.

Art. 35.º O fornecimento da agua aos particulares poderá ser feito por avenças ou aos metros cubicos, nos termos seguintes:

§ 1.º Tem a companhia a livre faculdade de conceder ou não, como entender, o fornecimento por avenças, os quaes farão objecto de contratos especiaes.

§ 2.º O fornecimento aos metros cubicos será feito por meio de contadores.

§ 3.º Tanto o Governo como a camara municipal poderão fazer contratos especiaes do fornecimento da agua.

Art. 36.º O fornecimento por contador verifica-se fazendo passar a agua por um machinismo que conta e regista na sua passagem a quantidade de agua consumida.

§ unico. Tanto a companhia como os consumidores, havendo-se verificado pelas aferições, ou nos termos do artigo 55.º, o estado do contador, teem o direito de exigir a sua substituição todas as vezes que elle não marque bem a agua consumida, ou deixe passar a agua sem a marcar.

Art. 37.º A quantidade de agua fornecida pelo contador será avaliada segundo o que o contador registrar.

§ 1.º Verificado que o contador não conta ou conta de mais ou de menos, a contagem d'esse mês far-se-ha nos termos seguintes:

1.º Se o contador não contar, regular-se-ha o consumo d'esse mês pela media dos tres meses decorridos antes de aquelle, ou pela media dos dois ultimos, ou só pelo consumo do ultimo mês, conforme o consumidor tiver permanecido durante tres meses ou durante dois, ou só um mês no predio, casa, ou morada a que respeitar o fornecimento.

2.º Se o contador contar com excesso, ou diminuição, corrigir-se-ha a contagem com a deducção ou acrescentamento da differença verificada para mais ou menos.

§ 2.º Só se poderá recorrer da contagem nos termos do artigo 55.º dentro de oito dias, contados d'aquelle em que ella se fizer.

Art. 38.º O preço da agua não poderá ser superior a 400 réis por metro cubico, e será determinado em conformidade do artigo 40.º

Art. 39.º O pagamento do preço da agua será feito no escritorio da companhia, ou no domicilio em que se verifique o consumo, logo que o cobrador ahi o peça, com recibo do gerente ou secretario da companhia e, em todo o caso, o mais tarde até o dia 5 de cada mês immediato ao do consumo verificado, nos termos do artigo 37.º e seus paragraphos, salvo se outro lugar se designar no contrato ou apolice, porque então nesse se deverá pedir o pagamento.

§ unico. A conta que não for paga no dia do vencimento passará desde logo a vencer juros, no termos do artigo 23.º

Art. 40.º O preço da agua é fixado nos termos do artigo 2.º do decreto de 2 de maio de 1907, a saber:

O concessionario não poderá vender agua ao publico por preço superior a 400 réis o metro cubico;

Quando o consumo para particulares exceder 1:500 metros cubicos diarios, o preço não será superior a 350 réis por metro cubico;

Quando este consumo attingir ou exceder 2:000 metros cubicos diarios, o preço não será superior a 300 réis por metro cubico;

Quando o consumo para particulares attingir ou exceder 4:000 metros cubicos diarios, o preço será de 200 réis por metro cubico.

§ 1.º A companhia é obrigada a fornecer agua para todas as industrias, incluindo as industrias agricolas, com o seguinte abatimento progressivo: sendo o consumo de um mês de 51 a 100 metros cubicos, 10 por cento de abatimento; de 101 a 150 metros cubicos, 15 por cento de abatimento; de 151 a 200, 20 por cento; de 201 a 350, 25 por cento; de mais 351, 30 por cento de abatimento sobre a totalidade do consumo.

§ 2.º A companhia remetterá á camara a nota do consumo total mensal, ou consumo total com relação ao mês antecedente, e facultará á camara, quando esta o desejar, a sua escripturação, e mais elementos que lhe forem solicitados, para se conhecer a veracidade d'aquelle consumo.

Art. 41.º A companhia obriga-se a fornecer gratuitamente ao Governo a agua que for necessaria para os seus serviços publicos, até á quantidade maxima de 30 metros cubicos por dia.

§ unico. O excesso d'este consumo será pago pelo Governo com o abatimento de 25 por cento sobre o da venda para particulares.

Art. 42.º A companhia terá que fornecer á camara municipal toda a agua que ella requisitar para usos municipaes, com o abatimento de 75 por cento no da venda para particulares.

§ unico. Mais se obriga a fornecer a agua necessaria para oito chafarizes ou marcos fontenarios em toda a cidade, e uma fonte publica na Ponta Vermelha, gratuitamente até a quantidade maxima de 6 metros cubicos por dia e por cada chafariz, marco fontenario ou fonte, devendo o excesso ser pago em conformidade d'este artigo.

Art. 43.º E' da obrigação da companhia fornecer diariamente sem interrupção, salvo qualquer caso de força maior, a agua potavel filtrada, necessaria ao consumo da camara municipal, Governo e particulares na cidade de Lourenço Marques, não devendo tal fornecimento ser inferior a 200 litros por dia e por habitante.

§ 1.º No caso de uma interrupção geral superior a dez dias a companhia fica sujeita a uma multa de 50\$000 réis por dia.

§ 2.º As interrupções geraes do fornecimento da agua não poderão exceder quinze dias por anno.

§ 3.º As interrupções parciaes do fornecimento aos domicilios não poderão exceder quinze dias por anno, sob pena de multa de 1\$000 réis por dia de vinte e quatro horas em favor do consumidor.

§ 4.º No caso de interrupção total o concessionario é só obrigado á multa estabelecida no § 1.º e não á indicada no § 3.º

§ 5.º As clausulas penaes impostas nos paragraphos antecedentes não são applicaveis tendo occorrido qualquer caso de força maior.

Art. 44.º No caso de interrupção parcial ou total do fornecimento de agua, o consumidor deverá prevenir immediatamente a companhia nos seus escritorios, nos quaes estarão patentes registos para receber as reclamações.

§ unico. Tendo occorrido a interrupção não por culpa da companhia, mas por qualquer avaria na canalização interior, ou por qualquer accidente cuja responsabilidade não pertença à companhia, a conta das despesas occasionadas pelos reparos será entregue ao consumidor; assim como a conta das despesas de fechar e abrir as torneiras de introdução da agua, feitas quer a pedido do consumidor quer em caso de abuso ou negligencia, será igualmente a cargo d'elle, excepto quando se tratar do começo ou terminação do fornecimento de agua. As ditas despesas serão pagas na occasião da reabertura das torneiras de introdução no acto da apresentação do competente recibo assinado pelo gerente, secretario ou guarda-livros.

Art. 45.º A companhia tem o direito de suspender ou fazer cessar o fornecimento de agua, prevenindo os consumidores:

1.º Todas as vezes que o serviço publico o exigir ou quando for preciso concertar a canalização da companhia ou o encanamento do predio, limpar, dar descargas ou fazer inserções na canalização geral;

2.º Fallando-se-lhe ao pagamento do preço da agua, das obras do encanamento, de concerto ou qualquer de contadores; salvo se o consumidor depositar no cofre da thesouraria municipal a importância exigida pela companhia até que a questão seja decidida nos termos deste regulamento;

3.º Negando-se-lhe a entrada no predio ou em casa do consumidor, ou seja para inspecionar o encanamento, para concerto d'elle, para verificação ou substituição do contador ou para a contagem da agua;

4.º (Constando-lhe e verificando que o consumidor emprega qualquer meio fraudulento para tirar agua da companhia sem a pagar;

5.º Por qualquer outro motivo não especificado neste artigo quando a companhia julgar conveniente, assumindo neste caso inteira responsabilidade, e dando immediato conhecimento à camara, a quem logo remetterá, por escrito, a justificação dos motivos por que fez cessar o fornecimento, sob pena de multa de 5\$000 réis, que não será levada em conta nas outras que por este regulamento lhe possam ser impostas.

§ unico. Tendo-se dado qualquer das hypothses previstas nos n.ºs 2.º a 4.º deste artigo, a companhia poderá remover do predio tudo o que for propriedade sua.

Art. 46.º A suspensão ou cessão do fornecimento não priva a companhia de recorrer ás autoridades administrativas para lhe manterem o uso dos seus direitos, e de usar dos meios civis e criminaes competentes para haver o seu pagamento, a indemnização de perdas e danos correspondentes à impossição das multas e penas legais.

Art. 47.º Os proprietarios e consumidores são responsaveis perante terceiros pelos danos occasionados pela instalação ou conservação dos seus encanamentos; não terão direito algum a recurso perante a companhia pelos danos que soffriem em razão dos mesmos accidentes.

§ unico. Serão responsaveis perante a companhia pelas instalações feitas nos seus predios preços não eslivem totalmente saldados, mesmo no caso d'esses predios serem destruidos por incendio ou por qualquer outra causa.

Art. 48.º E' expressamente prohibido ao consumidor que tenha agua por avença ceder agua a outrem sob pena de lhe ser cortada a agua e rescindido o contrato com perdas e danos, além da multa em que incorrer por contravenção d'este regulamento.

Art. 49.º Cada domicilio, casa de habitação ou edificio deve ter a sua assisnatura particular, não podendo fornecer agua a outros predios, quando mesmo sejam contiguos ou pertençam ao mesmo proprietario.































































































